

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

JULIANA E SILVA DE OLIVEIRA

**OS DESMENTIDOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DO TRÁFICO DE DROGAS NO
SERTÃO PARAIBANO: UMA ESCUTA POSSÍVEL?**

São Paulo

2024

JULIANA E SILVA DE OLIVEIRA

**OS DESMENTIDOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DO TRÁFICO DE DROGAS
NO SERTÃO PARAIBANO: UMA ESCUTA POSSÍVEL?**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obter o título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientador: Daniel Kupermann. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, São Paulo, São Paulo.

Coorientadora: Maristela de Melo Moraes. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Campina Grande, Paraíba.

São Paulo

2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação Biblioteca
Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

e Silva de Oliveira, Juliana

OS DESMENTIDOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DO TRÁFICO DE
DROGAS NO SERTÃO PARAIBANO: UMA ESCUTA POSSÍVEL? / Juliana
e Silva de Oliveira; orientador Daniel Kupermann; co-orientador Maristela de
Melo Moraes. -- São Paulo, 2024.

150 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Tráfico de drogas. 2. Jovens. 3. Trauma. 4. Desmentido social e
institucional. I. Kupermann, Daniel, orient. II. de Melo Moraes, Maristela,
co-orient. III. Título.

Nome: OLIVEIRA, Juliana e Silva de

Título: OS DESMENTIDOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DO TRÁFICO DE DROGAS NO SERTÃO PARAIBANO: UMA ESCUTA POSSÍVEL?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: 18/04/2024

Banca examinadora:

Prof.(a). Dr. Daniel Kupermann

Instituição: Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica

Julgamento _____

Profa. Dra. Ana Paula Leviar Brancaleoni

Instituição: Universidade Estadual Paulista - UNESP

Julgamento _____

Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo

Instituição Universidade Federal do Ceará - UFC

Julgamento _____

Profa. Dra. Dra. Marília Etienne Arreguy

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

Julgamento _____

Prof. Dr. Angelo Giuseppe Xavier Lima

Instituição Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Julgamento _____

Aos 'caba'.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Daniel Kupermann, por todo aprendizado, pelo contato terno com a teoria ferencziana e também pelo acolhimento e parceria durante este processo. Obrigada pelo apoio nesta difícil reta final. Que alegria esse encontro!

Agradeço à minha coorientadora, Profa. Maristela Moraes, Maris, pela potência de suas falas e pela escuta atenta e amorosa desta caminhada. Gratidão pelo aprendizado compartilhado e que sigamos juntas na vida e no mundo das drogas!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Clínica do IPUSP, em nome do Prof. Gilberto Safra, pela oportunidade e pelo apoio institucional para realização do Doutorado Interinstitucional - DINTER UFCG/USP entre as universidades. Sou muito grata por essa experiência e pelas aulas incríveis e debates partilhados. Agradeço ao Prof. Gilberto pela acolhida e gentileza com a turma do DINTER.

Agradeço especialmente à Cláudia, nosso anjo, por ter reduzido a distância geográfica entre São Paulo e Paraíba com sua atenção, gentileza e sensibilidade com as nossas dificuldades e solicitações. Obrigada pelo apoio e carinho em minha ida à USP.

Aos meus colegas do Dinter, pela partilha de aprendizados e perrengues, pelas torcidas, por todo apoio nesse trajeto. Agradeço à Magaly e Mira, pela acolhida nos quartos de hotéis na ocasião das aulas. Agradeço à Profa Betânia por conduzir o programa de forma tão competente e afetuosa.

Aos amigos do nosso grupo de coorientação, Ângelo e Graci, pelas leituras e debates, pela partilha das alegrias e dores do processo, por todo apoio e afeto. Obrigada Ângelo, pelos ensinamentos ferenczianos e antropofágicos.

Aos colegas do Psia, pelos ensinamentos, pelas trocas e leituras cuidadosas.

Agradeço às professoras e aos professores que aceitaram compor a banca desta tese, pela leitura e contribuições com este trabalho. Agradeço em especial ao Prof. Ângelo e à Profa Ana Brancaleoni, que participaram de forma atenta e sensível da caminhada desta pesquisa.

À equipe profissional do Centro Educacional, onde foi realizada a pesquisa, em nome da coordenadora Nadja, pela colaboração desde o início da pesquisa de campo e pela acolhida e gentileza no transcorrer do processo. Agradeço especialmente à Lauriana e Fatinha, por sempre me receberem com carinho e disponibilidade.

A todos os colegas e amigos do CCJS/UFCG, pelo suporte e apoio neste percurso de doutorado sem afastamento.

Aos amigos do curso de Serviço Social da UFCG, Tatiana, Larissa, André, Fran, Clarissa, Anderson, Girlene e Francisco e em especial Régis e Conceição, que me acolheram e

seguraram a onda no período mais tenso. Obrigada amigos, por todo apoio, força, torcida e principalmente pelas ajudas e compreensão deste momento.

Aos meus amigos e afetos de vida. Muito obrigada por fazerem parte de minha história, por fazerem parte de mim. Amo vocês.

À minha Bela família Belafam. Obrigada pelo suporte, pelo amor, pelas partilhas, pelos risos soltos, pelas nossas loucuras. Sou muito grata ao universo por ter vocês.

Aos Trololós, a família que me acolheu. Obrigada pelo cuidado e carinho cotidiano.

Aos meus pais, meus irmãos e meu sobrinho. Agradeço aos meus pais, meus amores de toda a vida, por tudo e por tanto, pela dimensão do incondicional. Mas neste momento, gostaria de agradecer pelos nossos momentos juntos, que me trazem tantas alegrias, risadas, conversas demoradas, cafés quentinhos. Amo vocês. Obrigada minha mãe, por tanto amor e reza para que esta tese saísse.

Aos meus amores da vida Renato e Lis. Obrigada pela nossa vida. Obrigada meu amor pelo seu cuidado, seu amor, sua parceria, sua ajuda necessária para que este doutorado se concretizasse. Obrigada filha, por você ter vindo para mim nesta vida, por reconfigurar o meu lugar no mundo, por me encher de beijos e cartões e perguntas e cores. Obrigada às minhas filhas de quatro patas, por serem presença nas ausências. Amo vocês!

Agradeço especialmente aos cinco jovens que toparam participar desta pesquisa. Obrigada por me ajudarem na composição desse mosaico. Vocês foram muito parceiros.

Crime Vai e Vem
Racionais Mc's

-O mano, cê viu o tanto de polícia que tem na área ai mano?

-É, então, tá embaçado o morro certo mano? Então, no fim de ano ir pra cadeia não vira... Ó quem tá chegando ai irmão

-E aí Cláudio, firmeza?

-E aí, firmeza família? Como é que tá o morro?

-Então, o morro tá daquele jeito, certo mano? Então tem que ficar ligeiro, porque tá cheio de polícia, cheio de ganso

-Então aí, tô descabelado mano, vim pra me levantar de novo

-Então, vamo cola ae?

Tá vendo aquele truta parado ali

Bolando ideia com os mano na esquina

É envolvido com crack, maconha e cocaína

Tirou cadeia, cumpriu a sua cota

Pagou o que devia mas agora ele tá de volta

Saudades da quebrada, da família

Coração amargurado pelo tempo perdido na ilha

Se levantar agora é só, nada mais importa

Louco é mato, tá cheio no morro não falta

Esses anos aguardou paciente

O limite é uma fronteira criada só pela mente

Conta com o que ficou e não com o que perdeu

Quem vive do passado é memória, museu

Dinheiro, segredo, palavra-chave

Manipula o mundo e articula a verdade

Compra o silêncio, monta a milícia

Paga o sossego, compra a política

Aos olhos da sociedade é mais um bandido

E a bandidagem paga o preço pela vida

Vida entre o ódio, a traição e o respeito

Entre a bala na agulha e a faca cravada no peito

Daquele jeito

Ninguém ali brinca com fogo

Perdedor não entra nesse jogo

É como num tabuleiro de xadrez

Xeque-mate, vida ou morte

1, 2, 3, vê direito

Para, pensa, nada a perder

O réu acusado já foi programado pra morrer

Quem se habilita a debate (pode crer)

Quem cai na rede é peixe, não tem pra onde correr

O crime vai, o crime vem

A quebrada tá normal e eu tô também

O movimento da dinheiro sem problema

O consumo tá em alta como manda o sistema

O crime vai, o crime vem

A quebrada tá normal e eu tô também

Onde há fogo; a fumaça

Onde chega a droga é inevitável, embaça

Eu tô aqui com uma nove na mão
Cercado de droga e muita disposição, ladrão
Fui rotulado pela sociedade
Um passo a mais pra ficar na criminalidade
O meu cotidiano é um teste de sobrevivência
Já tô na vida, então, paciência
Pra cadeia não quero, não volto nunca mais
Ae truta, se for pra ser, eu quero é mais
Aqui é mó covil, ninho de serpentes
Tem que ser louco pra vim bater de frente
Minha coroa não pode passar veneno
Já é velha e meu moleque ainda é pequeno
Um irmão morreu, o outro se casou
Saiu dessa porra, firmeza se jogou
Só eu fiquei fazendo tempo por aqui
Tentei evitar mas não consegui, aí
Se meu futuro já estiver traçado
Eu vou até o fim só pra ver o resultado
Quero dinheiro e uma vida melhor
Antes que meu castelo se transforme em pó
Só, o vício da morte está à venda
Em cada rua uma alma
Em cada alma uma encomenda
O consumo pra alguns é uma ameaça
Vários desanda, vacila e vira caça
Tem mano que dá várias narigada aqui
Cheira até umas hora
Deixa cair
É intensidade o tempo inteiro
Quartel latino, São Paulo ao Rio de Janeiro
Dá mó dinheiro, dólares
Rato de sócio
Nesse ramo são que nem abutre no negócio
A noite chega, a febre aumenta
Pode ser da paz ou curviana violenta
-Então, vamo terminar de enrolar um bagueio pra nós
fazer o role, irmão
-Firmeza, firmeza mano
-Vai, vai, vai, vai, vai, todo mundo é mão na cabeça,
mão na cabeça, cadê o bagueio irmão... Vai que tá
caguetado, quem que é o Cláudio aí? Vai, quem que é o
Cláudio aí no bagueio?
Tráfico não tranca mais segredo
São 3 horas da manhã e pra alguns maluco ainda é cedo
Na esquina, na entrada da favela
Uma mula de campana
Fumando na viela
-Ai, cadê o Cláudio?
Ai, o claudio tá perdido
Foragido da quebrada
Ele deixou tudo comigo
Os ganso ta na febre
Mas flagrante é dinheiro
Eu tô ligeiro a todo instante parceiro
Mês de agosto atravessa o inverno

Os anjo do céu guia meus passos andando no inferno
Será eterno a estrada do fim
Ai que tá, é vulnerável
Provável pra mim
Que seja assim
Um ganha e outro perde
Enquanto um louco cheira, o demônio se diverte
O pobre, o preto, no gueto é sempre assim
O tempo não para
A guerra não tem fim
O crime e a favela é lado a lado
É que nem dois aliado
O isqueiro e o cigarro
Na viela, no beco, na rua sem saída
Na esquina da quebrada
Continua assim na mesma vida
Rotina que assim vai e prossegue
Vitorioso é aquele que se pá, consegue sobreviver
E não deitar crivado na bala
Igual na rua d, ensanguentado no meio da vala
Muita cautela ainda é pouco
Mano armado, traíra, andando que nem louco
Mano passando uns barato roubado
Jogo arriscado, mas quem tá preocupado?
Sujeito ou cuzão, heroi ou vilão
Cada. 40 na mente, diferente reação
Cada estrada uma lição
Da própria vida
Cada caminho um atalho
Uma tentativa
A qualidade daqui, são das piores
Vários maluco dando o sangue por dias melhores
Foi dado um golpe de estado cavernoso
A máquina do desemprego
Fabrica criminoso
De bombeta, tatuado, sem camisa
De bermudão, no pião, na mesma brisa
Formação de quadrilha conduz o crime
Fora da lei, eu sei, eu vejo filme
Las Vegas o patrão gira a roleta
Controla tudo, na ponta da caneta
Sentindo na garganta, o amargo do fel
Com o crime organizado, na torre de babel
Inteligente é o que vai pra cama mais cedo
Com uma quadrada na cintura não é mais segredo
Não tenha medo, então, por que você veio aqui?
É guerra fria e você tá bem no meio aí
Fogo cruzado, lado norte
Só vagabundo, bandidagem, e a morte
Boa sorte.

RESUMO

OLIVEIRA, Juliana e Silva de. **Os desmentidos sociais e institucionais do tráfico de drogas no sertão paraibano: uma escuta possível?** 2024. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Este trabalho tem como objetivo compreender, através da perspectiva ferencziana do trauma, os desmentidos sociais e institucionais, com base nas discussões de Kupermann (2019), Gondar (2012), Canavéz e Vertzman (2021), que atravessam os jovens inseridos no tráfico de drogas, a partir da realidade do contexto nordestino. Tomemos por referência o aspecto relacional e intersubjetivo do traumático, refletindo a importância na constituição subjetiva dos sujeitos e do próprio laço social (Ferenczi, 1931). A maioria destes jovens cresce em um ambiente de violência social cotidiana e ainda de uma ‘violência da indiferença’, em que suas falas e suas verdades não são reconhecidas nas configurações sociais e institucionais e, após a inserção no tráfico, dada a dimensão da ilegalidade, da agressividade cotidiana, da guerra, esses sujeitos encontram cada vez mais resistência com a escuta de seus testemunhos. O “Estado” (instituições educacionais, de saúde, de assistência social), que deveria proteger, por vezes, comete o desmentido de forma violenta, através do silenciamento e muitas vezes da agressão, por exemplo, por parte de agentes de segurança pública. A tentativa de compreensão do real ocorre a partir da narrativa inserida em uma realidade histórica e socialmente determinada. A fim de escutar a fala destes sujeitos, na tentativa de investigar os desmentidos sociais e institucionais, realizamos quatro entrevistas semi-dirigidas com cada um dos cinco jovens participantes desta pesquisa, que tinham histórico de envolvimento com tráfico de drogas e que estavam cumprindo medida socioeducativa de internação em um Centro Educacional localizado no sertão nordestino. As entrevistas foram discutidas e interpretadas por meio da Análise Interpretativa de Erickson (1989), a partir da teoria psicanalítica da traumatogênese ferencziana. O processo de análise permitiu a construção de cinco asserções: a vivência do traumático nas histórias de vida, através do desamparo familiar e social, atravessa o envolvimento com atos infracionais, ocasionando danos psíquicos que por vezes não encontram um espaço representacional; o Centro Educacional (a institucionalização) proporciona novas possibilidades à proteção, mas a partir de uma relação que desautoriza, que desmente - uma proteção/um amparo com a grade; o processo de clivagem narcísica e a identificação com agressor (o deslocamento entre vítima e agressor) gera a tendência à repetição do comportamento violento e reatualiza o desmentido social traumático no contexto de guerra do tráfico de drogas; os efeitos do traumático atravessam a construção de novos vínculos, a partir da não disponibilidade para novas relações de ‘amizade’; não há um espaço de escuta, de representação dos conteúdos psíquicos e da vivência dos desmentidos, a não ser na própria introspecção – papel da música/arte. À exceção dos espaços de exploração sensacionalista da mídia, ou ainda dos de atravessamento de discursos médico, psiquiátrico/psicológico e jurídico da criminalidade, verifica-se que existe uma resistência social em escutar as narrativas dos jovens inseridos no tráfico de drogas. No entanto, essa escuta é necessária, visto que o tráfico de drogas faz parte de nossa tessitura social em diversas esferas.

Palavras - chave: tráfico de drogas; jovens; trauma, desmentido social e institucional.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Juliana e Silva de. **The social and institutional denials of drug trafficking will not be Paraíba**: a possible escuta? 2024. Tese (Doutorado em Ciências) – Institute of Psychology, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

This work aims to understand, through the Ferenczian perspective of trauma, the social and institutional denials, based on the discussions of Kupermann (2019), Gondar (2012), Canavéz and Vertzman (2021), that young people inserted into trafficking drugs, from the reality of the northeastern context. Let us take by reference the relational and intersubjective aspect of trauma, reflecting the importance in the subjective constitution of two subjects and their own social bond (Ferenczi, 1931). Most of these young people grow up in an environment of daily social violence and ainda of a 'violence of indifference', in that their fallacies and their truths are not remade in the social and institutional configurations and, após a non-trafficking insertion, given the dimension of illegality In everyday aggression, in war, these subjects encounter more and more resistance with the hearing of their testimonies. The “State” (instituições educacionais, de health, de assistance social), which should protect, sometimes commits or denies violently, through silencing and many times aggression, for example, by public security agents. An attempt to understand the reality occurs from a narrative inserted in a historically and socially determined reality. In order to investigate the facts of these subjects, in an attempt to investigate the social and institutional denials, we conducted four semi-directed interviews with each one two five young participants of this research, who have a history of involvement with drug trafficking and who were serving a socio-educational internment measure at the Educational Center, located in northeastern sertão. The interviews were discussed and interpreted by Erickson's Interpretative Analysis (1989), based on the psychoanalytic theory of Ferenczian trauma. The analysis process allows the construction of five statements: The experience of trauma in life stories, through family and social helplessness, goes through the involvement of these infractions, causing psychological damage that sometimes does not find a representational space; The Educational Center (institutionalization) provides new possibilities for protection and care, but from a relationship that disavows, that denies - a protection/amparo with a degree; The process of narcissistic cleavage and identification with the aggressor (or dislocation between victim and aggressor) leads to a tendency to repetition of violent behavior and re-enactment or traumatic social denial in the context of drug trafficking war; The effects of trauma go through the construction of new bonds, starting from the lack of availability for new friendship relationships; There is no space for exploring, representing two psychic contents and experiencing two denials, other than one's own introspection – the role of music/art. Except for two spaces of sensational exploration of the media and also of the traversal of medical, psychiatric/psychological and legal discourses of criminality, it is verified that there is a social resistance in examining the narratives of young people involved in drug trafficking. However, this analysis is necessary, given that drug trafficking is part of our social situation in various spheres.

Keywords: drug trafficking; youth; trauma, social and institutional denial.

SUMÁRIO

1. Introdução - Somos capazes de escutar os desmentidos sociais e institucionais dos jovens inseridos no tráfico de drogas?.....	14
Aproximações com o tema ou quando entrei nas drogas.....	14
A escuta a partir do lugar desta pesquisadora.....	22
2. O cenário do tráfico de drogas no Brasil e no Nordeste: os atravessamentos em um contexto de guerra.....	24
2.1 A guerra às drogas entre o proibicionismo e o desmentido da violência: quem é o inimigo desta guerra?.....	25
2.2 O tráfico de drogas enquanto uma organização entre o crime, o pertencimento e o poder.....	33
2.3 O cenário de guerra no sertão nordestino.....	38
3. Aspectos metodológicos da pesquisa: o desmentido institucional de um Centro Educacional no sertão paraibano.....	43
3.1 Aproximações teórico-metodológicas da pesquisa.....	43
3.2 O desmentido institucional de um Centro Educacional: o cenário da pesquisa.....	46
3.2.1 O local da pesquisa.....	47
3.2.2 Aspectos e cuidados éticos.....	49
3.2.3 A aproximação com o campo de pesquisa.....	53
3.3 A escuta dos ‘caba’: compreendendo os participantes da pesquisa.....	56
3.4 A Análise Interpretativa.	61
4. A dimensão intersubjetiva e sociopolítica do traumático: o desmentido em Ferenczi.....	66
4.1 O traumático intersubjetivo ferencziano e os tempos do trauma em Kupermann.....	66
4.2 A identificação com o agressor e a repetição da violência no tráfico de drogas.....	69
4.3 Desvelando os desmentidos sociais e institucionais: a dimensão política do trauma em Gondar, Canavéz, Verztman e Kupermann.....	72
5. A juventude do tráfico de drogas como um tempo do traumático: Escutando as narrativas desmentidas.....	82

5.1 As histórias de vida demarcadas pela vivência do traumático.....	82
5.2 A ‘proteção’ institucional que desautoriza - a proteção com grade.....	90
5.3 O desmentido social e institucional no atravessamento dos jovens do tráfico de drogas: o processo de clivagem narcísica e a identificação com agressor.....	100
5.4 Os efeitos do traumático e a construção de novos vínculos.....	112
5.5 A não existência de um espaço de escuta dos desmentidos, a não ser na própria introspecção: existe espaço para o inconsciente?.....	114
6. Considerações Finais - Além do tráfico: as narrativas desmentidas que precisam ser escutadas.....	118
Referências Bibliográficas.....	122
Apêndices.....	128
Anexos	135

1. Introdução - Somos capazes de escutar os desmentidos sociais e institucionais dos sujeitos inseridos no tráfico de drogas?¹

Aproximações com o tema, ou quando entrei nas drogas.

O texto que segue tem como finalidade indicar, antes de reflexões, algumas pretensões, talvez metodológicas, epistemológicas e, também, políticas e éticas ou ainda um diálogo inicial sobre os jovens inseridos no tráfico de drogas. Por se tratar de uma maneira de estar no mundo a partir de uma condição de ilegalidade e também por ser apontado enquanto uma das principais formas de expressão atual da violência, o tráfico de drogas acaba por se transformar em uma categoria de pesquisa que traz dificuldades de aproximação, tanto no sentido simbólico (da intencionalidade do sujeito pesquisador), quanto no sentido físico (do acesso aos sujeitos pesquisados) e, após a ilusão de ‘vencer a etapa’ da proximidade, deparamo-nos com dificuldades dada a complexidade (e ainda a amplitude) do fenômeno na contemporaneidade, complexidade essa, no entanto, que os saberes e as teorias que se propõem a estudar o humano precisam dar conta.

De pronto, afirmo que o tema se configura enquanto um interesse para esta pesquisadora, visto que as questões que entrelaçam as drogas, e o conjunto de significados que a delineiam historicamente, constantemente estiveram entre minhas prioridades de leituras, estudos, escritas e práticas profissionais desde a graduação em Psicologia.

Tal experiência permitiu o acesso ao contexto das drogas, sempre tomando o cuidado em não adotar posturas preconceituosas e generalistas sobre o assunto, levando à compreensão de que perpassa pela questão das drogas (desde a produção, comercialização até o consumo) todo um sistema de significações. A partir daí, passamos a buscar essa postura de aproximação, antes de criar (prê)conceitos em relação aos fatos, visto que os discursos reducionistas, moralistas e criminalistas não dão conta da complexidade da temática. Tal posicionamento teórico e político tem guiado o meu desejo por investigações acadêmicas e pela práxis profissional.

O contato com a dimensão do tráfico de drogas deu-se através do âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão, da política e da prática profissional. Trabalhei enquanto

1 Alusão ao artigo “Somos capazes de escutar os desmentidos sociais?” de Canavéz e Verztman (2021)

psicóloga (e, após um período, na função de coordenação), em um programa de atendimento a adolescentes autores/as de ato infracional, dentre os quais, uma grande parte estava cumprindo medida socioeducativa em meio aberto (neste projeto, tratava-se da Liberdade Assistida), resultado da inserção no tráfico de drogas.

Através da escuta diária dos relatos e testemunhos desses jovens, foi possível, em minha vivência profissional, estabelecer uma ressignificação do dito “criminoso” e/ou “transgressor”, além da verificação de que, na maioria das vezes, esses adolescentes somente chegavam a um espaço mínimo de garantia de direitos, de acesso a direitos básicos, quando já estavam vinculados a uma medida socioeducativa e passavam a ser ‘assistidos’ por uma equipe profissional, ou seja, quando já haviam se tornado ‘os menores infratores’.

Podemos citar, como exemplos, alguns cenários cotidianos de adolescentes que não frequentavam a escola, por dificuldades diferenciadas, que não tinham acesso à saúde básica e principalmente que nunca haviam retirado os documentos básicos. Esse fato traz uma importante reflexão, ao explicitar a “falha”, a lacuna, a indiferença das instituições de proteção social, e da sociedade em geral, que deveriam garantir os direitos básicos e a proteção especial em situações de violação e vulnerabilidade.

Enquanto docente da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, no campus de Sousa/PB, participei de um projeto de extensão de assistência sócio jurídica de presidiários da Colônia Penal Agrícola do município de Sousa. Destes, cerca de 95% estavam cumprindo a pena por tráfico de drogas, segundo as informações da coordenação da Colônia (no entanto, salienta-se que não existe esse levantamento exato documentado por escrito, conforme diz a coordenação), o que nos trouxe novamente a necessidade de tentar compreender essa realidade tão presente em nosso campo social, no âmbito da região Nordeste, conforme explicitado no capítulo que segue.

Na dimensão da pesquisa, tive a possibilidade de construir, no percurso do mestrado, uma pesquisa teórica e de campo com os trabalhadores do tráfico de drogas, em que foi realizada uma ‘imersão’ em duas comunidades da periferia do município de Fortaleza-CE, durante um período de dois meses, e algumas entrevistas com jovens inseridos do tráfico. Este contato, mediado por uma instituição local, ocorreu através de muitas idas às comunidades, em diferentes horários, de visitas a alguns moradores, da participação em atividades e

festividades locais, sendo necessário estabelecer um contexto de confiança para, só depois, ser possível a realização das entrevistas.

A pesquisa, constituída mediante a lógica da centralidade do trabalho nas relações sociais, teve como objetivo investigar a vivência dos trabalhadores do tráfico de drogas frente à sua posição de marginalidade, levando em consideração a importância de seus ganhos financeiros. A partir dos discursos dos sujeitos pesquisados, foi possível traçar um paradoxo: apesar de ser uma atividade marginalizada e ilegal, o tráfico de drogas acaba promovendo certo tipo de inserção na sociedade através da realização financeira, ou seja, por meio do valor ganho, parecem adquirir certo tipo de reconhecimento e de pertencimento, no que concerne aos parâmetros da sociedade de consumo.

Nas falas dos entrevistados, foi possível verificar essa ambiguidade vivenciada, pois foi recorrente o relato de identificação com a situação de marginalidade, mas esta encontra-se em constante confronto com os ganhos a que eles têm acesso a partir da atividade desenvolvida. Dentre esses ganhos, destaca-se o acesso ao consumo, a possibilidade de adquirir bens e de cuidar dos familiares, além do reconhecimento entre os pares. Nesse sentido, podemos dizer que a vinculação ao tráfico viabiliza uma forma de inserção até certo ponto, promovendo assim uma inserção limitada, ideia aproximada com o conceito de inserção marginal de Castel (1998), sendo compreendida como uma inserção limitada a certos territórios sociais.

Talvez uma afirmação que podemos fazer, a partir desse contato mais aprofundado com a dimensão do tráfico de drogas, é que o mesmo é atravessado, ou até mesmo composto, por contradições políticas, econômicas, sociais e subjetivas, o que o torna uma categoria de complexa investigação e interpretação. Entramos em contato com a questão do tráfico de drogas cotidianamente, através da mídia, de relatos, de informações nas redes, no entanto, apesar de ser uma realidade muito presente e muito discutida na contemporaneidade, ainda são necessárias reflexões teóricas que a compreenda por um viés psicanalítico diante da dimensão do fenômeno na sociedade atualmente.

Tais experiências acima relatadas, foram de grande impacto acadêmico e político em minha trajetória profissional e pessoal, o que levou à certeza da necessidade de observar o assunto a partir de outras lentes teóricas e epistemológicas. Compreender o tráfico de drogas pela dimensão do trabalho, marginal e ilegal, é fundamental, visto que tem se mostrado como

uma ocupação que agrega um quantitativo muito grande de pessoas atualmente, conforme discutiremos a seguir. Contudo, não é suficiente para dar conta da complexidade da categoria.

É um universo de ambiguidades controversas e de forte presença da violência, no qual o risco de morte e a busca pelo reconhecimento, o desejo de pertencer, contrastam subjetivamente, proporcionando uma inclusão que exclui, a ‘inclusão marginal’ (Fefferman, 2017, p. 164). Logo, é necessário compreender o tráfico de drogas, a partir de desdobramentos interpretativos históricos, antropológicos, sociológicos, socioculturais e psicológicos, que deem conta das esferas inter e intrapsíquicas dos sujeitos envolvidos. Optamos, neste trabalho, por pesquisar jovens inseridos no tráfico de drogas, no contexto nordestino, através da perspectiva psicanalítica ferenciana do trauma, o que será melhor explicitado a seguir.

Conforme exposto, a aproximação com a temática desta tese, provém de duas décadas de tentativas de compreensão do fenômeno das drogas, desde o uso, consumo abusivo até a sua comercialização, esta última assumindo mais destaque nos interesses desta pesquisadora. Provém ainda da necessidade de maiores pesquisas e estudos sobre o assunto e do desejo de seguir com a temática no doutorado, mas agora a partir da lente da Psicanálise, tomando por base a teoria da traumatogênese de Sandor Ferenczi.

Contribuindo com essa reflexão, Canavéz e Vertzman (2021), indicam que o sujeito da Psicanálise, assim como a escuta e o saber psicanalítico, devem ser situados histórica e politicamente. Os autores fazem a crítica dos modelos representativos e abstratos, oriundos do sujeito moderno, neutro, universal, eurocêntrico e colonial, que supostamente não é atravessado pelos marcadores sociais. Nesse sentido, podemos aproximar nosso objeto ao campo de pesquisa da Psicanálise de fenômenos sociais e políticos, denominada de pesquisa em Psicanálise aplicada ou em extensão.

Logo, para a compreensão de nosso sujeito de pesquisa, concreto e localizado no contexto do laço social, é importante traçar algumas reflexões sobre o tráfico de drogas e seus atravessamentos, as quais serão discutidas de forma mais detalhada no capítulo que segue.

Segundo Fefferman (2017), o tráfico de drogas é uma organização informal e ilegal² que vem englobando um grande contingente de reserva de jovens na

2 A primeira legislação sobre o controle de drogas psicoativas foi o Decreto 14.969, de 1921, o qual condenava a utilização de substâncias que não fossem para fins médicos. No entanto, a consolidação da proibição se deu com a aprovação da Lei 6.368, de 1976, conhecida como Lei de Tóxicos, que passou a regular a questão das drogas ilícitas no país. Em seguida, em 2002, foi aprovada a Lei 10.409/02, que instituiu a separação entre a figura do traficante, considerada uma pessoa criminosa que deve ser punida com rigidez, e do usuário, pessoa dependente que necessita de um tratamento.

contemporaneidade, o que é possível verificar através de dados da ONU que afirmam que “[...] em 2016, o narcotráfico no Brasil empregava mais de 20 mil 'entregadores' de drogas, a grande maioria jovens entre 10 e 16 anos” (FEFFERMAN, 2017, p. 170). A indústria das drogas tem se tornado uma alternativa de trabalho de adolescentes e jovens, os quais exercem papel de protagonistas dessa realidade, paralelamente como bandidos e/ou como vítimas, visto que vêm sendo a parte mais afetada desse negócio, conforme é retratado cotidianamente na mídia.

Diante desse cenário, quando nos referimos a adolescentes e jovens que vivem nas periferias e favelas, a questão agrava-se ainda mais. Conforme a autora, a tão falada 'guerra às drogas', acaba sendo direcionada a um segmento populacional, que engloba o jovem preto e de periferia, tendo em vista que os maiores beneficiados desse negócio não têm a mesma visibilidade midiática. Esse público, que é socialmente responsabilizado pela violência, acaba encobrindo os que mais lucram direta e/ou indiretamente com a comercialização das drogas.

Esse fato requer uma escolha de recorte de análise: a escolha em tentar compreender os considerados ‘pequenos traficantes, os denominados ‘soldados do tráfico’, ou seja, as pessoas que usualmente estão mais expostas na mídia, que colocam suas vidas em risco ao se envolverem diretamente com o comércio ilegal de drogas. Este é o público desta pesquisa, delimitado ainda pela investigação de campo que foi realizada em um *locus* específico. É a partir da reflexão situada no contexto sociopolítico, econômico, cultural, familiar e subjetivo dos mesmos que construímos nossa narrativa neste trabalho.

Salienta-se então que não pretendemos, aqui, investigar o tráfico de drogas em sua amplitude, visto que existem várias tramas reflexivas que conduzem às possibilidades teórico interpretativas necessárias a essa realidade, a partir, por exemplo, da dimensão do corpo, da

* Vide Estudos sobre as novas Leis de Violência Doméstica contra a Mulher e de Tóxicos (Lei 11.340/06 e 11.343/06): Doutrina e Legislação.

“A legislação mais atual sobre drogas, Lei 11.343/06, Lei nº 11.343/2006 prevê que, para determinar se a droga era destinada a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. A lei, portanto, reserva ao juiz, no caso concreto, o papel de verificar, ao analisar a imputação contida na acusação, e determinar se a pessoa acusada é usuária de drogas ou não. O juiz deverá fundar sua conclusão mediante a análise das circunstâncias indicadas no § 2º do artigo 28 da Lei de Drogas. Em linhas gerais, dentro da estrutura processual penal brasileira, para fins de facilitar a compreensão, é a polícia o órgão que faz a diferenciação inicial relativa aos crimes de drogas, no aspecto de se tratar de porte de drogas para uso pessoal ou para fins de tráfico. Em seguida, o representante do Ministério Público promove outra avaliação sequencial, mas a interpretação somente tornar-se-á estável a partir da decisão final do juiz” (Brasil, 2020, p. 45).

*Vide Brasil. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. 11 perguntas para você conhecer a legislação sobre drogas no Brasil / Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. – Florianópolis : SEAD/UFSC, 2020.

cor, da masculinidade, dentre outras, as quais são mencionadas no decorrer da escrita, no entanto, não temos como nos deter a estas nesta pesquisa, já que trata-se de um recorte de análise. Pretendemos focar na esfera do desmentido traumático social e institucional de jovens envolvidos com o tráfico de drogas, conseqüente da negação de suas histórias e de suas vozes.

Diante desse cenário, e da conjuntura sociopolítica contemporânea, verifica-se a importância de estudarmos o fenômeno, na tentativa de trazer como contribuição uma reflexão sobre a vivência no tráfico enquanto um lugar social de um grande contingente de jovens e como seus processos de subjetivação e suas identificações são afetados nesse lugar. Mais especificamente, temos como objetivo geral compreender os desmentidos sociais e institucionais que atravessam os jovens inseridos no tráfico de drogas, no contexto nordestino. Como objetivos específicos, destacam-se: compreender a realidade contemporânea do contexto do tráfico de drogas no Brasil, mais especificamente no Nordeste, a partir das contribuições da Psicanálise nos atravessamentos que envolvem as relações econômicas, políticas, sociais, culturais, comunitárias, de afetos, inter e intrasubjetivas entre os atores envolvidos; elucidar acerca da traumatogênese ferencziana a partir dos tempos do trauma, enquanto uma experiência de dimensão relacional, vivenciada por jovens em contexto violência física ou simbólica, compreendida como uma prática social e política; desvelar os desmentidos sociais e institucionais de jovens que possuem histórico de envolvimento com o tráfico de drogas, através da escuta de suas narrativas, e que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa de internação em um Centro Educacional localizado no interior da Paraíba.

A nossa proposta, então, é refletir sobre a vivência destes jovens, através da teoria ferencziana do desmentido traumático que ocasiona o processo de clivagem narcísica e identificação com o agressor. Propõe-se ainda a pensar na dimensão do desmentido social e institucional, enquanto decorrentes de um contexto de desautorizações, silenciamentos e violências por parte da sociedade, de instâncias de referência e do próprio cotidiano relacional do tráfico, tomando por base as contribuições de Gondar, Canavéz, Verztman e Kupermann.

Conforme já citado, no decorrer do doutorado, a aproximação com a teoria de Ferenczi, trouxe-nos a possibilidade de um olhar psicanalítico através do estilo empático e, arriscamos dizer, dos casos difíceis, dos *não analisáveis*, dos *matáveis*, e perguntas passaram a surgir: poderíamos falar que os jovens inseridos no tráfico de drogas seriam objetos de

desmentido? Diante do contexto de guerra e violência que perpassa o tráfico, os sujeitos envolvidos (em sua maioria adolescentes e jovens) vivenciam um trauma, talvez até um trauma de guerra?

A partir desses questionamentos, o que nos chamou a atenção logo de início foi o fato de Ferenczi, por ter sido médico do exército húngaro no *front* da Primeira Guerra Mundial, ter desenvolvido sua teoria sobre o trauma por meio da experiência com o tratamento de soldados com neuroses de guerra e, em seguida, no atendimento de pacientes considerados como ‘casos difíceis’ (Kupermann, 2019b). Ao refletir sobre o trauma originário através de um fenômeno social e político, no caso a guerra, Ferenczi traça sua teoria da traumatogênese, com a qual podemos estabelecer uma alusão em relação aos soldados da ‘guerra às drogas’, os soldados do tráfico, dada a dimensão de guerra presente em seus cotidianos sociais e subjetivos.

Segundo a teoria ferencziana, o traumático é instaurado a partir do não reconhecimento de uma vivência de violência física ou simbólica, no nível pessoal ou coletivo, em que o sujeito tem o seu testemunho não afirmado, não autorizado, desmentido, por aquele, ou aqueles, que deveriam acolher.

Diante dessa perspectiva, outra reflexão foi surgindo, pois à exceção dos espaços de exploração sensacionalista da mídia, ou ainda dos espaços de atravessamento de discursos médico, psicológico e jurídico da criminalidade, verifica-se que existe uma resistência social em ouvir, em tentar compreender, em escutar as narrativas dos jovens inseridos no tráfico de drogas, ou seja, podemos dizer que estes podem ser também objetos de desmentidos sociais e institucionais? No entanto, apesar de todas as dificuldades e da esfera da criminalidade, essa escuta é necessária, visto que o tráfico de drogas faz parte de nossa tessitura social nas diversas esferas já pontuadas aqui.

Com a finalidade de uma sistematização da reflexão, dividimos esta pesquisa em quatro seções principais. Inicialmente, traçamos algumas considerações sobre a realidade atual do tráfico de drogas no Brasil e na Paraíba, a partir do cenário da guerra às drogas, a qual é também agente de desmentido traumático, pois tem se configurado enquanto justificativa de ações violentas contra um segmento populacional específico: o jovem negro e periférico. Os aspectos relacionais, organizacionais e ideológicos referentes ao cotidiano dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas também foram explanados.

No capítulo seguinte, após a exposição desse cenário nacional e local, apresentamos o nosso contexto de pesquisa: o local e os jovens participantes da investigação. Conforme foi mencionado, diante do nosso recorte de análise, a tentativa de compreensão da questão ocorre a partir da narrativa destes jovens, logo, nossa opção pelo método de investigação se deu em função da escolha em pesquisar a dimensão intra e intersíquica de sujeitos inseridos em uma realidade histórica e socialmente determinada.

Para poder escutar e analisar essas falas, na tentativa de investigar os desmentidos traumáticos, foi realizada uma investigação qualitativa, através da efetivação de quatro entrevistas semi-dirigidas com cada um dos cinco jovens (entre quinze e dezoito anos), participantes desta pesquisa, que possuíam histórico de envolvimento com o tráfico de drogas, no contexto nordestino, especificamente no Estado da Paraíba, as quais foram discutidas e interpretadas a partir Análise Interpretativa de Erickson (1989), sob a lente da teoria psicanalítica do traumático ferencziano. Optamos por realizar a pesquisa de campo com jovens que estão cumprindo medida socioeducativa de internação em um Centro Educacional localizado no sertão paraibano³, diante da proximidade territorial, do acesso aos sujeitos da pesquisa, do contato previamente estabelecido com a instituição e por retratar o cenário do tema de pesquisa na região Nordeste.

Em seguida, foi discutida, de forma mais aprofundada, a direção teórica da traumatogênese ferencziana, a partir dos tempos do trauma em Kupermann e da dimensão intersubjetiva e sociopolítica do desmentido traumático, o qual se configura através do desmentido social. O processo de identificação com o agressor e a tendência à repetição da violência no tráfico de drogas também foram abordados.

Por fim, a última seção é referente ao processo de fala e de escuta dos desmentidos sociais e institucionais dos jovens vinculados ao tráfico de drogas, decorrente das entrevistas realizadas, as quais foram interpretadas por meio da ilustração de vinhetas narrativas e de comentários interpretativos, conforme a Análise Interpretativa.

O processo de análise permitiu a construção de cinco afirmações principais: a vivência do traumático nas histórias de vida, através do desamparo familiar e social, atravessa o envolvimento com atos infracionais, ocasionando danos psíquicos que, por vezes, não encontram um espaço representacional; o Centro Educacional (a institucionalização)

3 Salienta-se que o nome do Centro Educacional, em que a pesquisa de campo foi realizada, não será exposto nesta pesquisa, com o objetivo de garantir o anonimato dos participantes.

proporciona novas possibilidades à proteção, mas a partir de uma relação que desautoriza, que desmente - uma proteção/um amparo com a grade; o processo de clivagem narcísica e a identificação com agressor (o deslocamento entre vítima e agressor) gera a tendência à repetição do comportamento violento e reatualiza o desmentido social traumático no contexto de guerra do tráfico de drogas; os efeitos do traumático atravessam a construção de novos vínculos, a partir da não disponibilidade para novas relações de ‘amizade’; não há um espaço de escuta, de representação dos conteúdos psíquicos e da vivência dos desmentidos, a não ser na própria introspecção – papel da música/arte.

A escuta a partir do lugar desta pesquisadora.

Antes de adentrar nas discussões mais aprofundadas sobre o objeto desta pesquisa, convém traçar algumas reflexões sobre o lugar de fala e de escuta desta pesquisadora. Trazemos para o cerne deste trabalho a importância da escuta. Logo, é necessário considerar quem escuta e, obviamente, quem fala, ou escreve o repasse do que foi escutado.

Como já fiz referência à esfera profissional, condiz agora trazer um pouco da narrativa pessoal da experiência do doutoramento. A vivência do doutorado, para além do grande aprendizado, mostrou-se enquanto um espaço de encontro com teorias novas, com professores, com colegas e amigos e com as pessoas que aceitam participar de nossa investigação. Essa partilha não cabe, em sua totalidade, na escrita da mesma. Precisa ser vivenciada, dada sua riqueza e importância para o nosso processo de (re)construção enquanto pesquisadora e enquanto pessoa.

Um dos desafios deste processo é o reconhecimento da diferença e da distância de papéis sociais entre os participantes e a pesquisadora, como é o caso desta pesquisa. Essa distância não pode ser negada, desautorizada, devendo ser reconhecida e pautada na escrita. Ou seja, eu não falo do mesmo lugar que os jovens que entrevistei e é do meu lugar que eu escuto e posso falar. É desta forma que se constroi um processo de pesquisa. A exposição de um real, de um objeto, não é do real, é sempre da interpretação que fazemos desse real.

Nesse sentido, não se trata aqui de uma realidade compartilhada, no entanto, é possível se impregnar dessa realidade e abrir-se para a possibilidade de ser impregnada, afetada por esse real, para então voltar à reflexão e “sentir com”, como nos aponta Ferenczi

(1928, p.32), em seu texto sobre a elasticidade da técnica psicanalítica. Contudo, é fato que não são afetos e afetações partilhadas de um cotidiano vivido em comum. É deste lugar que falamos aqui.

Portanto, o que me cabe é a escuta. Escutar e deixar as vozes falarem. Escutar a minha inquietação e a deles e ressignificar através da criação do mosaico que vos apresento, conforme refere Remido, poeta cearense, citado nas considerações finais deste trabalho, que ressignifica as violências por meio de sua poesia.

2. O cenário do tráfico de drogas no Brasil e no Nordeste: os atravessamentos em um contexto de guerra.

Fica difícil iniciar uma discussão teórica sobre o tráfico de drogas sem a redundante e necessária reflexão de que se trata de uma categoria de complexa amplitude, em que se entrelaçam diversas dimensões, dentre estas uma guerra justificada, social e institucionalmente, pelo proibicionismo autorizador de ações violentas contra determinados segmentos populacionais. Ao traçar reflexões sobre o fio condutor do tráfico, é imperativo discutir a guerra às drogas, visto que as pessoas envolvidas, e muitas também não envolvidas, estão em um dos eixos centrais dessa trincheira.

Esta guerra, no entanto, tem se configurado como um fracasso evidente. Vários autores apontam que objetiva o inalcançável, diante de uma utopia distorcida de que o mundo necessita se livrar, através da erradicação absoluta, das substâncias psicoativas, as mal faladas drogas.

Escohotado (2000) fala que a história geral da humanidade sempre foi marcada pela história particular das drogas, tendo estas influenciado na evolução da medicina, da religião, da economia e dos mecanismos políticos. O “mundo das drogas”, como nomina Gilberto Velho (1999), apresentou diferentes significados no decorrer da história da humanidade, chegando a ir do divino ao profano, cuja interpretação dependerá de cada sistema político e social de significantes.

Nesse ponto, torna-se necessário uma reflexão sobre o significado da palavra droga que adotaremos neste estudo. O termo droga faz referência à substância psicoativa, a qual caracteriza-se como “substância que tem o potencial de modificar o funcionamento do sistema nervoso central (SNC) (CEBRID, 2003, p.45)”, ou seja, trata-se de uma nomenclatura utilizada pelas instâncias médicas. Segundo Ferrugem (2019), esta substância se constitui enquanto droga quando é marcada por significados sociais que a colocam como um problema, uma questão com conotação negativa, de mal a ser combatido. A autora aponta que quando as substâncias psicoativas transformam-se em uma problemática de enfrentamento, fala-se em ‘questão das drogas’.

Segundo Amarante (2023, p.13), em artigo do dossiê publicado pela Revista Cult, a utopia de um mundo sem drogas é uma realidade cada vez mais distante, visto que,

conforme relatório da UNODC, citado pelo autor, o uso de drogas vem em vertiginosa ascensão (26% a mais de que dez atrás), com recorde de aumento de consumo de cocaína e drogas sintéticas.

A ‘questão das drogas’ se configura como um processo social complexo, que deve ser abordado de forma ampla, pois diz respeito a um campo amplo de políticas inter e transeitoriais, que devem dialogar entre si e com a sociedade, e então construir, articulada ou colaborativamente, políticas complexas de abordagem quanto às origens e às características do problema em cada sociedade ou território. São políticas não exclusivas de um ou outro setor. Devem envolver concepções e estratégias provenientes dos campos da cultura, da saúde, da educação, do trabalho, da seguridade e desenvolvimento social, da justiça, da segurança, dos direitos humanos e tantas outras que cada situação possa identificar e sugerir caminhos.

O autor afirma que as medidas repressivas só aumentam os riscos, e consequentemente o contexto de violência, que circundam a questão, pois a guerra é atualmente “estratégia de extermínio de segmentos sociais vulneráveis, para os quais o Estado e a sociedade não constroem políticas de direitos, de cidadania, de ingresso social.” (Ibid, p.13). É nessa linha de argumentação que seguiremos neste capítulo e na pesquisa.

2.1 A guerra às drogas entre o proibicionismo e o desmentido da violência: quem é o inimigo desta guerra?

Ao pesquisar o contexto histórico da proibição de substâncias psicoativas, verificam-se os aspectos políticos e econômicos por trás das práticas repressivas, com a finalidade, muitas vezes, de controle social de determinados grupos, os considerados potencialmente perigosos, ou seja, não se trata de uma guerra contra as drogas, e sim contra sujeitos, mas não qualquer sujeito. Então, quem é o inimigo desta guerra?

Na história do proibicionismo brasileiro, podemos citar vários fatos e legislações que contribuíram para o modelo político de combate às drogas que se tem atualmente, dentre os quais, destacamos a forte influência do proibicionismo norte-americano, o qual tem como marco inicial a declaração de Richard Nixon, em junho de 1971, de combate ao ‘inimigo público número 1 dos Estados Unidos’. O discurso do então presidente, efetuado com base no vocabulário militar, justificando a ‘ofensiva total’ para a derrota do inimigo, foi rapidamente internacionalizado, surgindo daí o uso da expressão ‘guerra às drogas’, a qual foi se

concretizando de forma global, sendo capitalizada por ajuda financeira americana (BUGIERMAN, 2023).

A partir de um enunciado que pregava o ideal de uma sociedade livre de drogas, segundo o autor, as políticas proibicionistas americanas, as quais encobriam o objetivo de criminalizar os negros e os *hippies*, rapidamente tornaram-se globais, diante da hegemonia moralista da época e do vantajoso financiamento americano contra o inimigo.

Para Ferrugem (2019), em sua pesquisa sobre a manutenção da hierarquia racial da guerra às drogas, qualquer tentativa de discussão sobre o assunto precisa considerar os marcadores sociais de classe, raça e gênero, visto que esta guerra possui um inimigo em sua mira: jovens negros de periferia. A autora afirma que o proibicionismo não é referente somente à legislação brasileira e que a instauração da política criminalizadora de guerra às drogas foi quase que simultaneamente importada dos Estados Unidos para o Brasil, ressaltando que, em ambos os países, as drogas passaram a ser associadas a grupos minoritários. “Assim a confluência entre racismo, xenofobia, moralismo e interesses do capital está na base de sustentação da guerra às drogas” (FERRUGEM, 2019, p. 47).

Logo, o proibicionismo está para além do estatuto legislativo, configurando-se enquanto uma lógica complexa, em que os signos, que a atravessam, ditam relações de poder de ordem econômica, moral, ética e estética, cujo traço mais perverso encontra-se na letalidade objetiva e simbólica dos que estão na proximidade desta guerra, fazendo, ou não, parte dela. Enquanto política repressiva atual do país, mostra-se em evidente desequilíbrio entre repressão, produção e comércio.

O impacto resultante desse proibicionismo “seletista” pode ser verificado no encarceramento em massa de jovens em todo o país, o qual é a principal solução adotada, legalmente institucionalizada, pela política estatal. De acordo com os dados estatísticos do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN⁴, no período de Janeiro a Junho de 2023, do total da população prisional do Brasil, 41,1% foi composta por

4 “O Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN é uma ferramenta de uso gratuito fornecida pelo Ministério da Justiça que visa ao cumprimento da Lei nº 12.714, de 14 de Setembro de 2012. A finalidade desta ferramenta é coletar informações padronizadas para um eficaz mapeamento do sistema penitenciário no País. As informações coletadas estarão à disposição dos usuários para apoio à gestão prisional, formulação de políticas públicas e acompanhamento do cumprimento da pena privativa de liberdade, da prisão cautelar e da medida de segurança” (Texto informativo retirado do site da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN). Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>.

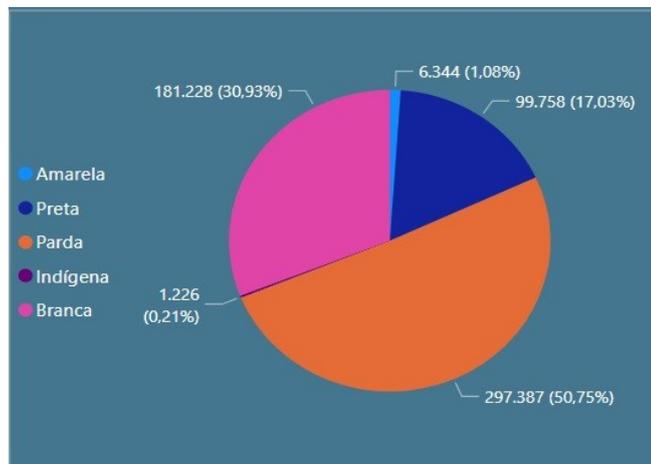
jovens de 18 a 29 anos, bem como, 67,78% se autodeclara de cor preta ou parda, conforme nos mostram os gráficos abaixo.

Gráfico 1 – Idade da População Prisional - Brasil



Fonte: SISDEPEN (2023). Disponível em:
<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/paineis-anteriores>

Gráfico 2 – População por Cor/Raça no Sistema Prisional - Brasil



Fonte: SISDEPEN (2023). Disponível em:
<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/paineis-anteriores>

Podemos afirmar que, concordando com Karam (2023), “a guerra às drogas, não é contra as drogas”, mas possui uma direção, uma mira, para onde apontar os armamentos, a qual está na rota de pessoas que estão nos âmbitos da produção, comércio e consumo das drogas. No entanto, a mira não aponta para todas essas pessoas da mesma forma, obedecendo mais aos preceitos estéticos do que aos éticos determinados na legislação.

A ‘guerra às drogas’ não é propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Como quaisquer outras guerras, dirige-se sim contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da ‘guerra às drogas’ são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os ‘inimigos’ nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como ‘traficantes’, ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente ‘conquistado’ e ocupado. (KARAM, 2013, p.62).

A guerra tem sido justificada e autorizada pela ilegalidade do mercado das drogas, no entanto, tem como alvo principal, jovens inseridos em uma pequena ponta deste comércio, localizada na base desta pirâmide, os chamados ‘pequenos traficantes’, bem como os que se assemelham a eles pela cor da pele, local de moradia e condições socioeconômicas.

Méllo e França (2020, p. 207) afirmam que a guerra, o combate, o cenário posto do tráfico de drogas, tem legitimado o extermínio, o genocídio da juventude preta e pobre, sendo esta considerada enquanto ‘inimigos elimináveis’. “À medida que o discurso de horror se transforma no discurso oficial, quando se declara que estamos em situação de guerra e que a única saída é sitiar as cidades, colocam-se em suspensão direitos de ‘certos sujeitos’ que perdem o ‘*status de pessoa*’ [grifos dos autores]”. É a partir desse atravessamento, é que são emparelhadas as condutas e os discursos de ódio que passam a ser determinantes na lógica de repressão do fenômeno das drogas, vinculada aos “certos sujeitos” que têm cor, gênero, classe social, marca de roupa e tipo físico.

A concepção do adolescente traficante como inimigo está relacionada à proliferação de discursos de ódio e a um modo específico de traduzir a alteridade. Duschatzky e Skliar teorizam acerca das formas de anúncio da diversidade, e uma das versões discursivas que dialoga com a perspectiva de inimigo interno aqui trabalhada é “*o outro como fonte de todo mal*”. Compreender que determinados grupos de sujeitos são ruins, essencialmente maus, “*fora da lei*”, não-tratáveis etc. legitima extermínios, apartheid, genocídios, ditaduras – ou seja, violências, desde a física até a legalista. “*A modernidade construiu, neste sentido, várias estratégias de regulação e de controle da alteridade [...]. Entre elas a demonização do outro: sua transformação em sujeito ausente*”. A noção de “*sujeito ausente*” dialoga com a perda do “*status de pessoa*”, a partir da suspensão dos direitos de “*certos sujeitos*” no Estado de Exceção, conforme já mencionado, configurando o Direito Penal do Inimigo [grifos dos autores] (Ibid, p. 209).

Podemos dizer que se trata de uma enorme quantidade de sujeitos (principalmente crianças, adolescentes e jovens), de singularidades 'descartáveis' ou ainda 'vidas matáveis',

homo sacer, como diz Agamben (1995), inseridos em um contexto de violência social (atravessado por questões econômicas, geracionais, de cor, de gênero) em que, a nosso ver, deve ser considerado no objetivo de interpretar a dimensão intersubjetiva e intrapsíquica.

Ao observar as principais fontes de pesquisas sobre violência do país, a cada ano constata-se uma letalidade de jovens condizente com uma guerra. Segundo o Atlas da Violência de 2023, conforme exposto no gráfico abaixo, dos homicídios ocorridos no Brasil, em 2021, 50,6% vitimaram jovens e “entre os anos de 2011 e 2021, 326.532 jovens foram assassinados no Brasil, com uma média de 66 jovens assassinados por dia”. Ainda segundo o último relatório do Atlas da Violência, “em 2021, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas de assassinatos”(CERQUEIRA; BUENO, 2023, p. 22). Dentre as considerações expostas na pesquisa, verifica-se que a principal causa de morte entre os jovens no país continua sendo a violência letal intencional.

Gráfico 3 – Violência contra jovens no Brasil



Fonte: Atlas da Violência 2023

Observa-se, então, o silenciamento de um genocídio, em que a política proibicionista justifica e emudece essa guerra urbana cotidiana, a qual não é sustentada somente em um estatuto legislativo, mas sim nos discursos que autorizam e justificam as violências (de Estado e da sociedade). Silenciamento este, no sentido de uma naturalização dessa lógica, pois a letalidade da juventude negra tem sido assistida e vociferada diariamente na rotina midiática, mas autorizada pelas práticas repressivas sociais e institucionais.

Os dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023) explicitam esse fato, visto que, no ano de 2022, 76,9% das vítimas de mortes violentas intencionais e 83,1% das vítimas das mortes decorrentes de intervenção policial, no Brasil, eram negras. No entanto, o dado mais alarmante deste relatório é referente à letalidade de adolescentes negros, pois 85,1% entre os adolescentes de 12 a 17 anos vítimas de homicídio, no país, eram negros.

É necessário historicizar para bradar o reconhecimento do caráter de extermínio da política proibicionista das drogas, pois o não reconhecimento implica na negação do sujeito de direitos (FERRUGEM, 2019).

Segundo Marcelo Semer, juiz criminalista do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo⁵, existe uma seletividade nas apreensões de pessoas por tráfico de drogas no Estado que se soma à pobreza e ao racismo institucionalizado, sobretudo relacionada à juventude preta (informação verbal).

Albuquerque, Azevedo e Nobre (2016, p. 46) apontam a condição de “invisibilidade perversa”, a qual se transforma em um estilo de vida, com uma narrativa própria, em que se encontram imersos principalmente os jovens, pretos e de periferia, vivenciando um cotidiano marginal, a partir de um contexto da violência da indiferença. A dimensão da invisibilidade atravessa o lugar social, a partir da não legitimação do acesso às políticas sociais, à condição de cidadania (“um não lugar no Estado”); o espaço territorial ocupado, os quais normalmente são territórios marginalizados (periferias); e os corpos, marcados por estigmas e preconceitos estéticos, étnicos e raciais (a cor da pele, vestimentas, linguagens).

A condição de invisibilidade aqui denota três dimensões identificadas como determinantes na vida dos/as jovens moradores/as das periferias, determinações estas sociais, territoriais e estéticas. O/a jovem invisível é aquele/a que não é visto, assim não é lembrado/a, ocupa, portanto, um não lugar no Estado brasileiro, sobretudo, com base no não-reconhecimento da sua condição de cidadão/ã, uma vez que a juventude é vista não como uma condição, mas como momento de passagem. Além da invisibilidade geracional e social provocada pela sua condição de classe, há uma invisibilidade territorial, isto é, a não identificação e priorização na pauta das políticas públicas dos territórios de moradia da maioria destes/as jovens: as periferias. Ainda nessa perspectiva, podemos acrescer a negação e o não reconhecimento da dimensão estética, étnica e racial dos/as jovens negros/as na cidade. Nesse sentido, viver à margem faz parte do circuito da invisibilidade juvenil.

5 Palestra proferida no 8º Congresso da Abramd em Nov/2021, cujo título foi “Processamento criminal por tráfico e uso de drogas: evidências da seletividade na garantia de direitos dos acusados”

O/a jovem invisível é aquele/a que somente a polícia enxerga, parafraseando o rapper Mano Brown do grupo de rap Racionais Mcs “ver pobre e preto preso ou morto, já é cultural”, essa é a condição do “negro-drama”.

Segundo os autores, em meio a esse cenário, a via da infração, da criminalidade, da transgressão a partir da “entrada no mundo das drogas”, apresenta-se como uma possibilidade de assegurar um “reconhecimento social”, uma certa visibilidade, uma ruptura momentânea com essa “invisibilidade perversa”, assunto que discutiremos no próximo tópico.

Nesta reflexão sobre a complexidade da violência, fator que perpassa fortemente o cotidiano do tráfico de drogas, Butler (2021) afirma que, para além de uma consciência e posição moral individual, a violência pode ser compreendida como uma prática social e política, em que estão implicados ideais políticos, sociais e econômicos de liberdade e igualdade. O ideal ético e político de uma não violência só é possível através de um ideal de igualdade e do direito ao luto, tendo em vista que algumas vidas, as “vidas precárias”, não são consideradas “dignas de luto, enlutáveis”.

Ser enlutável é ser interpelado de tal maneira que sabemos que nossa vida importa, que a perda de nossa vida importa, que nosso corpo é tratado como um corpo que deve ser capaz de viver e se desenvolver, cuja precariedade deve ser reduzida, e para o qual devem estar reunidas as condições para prosperar. A suposição de um igual direito ao luto não seria apenas uma convicção ou uma atitude com a qual outra pessoa nos saúda, mas um princípio que ordena a organização social de saúde, alimentação, moradia, emprego, vida sexual e vida cívica (BUTLER, 2021, p. 59).

Concordando com a autora, a questão fundamental que surge é “O que torna uma vida valiosa?”

Na maioria das vezes, as vidas dos jovens do tráfico estão nesse lugar social antes, durante e depois da ‘caminhada’, da inserção no tráfico de drogas, um lugar de não merecimento de direito ao luto, em que as forças do Estado, da mídia, da cultura, do imagético social desejante atuam na negação desse reconhecimento.

Nos cemitérios, os enterros daqueles que se consideram bandidos têm velórios que duram poucos minutos. As famílias não podem velá-los. Não há por que enlutar essas mortes. O ritual rápido comunica a todos que eles não precisam ser lembrados, que a comunidade não perde nada com suas mortes. Ao contrário, se torna mais segura (FELTRAN, 2018, p.283).

Contribuindo com essa reflexão, Ferrugem (2019), nos aponta que a valoração das vidas é determinada pela cor, localidade, ocupação, classe social, pois são esses marcadores

sociais que aproximam as pessoas da violência, diante da construção do perfil suspeito, de uma predisposição para o crime.

[...] o processo na sociedade brasileira ao noticiar mortes por ação policial, é colar na identidade do morto a de bandido. Isso é quase uma garantia de não investigação, e pior, de anulação daquela pessoa enquanto uma vítima da violência. Além da morte objetiva, tem a morte simbólica da história de vida, da cidadania e da dor da família. Esse mecanismo de apagamento da pessoa é um exemplo de racismo institucional, em que o Estado, por meio de ações diversas de seus organismos, acaba por reforçar o preconceito de cor [...]. (Ibid, p. 94-95).

Nesse sentido, na descartabilidade das vidas extermináveis, famílias enlutadas precisam lutar (já que são convocadas a transformar o luto em luta) para não negar as mortes de seus entes queridos, a fim de desapagar a morte que não contabiliza, através das memórias, por vezes, na tentativa de provar o não envolvimento com o crime. No entanto, questionamos em nossa pesquisa: e as vidas que possuem envolvimento com o crime? Como não desmentir? A morte deixa de existir? Quando se trata de morte de bandido, o fato é considerado socialmente aceitável e até desejável, pois ‘bandido bom é bandido morto’.⁶

Podemos constatar essa narrativa de apagamento na fala de um dos jovens entrevistados na pesquisa que pretende desvelar os desmentidos sociais que atravessam os jovens inseridos no tráfico de drogas, no contexto nordestino.

O caba sai daqui é o quê? ...se...quando dá coisa errada na mente do caba, né? Sair daqui é fazer... ruindade, né? Participar da guerra de novo, né? Até morrer e... Bota na mente, essa porra, oxe ninguém liga pra eu não...oxe.... o caba é mais um na vida. oxe.... Morre um filho de deputado pra tu ver...um bocado de...passando na televisão...passam mais de 5 dias só passando na televisão...morre um, um igual a eu pra tu ver. Três dias chorando, pronto, já era e esqueceu, o tempo passa. É isso, né? (Trecho da entrevista de Tiago⁷)

Observa-se a dimensão do desmentido ferencziano, a partir da identificação e introjeção dessa descartabilidade da própria vida, uma vida que merece menos luto do que a de um filho de deputado, restando somente o retorno à guerra, em que as vidas são extermináveis. Essa discussão será melhor abordada nos capítulos que seguem.

⁶ Frase alusiva à campanha eleitoral de José Guilherme Ferreira Godinho, o Sivuca, delegado de polícia do Rio de Janeiro, que foi eleito deputado estadual em 1986 através do slogan “bandido bom é bandido morto”, o qual foi amplamente disseminado, na época, pelo radialista e jornalista Afanásio Jazadji. A frase transformou-se em um ditado popular, tornando-se lema de justificativa de ações de policiais, grupos de extermínio e de ataques aos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos (OLIVEIRA, 2017).

⁷ Nome fictício, determinado pela pesquisadora, com o objetivo de garantir o anonimato dos participantes da pesquisa.

Diante do exposto, retomamos aqui o mesmo ponto com o qual iniciamos o capítulo, o fracasso anunciado desta guerra. Segundo Lemgruber e Napolião (2023) e Bugierman (2023), a proibição das drogas sempre foi uma questão de dimensão político-econômica, baseada em moralismos, classismo, racismo, conservadorismo e falta de informação, visto que nunca teve evidências científicas. Foram utilizados quantidades enormes de recursos financeiros, militares, judiciais e de segurança para combater, com a força, uma questão, cujos resultados foram mínimos e desastrosos, pois o uso, a produção e o comércio de drogas só cresceu. Da mesma forma, a prisão e/ou extermínio não vem se concretizando enquanto uma solução, visto que não tem alcançado seu objetivo que seria o fim da criminalidade.

Logo, a partir de tantos questionamentos e a fim de compreender mais sobre o fenômeno discutido, traçaremos algumas reflexões sobre os aspectos organizacionais e de pertencimento inerentes à inserção e ao cotidiano do tráfico de drogas.

2.2 O tráfico de drogas enquanto uma organização entre o crime, o pertencimento e o poder.

Qualquer tentativa de analisar, estudar, pesquisar a dimensão do tráfico de drogas deve partir da perspectiva de compreensão e reconhecimento das contradições que fazem parte das várias esferas que o constituem.

Apesar de ser uma categoria de análise e uma realidade ambas multifacetadas, verifica-se uma lógica binária no cotidiano do tráfico, tanto nas narrativas sociais e institucionais que, por vezes, ditam o lugar de bandido ou vítima do jovem envolvido, como nos papéis ocupados e modelos organizacionais internos ao tráfico, a partir de lógicas de pertencimento e apagamento, disciplina e transgressão, ‘o grande traficante’ e ‘o pequeno traficante’, dentre outras que abordaremos neste tópico.

Logo, a dinâmica organizativa do tráfico de drogas abarca uma trama complexa de relações econômicas, políticas, sociais, culturais, comunitárias, de afetos, inter e intrasubjetivas de vários atores, as quais compõem uma hierarquia de espaços e funções ocupadas e nominadas, ou seja, existe um nível de organização interior que também é submetido à lógica de dominação interna entre seus pares. Para exemplificar a dimensão desse aspecto, citamos o que Feltran (2018, p. 17) aponta sobre os membros batizados do PCC:

O Ministério Público brasileiro estima que, em 2018, o PCC tenha mais de 30 mil integrantes batizados em todo estado da federação. Ao menos outros 2 milhões de homens, mulheres e adolescentes, mesmo que não batizados, são funcionários de baixo escalão dos mercados ilegais no Brasil e *correm com o Comando [grifo do autor]* em periferias, ruas e favelas de todo o país.

É necessário ressaltar que os considerados de ‘alto escalão’, os ‘patrões’, dentro dessa trama, encontram-se em espaços e posições sociais, econômicas e políticas diferenciadas e, por vezes, distantes dos considerados ‘de baixo escalão’.

Em sua pesquisa sobre a história, organização e cotidiano do PCC, o autor afirma que o crime movimenta o mercado financeiro de nossa economia, tendo em vista o quantitativo de dinheiro que faz circular também na economia formal, mas compensa de forma desigual ou, ainda, compensa na exploração da desigualdade, pois os que não estão diretamente envolvidos ‘na caminhada’⁸, lucram com risco do outro.

O crime compensa para quem lucra com o risco ao qual a população está exposta, desde que dentro de determinadas taxas; compensa para leiloeiros que ganham mais com o carro roubado do que os meninos que o roubaram; para os bancos que recebem o dinheiro do tráfico de drogas; para os políticos que se elegem com dinheiro lavado; para os maus policiais que recebem subornos; para os próprios ladrões e traficantes que conseguem sobreviver à repressão policial (Ibid., p. 314).

Os sujeitos que estão mais próximos do comércio direto, os que normalmente dependem desse dinheiro para sobreviver, também estão mais próximos da violência (a qual atinge de forma desigual), visto que são mais facilmente criminalizados, dos que fazem a operação à distância, pela internet, que pode ser de um presídio ou de uma mansão de luxo. Trata-se de “mão de obra adolescente”, a qual é usada nos negócios, em uma realidade que, por vezes, o crime não compensa nem para eles, pois mais cedo ou mais tarde, provavelmente serão presos ou mortos.

Nesse sentido, em sua pesquisa sobre o cotidiano de adolescentes e jovens envolvidos com tráfico de drogas, em uma periferia de São Paulo, Fefferman (2006) traça um paralelo sobre o trabalho realizado no tráfico de drogas, a partir da lógica do mercado submetido à dominação do capital, em que os jovens trabalhadores também vivenciam condições precárias de trabalho, no entanto, diante da não existência de regulação estatal, a flexibilização e a falta de proteção social são maximizadas.

8 Como é conhecida a vida no crime (FELTRAN, 2028).

A autora relata que os jovens trabalhadores da indústria do tráfico possuem obrigações e seguem algumas ‘regulamentações’ no cotidiano de sua função: o contrato é verbal; as regras são conhecidas por todos, havendo punição quando as desrespeitam (no caso a morte); e o regime de trabalho é ininterrupto, pois a maioria deles trabalha dia e noite, todos os dias da semana (mesmo nos momentos em que não estão na ação de venda, sempre devem estar disponíveis).

No sistema organizacional do tráfico de drogas, dois valores norteiam as relações pessoais e comerciais: a confiança, que se mostra como cooperação, e a violência, que se manifesta na confrontação. Segundo Fefferman (2006), as relações de trabalho ocorrem através de uma hierarquia, dependendo do tamanho do ponto de venda, constituída normalmente por “olheiro”, “aviãozinho”, “vendedor”, “gerente” e “patrão”⁹, além de um sistema de garantias e benefícios garantidos pelo patrão (assistência médica, em caso de doença, e jurídica, caso forem presos). No entanto, em situações de confronto, as resoluções e cobranças normalmente ocorrem por meio de penalizações que envolvem a violência e a letalidade.

Dessa forma, uma das consequências da não regulação deste mercado, é a adoção de medidas retaliativas no cotidiano organizacional, em sua face mais perversa, através da violência e letalidade contra si próprios e contra a sociedade em geral, já que não é possível recorrer a instâncias de proteção social estatais.

Vários autores que discutem ‘a questão das drogas’ reverberam o discurso de pautar a regulação das substâncias psicoativas, o que já vem ocorrendo em vários países e a passos lentos no Brasil, pois as evidências, pesquisas e análises corroboram para a necessidade do debate sobre a ineficácia do proibicionismo e a urgência de novas formas de regulação e descriminalização.

9 O “olheiro” cumpre a função de vigilância do ponto, devendo repassar informações rapidamente de batidas policiais ou invasões das facções rivais, através de códigos previamente acordados junto à facção. O “aviãozinho” se ocupa da realização de serviços demandados pelos patrões e/ou gerentes, como o repasse de recados até a entrega de drogas. O “vendedor” (ou “vapor”) é o encarregado de vender a droga para os clientes e responder diretamente, ao gerente, por aquele ponto. O “gerente” é a pessoa de confiança do patrão, que fica responsável pela organização geral das vendas, intermediando as relações das outras funções com este. O gerente distribui a droga para os pontos de venda e deve prestar contas diariamente ao patrão. O “patrão” é o “dono da boca”, o cargo superior, responsável pelas decisões principais, pela compra da droga, pelo fornecimento de armamento, pelo suborno à polícia (FARIA; BARROS, 2001). Segundo Fefferman (2006), dependendo do ponto, e da quantidade de venda das drogas, essa hierarquia pode se modificar.

A legalização e conseqüente regulação e controle da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas, que porá fim à política de proibição às arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas e à sua suja e sanguinária guerra, há de estar no centro de qualquer debate sobre desmilitarização, redução da violência e efetivação dos direitos humanos. (KARAM, 2013,p.63).

Para além da lógica organizacional, comercial e de trabalho do tráfico de drogas, objeto que investigamos em pesquisas anteriores, salientamos a importância da compreensão das relações identitárias e de pertencimento, características da inserção no tráfico, principalmente quando se trata da entrada em facções, e de que forma as construções simbólicas intersubjetivas e intrapsíquicas são atravessadas nessa realidade. Essa é a nossa tentativa de contribuição com esta pesquisa de doutorado, mas logicamente a partir de um recorte de análise e de lugar específico.

A vivência das pessoas envolvidas com o tráfico, no caso, aqui, os jovens trabalhadores, é mediada por relações que vão além das comerciais, constituindo-se em um espaço em que se constroem alianças, condutas, afetos, identificações, vidas, oferecendo o pertencimento a um lugar que muitas vezes esses jovens não encontram em outros âmbitos sociais. Conforme afirma Diniz *et al.*(2016), o crime organizado substitui o encargo do Estado, ao garantir segurança, alimentos, assistência médica, etc. às famílias que se dispõem a colaborar, a não caguetar, a viver ‘em harmonia’ com o crime na localidade.

Ao discutir o modo de organização do PCC, Feltran (2018, p. 276) faz menção à ideologia do PCC¹⁰, que ‘regulamenta’ as alianças e relações de parceria entre seus membros, e nas comunidades onde atuam, as quais sustentam esse pertencimento por meio de uma proteção e cuidado, dando sentido às ações, o que expõe uma contradição: o certo através do crime. Conforme esta ideologia do crime, é preciso fazer “o certo da vida errada”, ou seja, é necessário ter disciplina na transgressão, é necessário seguir uma normativa moral e comportamental em que ser criminoso (viver no mundo do crime) requer coragem, humildade, respeito, cooperação entre os irmãos, empatia comunitária, dentre outros. “Deve ser humilde no trato com todos, e *fechar* com o crime [...] Deve ser bom como o melhor dos homens, e ruim como o pior deles sempre que preciso.” (Ibid, p. 277, itálico do autor).

A partir da mencionada ideologia, só se consegue vencer pela força, através da guerra contra o sistema, pois o que está posto e instituído é injusto e desigual. Logo, uma

10 Vide Estatuto do PCC em anexo (Anexo A)

parcela de jovens da periferia “[...] encontra categorias para compreender sua condição social [...] no mundo do crime que se torna um caminho lateral às tentativas de integração social.” Nesse sentido, o que representa proteção para a sociedade em geral (como as políticas de segurança pública), representa perigo para os jovens do tráfico e o que representa o perigo e o crime para a sociedade, representa proteção para o tráfico (Ibid, p. 137).

Podemos então levantar aqui um questionamento, ainda sem resposta para esta pesquisadora: o comportamento transgressor não seria mais uma dobra de que um desvio antissocial, como o discurso médico jurídico insiste em pautar?

Contribuindo com essa reflexão, Rosa e Vincentin (2010, p.113) apontam a crítica aos pressupostos teóricos e ideológicos dos campos jurídico e da saúde contidos nos diagnósticos (que normalmente indicam patologia de personalidade antissocial) de jovens que se encontram em cenários jurídicos, devido a situações de criminalidade. As autoras afirmam que os discursos psiquiátrico/psicológico e jurídico contribuem para a colocar esses jovens em uma “condição intratável e irrecuperável.”

Nesse sentido, os jovens que são foco desta pesquisa vivenciam o desmentido social desde cedo, pela indiferença, pela violência, identificando-se talvez enquanto diferentes dos cidadãos de bem, dos patrões, buscando uma ocupação em outro espaço que não o trabalho de bem, tendo em vista que acabam por introjetar essa narrativa social e institucional de ‘inimigo irrecuperável’.

Salienta-se que esse comportamento transgressor se confronta com o mediador disciplinar existente na normativa dos grupos de facções, a qual reivindica um ideal de conduta entre seus integrantes. Feltran (2018) afirma que a política do PCC atua como um regulador disciplinar das relações, com o foco da confiança e na honra, regulando a rede de contatos e parcerias, no entanto, as responsabilidades das ações criminais, dos acordos estabelecidos são de cada um e, caso os membros não sigam essa normativa ética de conduta, serão excluídos também pelos pares, pelos parceiros do tráfico. Ou seja, possuem uma relação de pertencimento ao grupo, mas, quando não são mais considerados ‘dignos’, são desautorizados ao extremo, com a violência extrema ou a morte.

Nesta pesquisa, foi possível observar a existência dessa ética, da lei do crime em algumas narrativas, dentre as quais destacamos a de Tiago novamente.

De disciplina? De cobrança eu num gosto muito de bater nos outros não, porque... é a lei e o caba tem que bater, mas, oxe... eu sou mais gravar. Eu cobreí mesmo, assim pra eu dá mesmo, só foi duas vez. Foi uma de caibo e outra com um botijão, é...mangueira de botijão, porque roubou a televisão duma véia e a outra foi uma geladeira, aí nós teve que cobrar...e as outras só foi filmagem mesmo.[...] Aí pra ele não correr, pronto, eu ficava com a pistola aqui, filmando, se ele correr o caba senta o aço....aí ficava apanhando e pronto. Aí o caba depois que apanhava, o caba dizia: 'oxe, parceiro, faça mais isso não, pra gente num ficar apanhando de macho...é muito bonito, o caba ficar apanhando de homi' ...oxe 'crie...bote coisa na sua mente, homi, vá trabalhar, se não... se for traficar, trafique....seja um homi num seja....comediante da quebrada não'...mesmo assim apanhava de novo...'sai, se não vou terminar te matando'. O caba ainda dava o conselho...dava uma pisa, mas depois dava um conselho. (Trecho da entrevista de Tiago).

Verifica-se que o jovem, ao cobrar 'uma disciplina' de outra pessoa porque roubou uma senhora da comunidade, menciona a lei e o dever de bater no outro, aconselhando-o a corrigir sua conduta. O trecho exposto tem como objetivo ilustrar o assunto abordado, no entanto, trataremos essa questão de forma mais aprofundada nos capítulos que seguem.

Diante do observado, ao trazer a compreensão para o recorte de análise desta pesquisa, os jovens envolvidos com o tráfico de drogas no interior paraibano, convém tecer considerações sobre a realidade mais próxima que circunda este público.

2.3 O cenário de guerra no sertão nordestino.

Discorrer sobre o cenário de guerra às drogas na localidade do sertão paraibano não é tarefa fácil, ante a dificuldade em encontrar material bibliográfico que tratasse do assunto que não seja pelo viés jurídico ou através da mídia sensacionalista. Dessa forma, tentaremos retratar esse contexto local no capítulo sobre a análise interpretativa da pesquisa a partir das narrativas dos jovens entrevistados, que trouxeram a dimensão pessoal e simbólica desta guerra vivenciada organicamente.

O cenário dessa guerra fica mais visivelmente exposto nas mídias e na sociedade em geral, nas capitais do país, principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, mas essa frente de batalha espalha-se por cidades menores, somada às vulnerabilidades e dificuldades de acesso a políticas básicas de educação, trabalho e projetos de vida, as quais são mais presentes na realidade de certas localidades, como é o caso do sertão paraibano.

Então, convém tecer algumas informações, neste tópico, sobre a realidade do tráfico no estado da Paraíba a partir da origem, na cidade de João Pessoa, das duas facções protagonistas da guerra no estado, visto que esse *front*, iniciado na capital, adentrou o interior paraibano, conforme as falas dos jovens entrevistados.

Podemos afirmar que a mesma realidade discutida até aqui também se configura no Nordeste brasileiro e na Paraíba, ou seja, a guerra às drogas é guiada por princípios socioinstitucionais racistas, classistas, conservadores e é justificativa de controle social e extermínio de minorias: a juventude negra e de periferia. No entanto, aqui temos um marcador social a mais: o nordestino, o paraibano.

Assim, é importante iniciar essa discussão, a partir dos mesmos dados estatísticos do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN, mas a partir da realidade do estado. No período de Janeiro a Junho de 2023, do total da população prisional da Paraíba, 43,06% foi composta por jovens de 18 a 29 anos, conforme o gráfico abaixo.

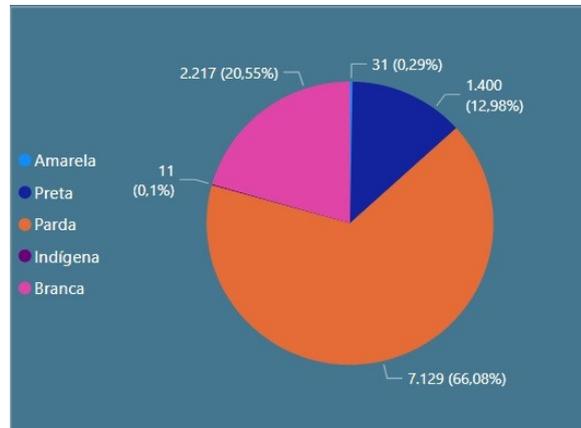
Gráfico 4 – Idade da População Prisional - Paraíba



Fonte: SISDEPEN (2023). Disponível em:
<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/paineis-anteriores>

Ao fazer um comparativo com os dados nacionais, verifica-se um quantitativo semelhante de encarceramento da juventude, retratando as consequências das políticas proibicionistas que vem atingindo de forma massiva o segmento alvo da juventude estadual. No tocante à cor/raça da população prisional da Paraíba, segundo relatório da SISDEPEN (2023), no período de Janeiro a Junho de 2023, 79,06% se autodeclara de cor preta ou parda, conforme gráfico que segue.

Gráfico 5 – População por Cor/Raça no Sistema Prisional - Paraíba



Fonte: SISDEPEN (2023). Disponível em:
<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/paineis-anteriores>

Esse fato nos chama a atenção, pois a partir da análise desse sistema de dados, nos estados do Nordeste, o quantitativo de pessoas do sistema prisional que se autodeclaram pretas e pardas é maior em relação às outras regiões brasileiras.

Dentre esta população prisional, formada por um quantitativo considerável de jovens pretos e pardos, uma grande parcela cumpria a pena pelo crime de tráfico de drogas. De acordo com o SISDEPEN (2023), na consulta sobre a tipificação penal, dentre o total de crimes hediondos e equiparados, cometidos pela população prisional da Paraíba, 40,68% é tráfico de drogas, 9,45% associação ao tráfico e 1,25% tráfico internacional de drogas, ou seja, 51,38% de crimes hediondos e equiparados eram referentes ao tráfico de drogas.

Nesse cenário de tráfico de drogas local, dois grupos do crime organizado, duas facções rivais, vêm protagonizando a guerra às drogas no estado, juntamente com as forças policiais, os quais são os atores institucionais que também estão no eixo frontal do combate: a Okaida e a Estados Unidos.

Diniz *et al.* (2016) ressalta que as duas organizações surgiram de um presídio de João Pessoa, originalmente como Al-Qaeda e Estados Unidos, por volta do ano de 2006, em alusão aos confrontos decorrentes do 11 de setembro, no entanto, a ‘Okaida’, passa a ser grafada dessa forma pela baixa escolarização de seus integrantes. A Okaida surgiu primeiro, com o objetivo de se estabelecer em determinados bairros, criando uma estrutura do tráfico de drogas em parceria com o PCC, inicialmente, a qual foi desfeita depois. A facção

Estados Unidos surgiu depois da Okaida, a partir do enfrentamento aos rivais e inimigos desta. O PCC, através de sua política de intervenção na atuação de grupos menores, contribuiu com esse conflito local, por meio da promoção da guerra nos presídios e nas ruas da cidade.

Em relação ao modelo normativo e organizacional, ambas possuem uma lógica de funcionamento semelhante, com a promoção de ações midiáticas na cidade, de contestação das ações estatais, como queimar ônibus, fechar escolas sob a ameaça de incêndio, dentre outras, etc. O autor menciona que a Okaida é a facção mais forte em João Pessoa e mais capilarizada pelo interior do estado e a Estados Unidos possui mais comando em Campina Grande. Um dos jovens entrevistados, residente do interior do estado, relatou sua vinculação com a facção Estados Unidos e outro jovem fez referência ao envolvimento com a Okaida.

Segundo Machado (2019), em uma matéria da BBC News sobre a ascensão da Okaida, esta é marcada por dois aspectos principais, “a juventude e a autopromoção nas redes sociais”, entretanto, ambas as facções possuem forte presença de jovens e adolescentes entre seus integrantes. “Um dos motores do crescimento da Okaida foi sua política de filiar menores de idade - embora a Estados Unidos também utilize adolescentes [...]”, fator que impacta a dimensão da violência e da letalidade nesta faixa etária, já que são estes que estão no *front* da guerra.

No decorrer das entrevistas, alguns jovens apontaram fatos sobre a guerra entre essas duas facções, informando que destas, outras ramificações foram surgindo, no entanto, as disputas entre as duas continuam na linha de frente, ocupando os noticiários locais e as narrações dos que estão em situação de encarceramento, na localidade da pesquisa. Machado (2019) ressalta que os traços do confronto são pintados nos muros, por meio de imagens e códigos normativos que demarcam espaços¹¹, e na pele, através de tatuagens que circunscrevem os corpos. “Quem é da Okaida costuma marcar a pele com palhaços ou com o personagem Chucky, do filme *Brinquedo Assassino*. Já os membros da Estados Unidos tatuam a bandeira americana ou o desenho de um peixe.”. Um dos participantes da pesquisa nos mostrou sua tatuagem referente à vinculação com a facção.

Esse combate acontece também, de forma acirrada, na disputa de músicas, de hinos, entre os Mcs de facção. Conforme relato de um dos jovens entrevistados, a guerra é

11 Vide no Anexo B, imagem de muro, localizado no município de João Pessoa, com referência ao código de conduta da Okaida. Fonte da imagem: MACHADO, L. A ascensão da Okaida, facção criminosa com 6 mil 'soldados' na Paraíba. **BBC News Brasil**, São Paulo, 18 abr. 2019.

narrada nas batalhas musicais, com o repasse de recados e os salves¹², direcionados aos integrantes de ambas as facções. As músicas e vídeos estão disponibilizados na plataforma YouTube e possuem conteúdo de extrema violência e apologia ao crime¹³.

Salienta-se que a maioria dos jovens entrevistados, nesta pesquisa, referiram a música como principal dispositivo a ser recorrido nos momentos de dor e sofrimento, diante das ausências de pessoas ‘de confiança’ com quem pudessem conversar. Logo, diante da não escuta do traumático, a música é um importante e potente espaço de simbolização e perlaboração das dores e dos traumas sofridos referentes à guerra ou aos projetos de vida fora da guerra.

A partir das informações aqui expostas, seguiremos a compreensão da realidade mais específica do sertão paraibano, através da apresentação dos jovens paraibanos entrevistados.

12 Termo alusivo à comunicação interna do PCC e de outras facções. Os salves são repasses de informações e esclarecimentos de decisões do comando para todos os integrantes da facção, que podem ser escritos ou orais, divulgados através de variados formatos: plataformas digitais (whatsapp, instagram, facebook, youtube), bilhetes escritos, sistema de rádio, etc. (FELTRAN, 2018).

13 Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=JPVZiGCnbnI> (MC luceninha – Guerreiro da Okaida)
<https://www.youtube.com/watch?v=02-bY-7mf1E> (MC LUCENINHA - FAMÍLIA OKAIDA - 4 e Meia da Manhã a Escuridão já ta se indo)
<https://www.youtube.com/watch?v=73yN5fs8Ljc> (Mc descubra família bdc fechado com bonde de patos estados unidos us)
<https://www.youtube.com/watch?v=bqgxYyqaNnM> (Mc descubra alhandra BDC us)

OBS. A referência destes vídeos surgiu em uma das entrevistas da pesquisa. Ao ser questionado sobre o que gostava de ouvir, em relação às preferências musicais, um dos jovens sugeriu a busca dos vídeos do Mc Luceninha, um dos principais Mcs da Okaida, e do Mc Descubra, que faz parte da Estados Unidos. Ressalta-se que o mesmo informou que essas músicas e vídeos são proibidos no Centro Educacional em que se encontrava, devido à apologia ao crime. Salienta-se que, pelo teor dos vídeos, em algum momento estes podem ser retirados da plataforma e/ou não mais serem encontrados.

3. Aspectos metodológicos da pesquisa: o desmentido institucional de um Centro Educacional no sertão paraibano.

A minha poesia,
apesar de pouca e rala,
cabe na tua boca
dentro da tua fala.

Apesar de leve e rouca,
chora em silêncio
mas não cala.

E apesar da língua sem roupa,
não engole papel,
cospe bala!

Sérgio Vaz

No decorrer da construção do escopo da tese, até o momento, mais questionamentos do que afirmações vão apontando (dada também a complexidade do fenômeno analisado), tendo em vista que o objeto de pesquisa que dialoga com a Psicanálise vai acompanhando o que surge no caminhar de um processo de observação e escrita. Conforme fala Rosa e Domingues (2010, p.184), “o método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito e constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação, a teoria por si só, mas integra a teoria, a prática e a pesquisa”.

Na tentativa de uma sistematização, para fins de uma organização mais didática, este capítulo foi dividido nos tópicos subsequentes, com o objetivo de discutir alguns arrazoados entre os aspectos teórico-metodológicos e a estruturação da pesquisa de campo que foi realizada.

3.1 Aproximações teórico-metodológicas da pesquisa.

Ante o exposto na parte introdutória do trabalho, torna-se necessário fazer algumas ponderações, as quais são mais resultantes de um esforço elucubrativo da difícil missão de pensar a questão metodológica de uma pesquisa. Desta maneira, convém traçar algumas considerações sobre o significado do delineamento desta pesquisa especificamente.

Temos como proposta a escuta e a interpretação de narrativas de sujeitos em seus atravessamentos de marcadores sociais, os quais estruturam a dimensão intrapsíquica, a partir do recorte da teoria psicanalítica. Rosa e Domingues (2010) afirmam que a Psicanálise pode contribuir com o estudo do campo social e político, a partir do componente que lhe cabe, ou seja, a dimensão do inconsciente no laço social. Para isso, é necessário que a pesquisa psicanalítica compartilhe de conhecimentos sobre os fenômenos sociais e políticos referentes a outros saberes, estabelecendo-se as possibilidades de caminhos da pesquisa em Psicanálise aplicada.

Com o objetivo de contribuir com essa discussão, ressaltamos os apontamentos de Franco (2022, p.25) sobre a reflexão de que não existe uma unicidade no modo de pesquisar em psicanálise, de forma que cada pesquisador precisa explicar o atravessamento da psicanálise no referencial teórico-metodológico de sua pesquisa específica, ou seja, “sua prática pesquisante singular”. O autor evidencia a importância de explicitar o referencial teórico da pesquisa, a fim de sustentar o método utilizado. “O pesquisador conta com uma psicanálise que se configura enquanto anteparo de pesquisa em vista de sua mobilização; e para essa mobilização, necessariamente ocorrem determinantes que compõem, conjuntamente com a psicanálise, o referencial teórico-metodológico de base [...]”. (Ibid, p. 39)

Dito isto, conforme o desenho de objeto de nosso trabalho apresentado até aqui, a proposta é a realização de uma pesquisa, de cunho qualitativo, que permite a interpretação pela lente da Psicanálise, realizada a partir de discussão teórica e investigação de campo, com o objetivo de aproximação e interpretação dos discursos dos sujeitos envolvidos no tráfico de drogas, na tentativa de compreender as afetações dos mesmos diante da dimensão do desmentido social e institucional.

As narrativas desses sujeitos foram analisadas pela Análise Interpretativa de Frederick Erickson (1989) e interpretadas por meio da teoria psicanalítica da traumatogênese ferencziana, as quais permitiram garantir a apreensão dos desmentidos sociais e institucionais dos jovens inseridos no tráfico de drogas. Como a leitura do objeto é psicanalítica, seguiremos na concordância de determinados aspectos da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos.

González Rey (2002) indica que, na epistemologia qualitativa, o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa, na qual o sujeito participante da pesquisa traz sua

interpretação do objeto de estudo e o pesquisador dá uma significação a suas expressões; interativa, no âmbito da relação entrevistado-pesquisador, e singular, na qual cada sujeito é identificado como forma única e diferenciada. O autor afirma ainda que a pesquisa qualitativa permite um conhecimento teórico de uma realidade plurideterminada, interativa e inserida em uma história, a qual é representativa da realidade humana. “A abordagem qualitativa no estudo da subjetividade volta-se para a elucidação, o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade e não tem como objetivos a predição, a descrição e o controle” (GONZÁLES REY, 2002, p. 48).

Nessa perspectiva, o fenômeno psicológico não é centrado em uma natureza humana, não é preexistente ao humano, mas reflete as condições sociais, culturais, políticas e econômicas em que ele vive. A noção de subjetividade é compreendida enquanto uma construção, na relação com o mundo. O próprio sistema de signos, que caracteriza a linguagem, é produzido no social, exercendo papel fundamental na mediação da subjetividade, permitindo a produção de sentidos pessoais da realidade, visto que o sujeito é constituído no interior da história e modificado pelas práticas sociais (Foucault, 2005).

Safra (2001) aponta que o método psicanalítico é processual, sendo um processo investigativo não conclusivo, ressaltando a abertura ao devir. Logo, é somente durante o transcorrer investigativo que os acontecimentos e significações destes vão se desenvolvendo, podendo ocorrer mudanças de percepção e interpretação por parte do pesquisador. Não é um objeto, é um processo.

Ao refletir sobre os eixos da pesquisa em Psicanálise, Estevão (2018) aponta que a teoria psicanalítica, enquanto método, pode operar fora do campo da clínica, quando se destina a explicar e interpretar fenômenos inter e intrapsíquicos que são atravessados pela dimensão social, cultural e política, como, por exemplo, questões raciais, questões identitárias, grupos, guerra, etc. O fenômeno da transferência não é restrito à cena clínica, tendo em vista que o inconsciente não se manifesta somente no tratamento analítico, estando presente nas diversas manifestações humanas e sociais. “O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende” (ROSA, 2004, p. 342).

Dallazen *et. al.* (2012), explicitam a importância da dimensão ética na pesquisa em Psicanálise, a qual tem como campo de pesquisa o inconsciente e a transferência, ao

refletir que a ética nas investigações psicanalíticas estão relacionadas à disponibilidade do pesquisador de se inquietar, provocar indagações sobre si, sobre o laço social e sobre a pesquisa.

Logo, a fim de investigar a dimensão do sujeito do inconsciente, situado histórica e politicamente, atravessado pelos marcadores sociais, é necessária uma aproximação com a realidade dos jovens vinculados ao tráfico de drogas, desprovida de discursos moralistas, os quais enfatizam mais os aspectos da ilegalidade e punição, a qual traz maiores contribuições para o saber psicanalítico. Nesse sentido, acreditamos ser fundamental trazer a fala daqueles que estão diretamente inseridos nesse processo, tendo em vista que pela fala são abordados “lugar e posição de onde se infere o sujeito” (Dunker, 2016, p. 15), possibilitando uma interpretação da subjetividade.

É importante salientar que a postura de proximidade não significa adotar uma visão ingênua, romantizada e vitimista sobre a questão, mas quando o pesquisador/profissional decide olhar o fenômeno estudado mais de perto, as concepções predefinidas são postas de lado e novas significações e interpretações vão juntando ao corpo de reflexões. Rosa (2004) indica que a escuta dos depoimentos pode ser a escuta dos inconscientes, a partir do tema de pesquisa trazido pelo pesquisador, mas que ambos se reconstróem nessa relação.

Feitas estas considerações, relatamos a seguir como se desenhou o processo de escuta dessas narrativas, a partir dos procedimentos e etapas necessárias a uma investigação de campo.

3.2 O desmentido institucional de um Centro Educacional: o cenário da pesquisa.

A proposta inicial do trabalho investigativo seria a realização de observações e entrevistas em comunidades periféricas de Fortaleza-CE, partindo do acesso já existente com o mesmo contato institucional estabelecido na pesquisa do mestrado, a fim de apreender as narrativas e a realidade do referido público, em seus espaços de vida familiar e comunitária.

Contudo, diante da realidade de extrema violência que tem se configurado na cidade, provocada pela guerra de facções (as quais são cada vez mais presentes no cenário local), além de envolver riscos para a pesquisadora, o acesso à localidade fica dificultado,

dada a dinamicidade dos contextos dos sujeitos de pesquisa. Somou-se a isso o contexto de pandemia da Covid-19, o qual atravessou boa parte do percurso de nosso doutorado, gerando uma instabilidade nas possibilidades de contato físico, além da questão dos prazos necessários para a realização da tese.

Em decorrência da viabilidade, optamos pela realização da pesquisa de campo em um Centro Educacional, medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA¹⁴.

Logo, pretendemos traçar a investigação metodológica de campo que foi realizada através de observações e entrevistas semi-dirigidas, norteadas por eixos principais a cada encontro, junto a adolescentes e jovens que cumpriam medida socioeducativa de internação por tráfico de drogas, em Centro Educacional no sertão nordestino.

3.2.1 O local da pesquisa.

O Centro Educacional onde foi realizada a pesquisa de campo é responsável pela operacionalização de medida cautelar e internação de 89 municípios localizados no sertão paraibano. Salienta-se que a maioria dos jovens que se encontravam no local, no momento da execução da pesquisa, eram provenientes de outras cidades, inclusive os cinco participantes das entrevistas. Nesta ocasião, havia no total 22 adolescentes e jovens internos cumprindo a medida socioeducativa de internação, conforme informação repassada pela direção do local.

No tocante à equipe profissional que atua na instituição, a mesma é constituída por: direção e vice-direção, equipe técnica (composta por profissionais de psicologia, serviço social, direito, enfermagem e arte-educação), agentes socioeducativos, serviços gerais e professores da rede estadual de ensino responsáveis por ministrar as aulas regulares dentro do

¹⁴ As medidas socioeducativas são previstas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, destinadas às situações em que o adolescente, de 12 a 18 anos incompletos, pratica ato infracional. Podem ser aplicadas. Existem seis medidas socioeducativas, em meio aberto e em meio fechado, que são aplicadas conforme a gravidade do caso. I – Advertência, II - Obrigação de reparar o dano, III – Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), VI – Liberdade Assistida, V – Semiliberdade, VI – Internação. A internação em Centro Educacional é a medida mais severa em que o adolescente tem seu direito à liberdade suspenso. Tal medida coloca o adolescente sob custódia do Estado e está sujeita aos princípios da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, considerando que se trata de uma medida de privação de liberdade, devendo ser aplicada somente em infrações mais graves, fica estabelecido o tempo máximo de três anos de internação, na qual deve ser realizada uma avaliação a cada seis meses. Salienta-se que as medidas socioeducativas podem ser cumpridas por jovens de até 21 anos. Fonte: BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990.

Centro Educacional.

Em relação ao espaço físico, verifica-se fragilidades estruturais em todo o local, tanto no ambiente onde são distribuídas as salas de atendimento, quanto nos alojamentos, refeitório e salas de aula dos socioeducandos¹⁵. Um fato, relativo a essa disposição espacial, chama a atenção: existe uma divisão interna, delimitada fisicamente por uma grade, entre o espaço de convívio dos jovens e o da equipe, o qual é observado no cotidiano institucional. Nas várias visitas realizadas, foi possível perceber que os profissionais da equipe técnica não costumavam frequentar ou permanecer no ambiente dos alojamentos, visto que os jovens eram sempre levados às salas de atendimento pelos agentes socioeducadores, quando solicitados, os quais eram os únicos que transitavam frequentemente entre as duas áreas.

A opção pela realização da pesquisa de campo neste local deu-se, inicialmente, pela proximidade territorial, visto que a pesquisadora trabalha e reside em localidade próxima, e pelo acesso através da interface de campos de estágio, pesquisa e extensão entre a Universidade Federal de Campina Grande/UFCG, onde atuou como professora, e a instituição, o que permitiu o contato prévio com a direção e a equipe profissional. Temos, inclusive, a pretensão de continuidade da investigação do objeto de estudo, através da dimensão da pesquisa e da extensão, após o período de doutoramento.

Outro dos motivos que nos levaram à escolha desse locus de pesquisa foi a possibilidade de estabelecer um recorte mais concreto do objeto de pesquisa que tem uma dimensão tão ampla e complexa. A partir desse recorte, tivemos como foco de investigação a região do Nordeste, do sertão paraibano, e o jovem ‘pequeno traficante’, visto que este é usualmente o perfil dos adolescentes e jovens que se encontram apreendidos por medida socioeducativa de internação. Esse fato delimita ainda a nossa análise teórico-epistemológica, metodológica, política, ideológica e ética, a partir de um recorte de um real específico: a realidade de jovens ‘pequenos traficantes’ nordestinos, visto que são estes que normalmente se encontram encarcerados em Centros Educacionais e também em penitenciárias da região.

Podemos citar ainda, um outro fator que nos leva a investigar a realidade destes jovens, no atravessamento da internação no Centro Educacional, que é a percepção da reprodução do desmentido social e institucional cometido pela instituição, a partir da vivência no local, o que será discutido na análise dos dados.

3.2.2 Aspectos e cuidados éticos.

Como se trata de uma investigação no espaço da universidade, destaca-se as exigências éticas em relação à pesquisa com seres humanos. Logo, atendendo aos princípios metodológicos, a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (CEP/CCJS/UFCG), através da Plataforma Brasil, com aprovação em junho de 2023 (CAAE: 69847123.8.0000.0205).

Para a realização das entrevistas, conforme os preceitos exigidos na pesquisa com seres humanos, foram aplicados o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE¹⁶ e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE¹⁷. O TCLE foi assinado pelo único jovem, dos cinco entrevistados, maior de 18 anos, garantindo que estava ciente de sua participação em um estudo e que recebeu todas as informações necessárias, de acordo com a compreensão de sua faixa etária.

Em relação aos outros quatro adolescentes, menores de 18 anos, foram necessárias a ciência e autorização dos responsáveis, através da leitura e assinatura do TCLE, pelos responsáveis, e do TALE, pelos adolescentes. A abordagem aos familiares responsáveis dos mesmos, para a solicitação da autorização para participar da pesquisa, deu-se nos momentos das visitas de familiares e/ou responsáveis, as quais ocorrem semanalmente, no referido local.

Tivemos o cuidado em adequar o TCLE e principalmente o TALE, de acordo com as possíveis dificuldades de compreensão dos participantes da pesquisa, dada as suas realidades de vulnerabilidade educacional, tanto dos jovens quanto dos familiares. Ao fazer o convite à leitura dos termos, alguns solicitaram que a pesquisadora fizesse a leitura e explicasse de que se tratava o assunto, o que foi atendido a cada solicitação, na tentativa de expor, da forma mais explícita possível, o que continha nos termos a serem assinados.

Dessa forma, conforme exposto no TCLE e TALE, os participantes e seus responsáveis foram informados das questões concernentes aos objetivos, os métodos e as atividades, bem como toda a orientação que cabe a este tipo de pesquisa com seres humanos,

16 Vide Apêndice A.

17 Vide Apêndice B.

conforme disciplinam as Resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Como se tratam de adolescentes e jovens institucionalizados, além da autorização dos responsáveis, foi necessária também, para a realização da pesquisa, a anuência institucional da direção do Centro Educacional, bem como do juiz da 6ª Vara Mista (Comarca Sousa) do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba-TJPB, a qual estava responsável pelos processos judiciais da Vara da Infância e Juventude.

A estratégia de acesso aos participantes da pesquisa foi efetuada através do contato inicial com Centro Educacional, a partir da realização de visitas e de uma etapa inicial de observação, de preparação, de ‘sentir’, de aquisição de ‘confiança’ mútua necessária, a qual permite os discursos, as narrativas, a conversação, momento também em que vão se construindo as relações e o processo transferencial, importante para a maioria das pesquisas que dialoga com psicanálise.

Após esse momento de reconhecimento inicial foram realizadas as entrevistas, através de processo que será melhor detalhado no tópico seguinte. As narrativas provenientes das entrevistas foram coletadas por meio da técnica de gravação de áudio, sendo garantidos a confidencialidade e o armazenamento seguro dos dados, em drive próprio da pesquisadora, por um período máximo de até 5 anos, os quais serão descartados após o referido intervalo, conforme os princípios éticos estabelecidos no ofício circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Os áudios foram gravados em aparelho específico para este fim por dois motivos: porque o uso de aparelho celular nas dependências do Centro Educacional, por vezes, não era permitido e também para que os jovens pudessem falar mais à vontade, com a certeza de que somente as falas, e não imagens, estavam sendo gravadas. Conforme explicitado no TCLE, o sigilo e o anonimato foram garantidos durante todo o processo.

No tocante aos possíveis riscos envolvidos no procedimento de investigação, salienta-se que atendemos às determinações constantes na Resolução 510/2016, a fim de resguardar todos os direitos inalienáveis dos participantes da pesquisa, bem como garantindo o princípio da dignidade da pessoa humana. Com relação aos riscos, a Resolução CNS nº 510/2016 indica as responsabilidades do pesquisador a fim de evitar possíveis riscos a que o participante seja submetido, sendo indispensável a demonstração de responsabilidades do pesquisador no TCLE.

Toda pesquisa incorre em possíveis riscos e nesta pesquisa destacamos: risco de

desconforto psicoemocional diante da confrontação das histórias de vida e vivência no tráfico de drogas e diante da situação de institucionalização, a qual pode ser interpretada como uma imposição em participar das entrevistas. No entanto, visando minimizar os impactos destes possíveis riscos, foram reforçadas as explicações necessárias quanto ao processo, o método de coleta e a voluntariedade, com a garantia que a participação na pesquisa foi acordada também junto à direção e à equipe técnica, ressaltando que a recusa em participar não acarretaria qualquer penalidade.

Coscioni *et. al.*(2017), aponta a existência de especificidades que podem aumentar o desafio de uma pesquisa, no sentido ético da coleta de dados, como é o caso da situação de privação de liberdade. Os jovens que estão em situação de vigilância contínua, normalmente, possuem o receio de que a recusa em participar de alguma atividade possa interferir, de alguma forma, no cumprimento da medida socioeducativa. Esse fato prejudica a autonomia e voluntariedade necessários a um processo de pesquisa.

Com o objetivo de minimizar essa possível situação, a concordância em participar das entrevistas era reforçada a cada encontro, bem como a possibilidade de desistência, caso sentisse algum desconforto em relação aos assuntos abordados, sem prejuízo ao processo de cumprimento da medida socioeducativa e à relação institucional com a equipe técnica e com os agentes socioeducativos. No momento das primeiras entrevistas, três jovens apontaram esse receio, de que as informações relatadas ali poderiam interferir no andamento do processo judicial, ao perguntarem se o que conversávamos iria para o relatório enviado ao juizado. No entanto, com o decorrer dos encontros, do estabelecimento da aproximação e da confiança e das pactuações efetuadas, essa preocupação não surgiu mais nos relatos. Havia um acordo principal que era: ‘o que conversamos aqui, fica somente aqui! Nada será repassado para ninguém do Centro Educacional, a não ser que você queira!’.

Em nossa pesquisa, conforme exposto, os acordos e pactos iniciais ocorreram no primeiro momento com os jovens e também com seus familiares, através da leitura e assinatura do TALE e TCLE, respectivamente, entretanto, com o transcorrer dos encontros, advém a necessidade de contínuas repactuações, negociações e construção de sentido da relação pesquisador-entrevistado, dos acontecimentos, de todo o processo. Logo, a cada encontro, era dada a abertura para que os participantes falassem de suas percepções, de seus incômodos e solicitações que tivessem em relação aos procedimentos de pesquisa.

Um fator facilitador nesse sentido, que contribuiu para uma fala mais autônoma e livre, e consequente estabelecimento de confiança na pessoa da pesquisadora, inclusive sobre ‘a caminhada’ no tráfico, foi a possibilidade de todas as entrevistas ocorrerem nas salas de atendimento da equipe técnica, sem a presença dos agentes socioeducadores. Em situações prisionais, é comum nos deparar com as dificuldades de realizar intervenções, de pesquisa ou prática profissional, em um local adequado, diante da resistência de alguns agentes (penitenciários ou socioeducadores) em sair do local, acompanhando todo o momento do encontro. Em nossa pesquisa, a disponibilidade de sala individualizada, com a presença somente da pesquisadora e do jovem, facilitou a garantia do sigilo, da liberdade e da autonomia de participação. Os agentes socioeducadores conduziam o jovem até a sala em que nos encontrávamos e ficavam aguardando do lado de fora, em uma espécie de recepção que existe no espaço, seguindo o mesmo formato organizacional que utilizavam nos momentos de atendimento com a equipe técnica.

A pesquisadora adotou também como estratégia, diante da observação de desconfortos ou sintomas psíquicos importantes, o encaminhamento, com a anuência do participante da pesquisa, para o acolhimento psicológico e social junto à equipe. Em algumas situações, os próprios entrevistados solicitaram atendimentos com a equipe de Psicologia, de Serviço Social e de Enfermagem da instituição, o que foi viabilizado, conforme a organização institucional.

Segundo Erickson (1989, p.54), é necessário proteger os interesses dos sujeitos centrais na pesquisa, que por vezes são mais vulneráveis, deixando muito explícito os objetivos da investigação e possíveis riscos.

El investigador debe tener el cuidado de ser muy explícito acerca del uso de la información y del acceso a la misma, dado que le interesa tener el máximo acceso posible en el contexto en condiciones de suma confianza y entendimiento. El mismo proceso de negociar explícitamente el ingreso en el campo con todas las categorías de personas, que pueden verse afectadas por la investigación puede también crear las necesarias condiciones de confianza: En consecuencia, vemos que la responsabilidad ética y la adecuación científica van juntas en la investigación de campo.

O autor afirma que os participantes centrais da pesquisa devem ser os mais informados sobre os objetivos e também possíveis riscos da intervenção, salientando a importância dos acordos e negociações no contexto do campo, os quais podem ser

flexibilizados e repactuados durante o processo, desde que não afete a proteção e segurança destes participantes.

Em relação aos benefícios desta pesquisa, verifica-se a contribuição acadêmica e científica de um fenômeno de grande complexidade e abrangência na atualidade, o tráfico de drogas, o qual possui ainda escassez de estudos e pesquisas psicanalíticas que versem sobre o assunto, visto que o mesmo costuma ser interpretado nos atravessamentos dos discursos sociológicos, mas principalmente dos jurídicos e institucionais.

3.2.3 A aproximação com o campo de pesquisa.

Após os trâmites necessários de aprovação junto ao Comitê de Ética, a pesquisa de campo foi concretizada, a qual ocorreu entre os meses de junho e novembro de 2023. A investigação estendeu-se um pouco a mais do que o previsto, diante das imprevisibilidades que vão ocorrendo no cotidiano de um *lócus* de pesquisa. Iniciamos as entrevistas com quatro jovens, a partir dos critérios de escolha explicitados a seguir, no entanto, durante o processo, foi possível entrevistar mais um jovem, finalizando em cinco participantes da pesquisa.

Salienta-se que o número exato de entrevistados é definido a partir das necessidades que surgirem no curso da pesquisa de campo, considerando que o procedimento de análise das mesmas ocorreu por meio da Análise Interpretativa de Erickson (1989), o qual afirma que o processo interpretativo é dinâmico e é reformulado durante, ou até após, a pesquisa de campo. O investigador sempre faz indagações no campo que podem modificar conforme o contexto em que os acontecimentos vão se desenvolvendo e conforme as mudanças de percepção e interpretação destes por parte do pesquisador.

Ao todo, foram realizadas 32 visitas ao local, nas quais tivemos a oportunidade de realizar as entrevistas, além de participar do cotidiano organizacional, o que propiciou a aproximação e construção de vínculos com a equipe e com os jovens, conforme descrito a seguir.

Consideramos que o início da investigação ocorreu através do contato efetuado com a direção do Centro Educacional, a fim de saber a possibilidade de realização da mesma na instituição. Esse contato ocorreu no final do ano de 2022, por ocasião de uma atividade da

disciplina 'Política de Proteção à Criança e ao Adolescente'¹⁸, ministrada pela pesquisadora na Universidade Federal de Campina Grande, que consistiu em uma visita ao local, junto a um grupo de alunas da disciplina. Neste encontro, após a finalização da referida atividade, expomos, para a diretora, a vice-diretora e alguns membros da equipe técnica que estavam presentes, os objetivos da pesquisa de campo e os procedimentos necessários para a realização das entrevistas com os adolescentes. Considera-se esse primeiro encontro de fundamental importância para a decisão de proceder com uma pesquisa exploratória, pois além da autorização para a mesma, tanto a direção, quanto parte da equipe, demonstraram disponibilidade e acolhida junto à pesquisadora, o que contribuiu para que a pesquisa fosse concretizada da forma esperada.

Após a aprovação junto ao CEPE, ocorreu uma primeira reunião com a direção para apresentação do TCLE e do TALE, acerto de pactuações e explicação de como ocorreriam as entrevistas: duração, quantidade, autorização de gravação de voz com gravador, necessidade de local adequado com garantia de privacidade, etc. Tivemos o cuidado de verificar a rotina pedagógica, solicitando a explicação do cotidiano organizacional da instituição. A direção expôs os melhores dias e horários para a realização das entrevistas, conforme as atividades de escola, cursos profissionalizantes, esporte e banho de sol dos adolescentes. As atividades de ensino formal acontecem no período da manhã e os cursos pela tarde, logo tivemos que nos adaptar a esse funcionamento. Dentre estas pactuações, acertamos ainda a exposição dos resultados da pesquisa, após a finalização da mesma, junto à equipe da instituição.

Conforme esses acordos prévios, as entrevistas sucederam, em sua maioria, no período da tarde, entre terça-feira e quinta-feira, com exceção de três entrevistas que ocorreram aos sábados pela manhã. Na ocasião, a diretora solicitou que duas assistentes sociais, que fazem parte da equipe, ficassem responsáveis pelo suporte e apoio durante todo o período da pesquisa.

Nesta circunstância relatada, estava acontecendo a festa de São João da instituição, tendo em vista a forte tradição paraibana de festejos juninos, e fomos convidados a participar do momento, o que foi interessante para o início da aproximação com os jovens

18 No conteúdo programático da referida disciplina está prevista a realização de um mapeamento regional (na área do sertão paraibano), sobre a atuação da política de atenção à criança e ao adolescente, através de visitas às instituições da localidade responsáveis pela garantia do Sistema de Garantia de Direitos.

socioeducandos, oportunidade em que tivemos de dançar com alguns deles, e com os profissionais presentes. A postura dos agentes socioeducadores chamou-nos a atenção, os quais ficaram dispostos ao redor do salão em que ocorria a atividade, com expressão de seriedade, em divergência com a postura dos outros profissionais que estavam dançando e interagindo entre si e com os jovens. Nessa ocasião, foi possível verificar a existência de 3 níveis de hierarquia institucional: a direção, os agentes socioeducadores e a equipe técnica e de professores, o que será melhor discutido no capítulo sobre a análise de dados. Consideramos importante fazer esse relato, a fim de ilustrar as reflexões sobre o desmentido institucional.

O encontro seguinte ocorreu com dois profissionais da equipe técnica, a assistente social e o advogado, com o objetivo de discutir os critérios de escolha dos participantes da pesquisa, pois um impasse inicial surgiu pelo fato de, na ocasião, não haver nenhum jovem cumprindo medida socioeducativa por tráfico de drogas no Centro Educacional. A direção sugeriu que essa escolha se desse pelo histórico de envolvimento com o tráfico, o que foi acatado pela pesquisadora. Logo, foi a equipe que identificou, dentre os socioeducandos, os jovens que já tiveram inserção no comércio das drogas, tendo em vista que, no momento das entrevistas, por estarem em situação de aprisionamento, nenhum deles estava envolvido diretamente no cotidiano do tráfico.

Após essa definição, foram efetuadas as visitas para o convite de participação da pesquisa, com assinatura dos respectivos termos de consentimento aos jovens e aos responsáveis. O contato com os familiares, conforme exposto, deu-se nas visitas semanais, às quais sucedem todas as sextas-feiras, de forma que o comparecimento da família nas visitas semanais também foi considerado critério de escolha de participação na pesquisa.

É importante salientar que, tendo em vista o fato da maioria dos adolescentes não residirem no município onde se localiza a instituição, tivemos dificuldades em abordar alguns familiares e/ou responsáveis dos mesmos, sendo necessárias várias idas para conseguir conversar com todos, diante das dificuldades financeiras de locomoção de muitas famílias que não conseguem comparecer semanalmente devido a distância geográfica.

No decorrer do percurso da pesquisa de campo, julgamos importante relatar a nossa participação em outras atividades da instituição, a pedido dos participantes da pesquisa, como a preparação para um torneio de futebol realizado em João Pessoa e a audiência coletiva

que ocorreu no dia 15 de setembro de 2023, em que quatro, dos cinco jovens entrevistados, foram liberados. Diante desta audiência, previamente marcada pelo juizado, a última entrevista destes quatro jovens teve que acontecer no dia anterior, dada a possibilidade de liberação, o que fez com que esse espaço fosse também utilizado para a acolhida da ansiedade relacionada ao julgamento que ocorreria no dia seguinte. Esse fato será melhor refletido mais adiante.

3.3 A escuta dos ‘caba’¹⁹: compreendendo os participantes da pesquisa.

No que se refere ao contato com os jovens, conforme relatado, foram realizados cinco encontros ao total, o primeiro para acordos e assinaturas necessárias e as quatro entrevistas semi-dirigidas, delineadas por eixos norteadores, com duração média de 30min (mínima de 17min e máxima de 55min) diante das demandas institucionais, pois como as mesmas não podiam atrapalhar as outras atividades profissionalizantes e o banho de sol, que ocorre às 16 horas, algumas vezes as entrevistas tiveram que ser interrompidas pelos agentes socioeducadores.

Com o propósito de possibilitar, à pesquisadora e aos participantes, a compreensão e contextualização das experiências vividas referentes aos desmentidos sociais e institucionais que atravessam os jovens inseridos no tráfico de drogas, no contexto nordestino, as entrevistas foram estruturadas a partir dos eixos basilares²⁰ expostos abaixo, que guiaram as perguntas efetuadas²¹. Erickson (1989), aponta que o processo de pesquisa se reconstrói no decorrer da investigação, no entanto, o pesquisador deve saber as diretrizes principais que guiarão as perguntas investigativas, para não se tornar um procedimento totalmente intuitivo, já que existe um contexto de expectativa conceitual prévio.

A primeira entrevista voltou-se para compreensão das histórias de vida e das representações do contexto familiar, através do relato de como eles se autoidentificam, a partir de gênero, idade, cor, classe social, gostos, etc, bem como da história de vida durante a infância até o momento atual.

19 Alusão ao termo constantemente utilizado pelos jovens nas entrevistas ao se referirem a si próprio e a seus pares.

20 Tomamos por base os eixos utilizados nas entrevistas da pesquisa realizada por Macedo e Monteiro (2016). Vide Referencias Bibliográficas.

21 Vide o roteiro das entrevistas (Apêndice C).

A segunda entrevista foi norteada para a compreensão dos significados atribuídos à institucionalização e aos cuidados institucionais fora da instituição (o desmentido institucional dentro e fora do Centro Educacional), por meio do relato da rotina cotidiana no local; das situações de violências por parte dos agentes (caso ocorressem); do que gostavam e do que não gostavam de fazer; das regras institucionais x regras entre eles – manifestas e ocultas; da frequência dos atendimentos com a equipe técnica. O momento objetivou também o conhecimento sobre a situação de proteção social deles e de suas famílias, no tocante a saúde, educação, atendimento psicossocial, projetos de arte, esporte, geração de renda, grupos, etc.

A terceira entrevista concentrou-se nos significados atribuídos à vivência no tráfico e à dimensão das violências. Foram realizados dois blocos de perguntas: o primeiro sobre o tráfico (através do relato da rotina no tráfico, motivos de inserção, pontos positivos e negativos, sentimentos atribuídos ao ‘envolvimento’, os processos identificatórios dentro e fora do ‘envolvimento’); e o segundo sobre as violências e possibilidades de cuidado e escuta (através da tentativa de compreensão sobre o processo de violência enquanto vítima e autor, busca de atribuir sentido e significado relacionados a essa vivência, se as condições de cor e classe social influenciam na violência sofrida e o sentimento atribuído a situações de dor, cuidados e possibilidades de escuta).

O quarto e último encontro foi destinado à exposição do que eles desejassem, que não tinha sido abordado até então, e à realização de desenhos. Tratou-se também de um momento de devolutiva por parte da pesquisadora, de reflexão de possibilidades de cuidado ao sair do Centro Educacional e de realização de três desenhos²²: como se vê no Centro Educacional; como se vê fora do Centro Educacional e como se via no período do tráfico. A alternativa do dispositivo de desenho surgiu devido à proximidade da audiência coletiva, a qual ocorreria no dia seguinte, enquanto possibilidade de simbolização de projeto de futuro. Alguns jovens não desejaram fazer os desenhos, o que foi respeitado, sendo solicitado a estes que falassem como se viam nas três situações referidas.

É importante salientar que o uso de desenhos objetivou mais uma dimensão ilustrativa de suas realidades do que um recurso interpretativo de pesquisa, logo, não pretendemos realizar uma análise de significados dos mesmos. A fim de complementar a

22 Vide desenhos em anexo.

investigação, inicialmente havia a pretensão de utilizar músicas, poemas ou outros meios de expressão de suas vivências, por serem formas de produção de sentido, de representar e significar o vivido, através de linguagens próprias, conforme foi verificado no relato da maioria dos jovens entrevistados. No entanto, não foi possível devido ao cotidiano institucional e às dificuldades de realização de grupos, pois era necessário o acompanhamento pelos agentes socioeducadores, os quais estavam em um quantitativo pequeno, e de uso de músicas e poemas, que precisavam de aprovação prévia para utilização.

No decorrer dos encontros, tentou-se utilizar vocabulário acessível e fazer o exercício de compreensão das gírias particulares, visto que são fundamentais para a interpretação das percepções e informações trazidas pelos participantes de uma pesquisa, conforme indica Coscioni *et. al.*(2017). Os autores reiteram que o pesquisador não precisa utilizar as mesmas gírias, já que pode não ser seu ‘lugar de fala’, mas o uso de uma linguagem acessível é necessário.

Traçadas essas considerações sobre as entrevistas, vamos à compreensão dos participantes desta pesquisa. Conforme já referido, foram entrevistados cinco jovens entre 15 e 18 anos, que estavam cumprindo medida socioeducativa em Centro Educacional e possuíam histórico de envolvimento com o tráfico de drogas. Essa relação foi identificada pela equipe técnica, já que não havia nenhum adolescente no local pela infração relacionada ao tráfico, a partir do conhecimento de suas histórias de vida e dos dados já existentes na instituição. Salientamos que o fato de eles estarem cumprindo medida socioeducativa, em decorrência de outros atos infracionais, demonstra o cenário de ‘envolvimento’ em suas histórias de vida.

Outro critério de escolha para a participação foi a presença dos familiares nas visitas (diante da necessidade de autorização), com exceção de um dos jovens que já se encontrava com 18 anos. Por se tratar de uma Unidade de Internação socioeducativa masculina, os recortes geracionais de gênero já estavam previamente estabelecidos.

A fim de garantir o anonimato e sigilo, os nomes utilizados aqui são fictícios, determinados pela pesquisadora, pois eles, ao serem questionados, não desejaram escolher um nome para identificarem-se neste trabalho. Supomos que esse fato se deve ao receio de uma possível identificação, caso utilizassem apelidos ou codinomes.

Nesse sentido, esboçamos aqui alguns aspectos das histórias narradas, as quais serão refletidas adiante por cada um dos participantes, a fim de apresentá-los e de reiterar o

recorte de seus contextos singulares, tendo em vista que esta pesquisa não se propõe a discutir a dimensão do tráfico de drogas de forma ampla e sim, a partir do contorno da escuta dos destes jovens.

Tabela 1 - Conhecendo as histórias desmentidas– ‘os caba’

Participantes *nomes fictícios	Idade	Cor	Contexto Familiar²³	Escolarização/ Trabalho infantil
Rafael	18 anos	Preto (autodeclarou-se moreno)	- Sua família inclui a mãe e quatro irmãos. O pai faleceu de uma doença respiratória quando ele tinha 8 anos.	- Estudou até o 2º ano do ensino médio (considera-se que ele já esteve em outras instituições de internação) - Refere que parou de estudar por conta da “guerra” (<i>‘podia acontecer uma besteira na sala’</i>) - Situação de trabalho infantil - Fez parte de time de futebol.
Pedro	15 anos	Pardo (autodeclarou-se moreno)	- Reside com a avó, o avô e uma irmã mais nova - Possui 4 irmãos. - Refere que nunca residiu com o pai, mas o visita aos finais de semana. Os outros 3 irmãos residem com o pai. - A mãe foi assassinada pelo ex-companheiro quando ele tinha dois anos.	- Estudou até os 13 anos (refere que saiu por conta do ‘envolvimento’) - Situação de trabalho infantil

23 OBS: Pedro, Caio e João possuem semelhanças de contexto familiar traumático em suas histórias de vida. Os três possuem uma relação de proximidade e afeto com as avós, as quais exercem essa função materna.

Caio	17 anos	Preto	<ul style="list-style-type: none"> - Reside com a avó e o irmão mais velho. - A mãe foi assassinada pelo pai, por conta de ciúmes, quando ele tinha dois anos. Refere que nunca teve e não quer ter contato com o pai. 	<p>Estudou até o 7º ano. Refere que parou porque começou o uso de drogas</p>
João	17 anos	Pardo	<ul style="list-style-type: none"> - Reside com a avó desde pequeno. Residem dois tios também no local. - A mãe foi assassinada em sua frente pelo companheiro no ano passado. - Nunca conheceu o pai. - Possui 5 irmãos. Refere que todos foram adotados, com exceção de seu irmão gêmeo que já esteve cumprindo medida de internação no Centro Educacional e atualmente está em um Programa de proteção à vítima em um local que a família desconhece. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diante da complexidade e fragilidade de sua narrativa de vida, não foi possível compreender a dimensão educacional de João (em que momento parou de estudar). - Refere que pedia dinheiro na rua. - Fez parte de time de futebol.
Tiago	17 anos	Pardo	<ul style="list-style-type: none"> - Sua família inclui sua mãe, pai, irmão e irmã. - Relação de distanciamento com a mãe e a irmã - Observa-se uma confusão de sentimentos entre a admiração e o abandono com o irmão mais velho, que reside em São Paulo e com quem pouco tem contato. - Ao sair da instituição, irá residir com a atual companheira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudou até os 12 anos de idade - 5º ano. Foi expulso de duas escolas. - Situação de trabalho infantil - Fez parte de time de futebol.

Destacamos aqui que nenhum dos jovens encontra-se no Centro Educacional. Rafael, Caio, Luís e João foram liberados da medida socioeducativa, através da audiência realizada em 15 de setembro, e Pedro e Tiago foram liberados em audiência ocorrida dia 15

de dezembro. Por meio de contato com a equipe, efetuado após a finalização da pesquisa, fomos informados que Caio e Rafael já se encontravam presos por conta de novos delitos, o que é infelizmente uma realidade comum entre os jovens que atravessaram o contexto socioeducativo, conforme já foi discutido no capítulo anterior.

3.4 A Análise Interpretativa.

As observações e as narrativas, escutadas no exercício da pesquisa de campo, foram sistematizadas, a fim de identificar e estruturar asserções, interpretadas e analisadas através da Análise Interpretativa proposta por Frederick Erickson (1989), conforme já explicitado. O autor aponta que a investigação de campo observacional, participativa e interpretativa tem interesse pelos significados subjetivos do cotidiano observado, considerando a relação entre a interpretação de concepções dos sujeitos e as condições da ação.

O método de análise proposto por Erickson (1989) viabiliza uma interpretação dos significados obtidos na pesquisa de campo observacional e interpretativa, que permite a reflexão sobre a subjetividade e singularidades dos sujeitos e dos contextos pesquisados. O campo é o espaço em que ocorre a relação transferencial e o encontro de inconscientes, em que o pesquisador acessa, escuta as falas e os discursos e constrói sua narrativa interpretativa.

Segundo o autor, o objetivo deste método é a análise das significações das interações cotidianas em relação a um contexto social mais amplo, na tentativa de perceber de que forma as relações, locais e extralocais, de organização social interagem com as ações específicas e coletivas das pessoas, ou seja, considera-se as circunstâncias concretas e específicas de um grupo e de ações sociais de um conjunto de pessoas (no tempo e espaço), as quais significam e dão sentido a essas ações.

A utilização do método interpretativo no trabalho de campo observacional mostra-se interessante na tentativa de compreender a estrutura específica dos acontecimentos que ocorrem em um lugar particular e os significados de pessoas específicas em situações específicas. O autor reitera que a Análise Interpretativa não se trata de uma descrição e narração dos fatos, sendo necessário expor a interpretação, o significado dos sujeitos sobre os fatos.

Neste método, o pesquisador deverá identificar as universalidades e particularidades no caso estudado, identificando “quais aspectos são amplamente universais, quais podem generalizar-se a outras situações similares e quais são exclusivos do caso em questão” (Macedo & Monteiro, 2016, p. 17). A interpretação do caso só é possível se o pesquisador estudar e aprofundar sistematicamente, e analiticamente, os significados dos detalhes de um caso concreto. Logo, deve-se particularizar para depois generalizar, ou seja, nas situações específicas existem componentes universais, mas estes se manifestam no concreto e não no abstrato.

La tarea del analista es descubrir los diferentes estratos de universalidad y particularidad presentes en el caso específico estudiado: qué aspectos son ampliamente universales, cuáles pueden generalizarse a otras situaciones similares, cuáles, son exclusivos del caso en cuestión. Esto sólo, puede realizarse, según sostienen los investigadores interpretativos, tomando en cuenta los detalles del caso concreto que se estudia. Así, el principal interés del investigador interpretativo es la posibilidad de particularizar, más que la de generalizar (Erickson, 1989, p. 27).

Segundo Macedo e Monteiro (2016) e Kude (1997), a Análise Interpretativa ocorre através da construção de asserções, com base em todo o *corpus* de dados, as quais são ilustradas com vinhetas narrativas, permitindo o aprofundamento e comentários interpretativos, sob o âmbito da teoria psicanalítica. Kude (1997, p. 197) indica que o *corpus* de dados é composto por todo o material utilizado para coletar os dados: “notas de campo, entrevistas, documentos, gravações em fita magnética, etc.”

La investigación de campo implica: a) participación intensiva y de largo plazo en un contexto de campo (field setting); b) cuidadoso registro de lo que sucede en el contexto mediante la redacción de notas de campo y la recopilación de otros tipos de documentos (por ejemplo, notificaciones, grabaciones, muestras de trabajos estudiantiles, cintas de vídeo), y c) posterior reflexión analítica sobre el registro documental obtenido en el campo y elaboración de un informe mediante una descripción detallada, utilizando fragmentos narrativos y citas textuales extraídas de las entrevistas, así como una descripción más general en forma de diagramas analíticos, cuadros sinópticos y estadísticas descriptivas. La investigación de campo interpretativa exige ser especialmente cuidadoso y reflexivo para advertir y describir los acontecimientos cotidianos en el escenario de trabajo y para tratar de identificar el significado de las acciones de esos acontecimientos desde los diversos puntos de vista de los propios actores (Erickson, 1989, p. 5).

Ressaltamos a importância dos momentos de observação para o desenvolvimento de todo o processo de análise e da variedade do *corpus* de dados. Em nossa pesquisa este foi

composto por: notas de campo, entrevistas, relatórios dos adolescentes disponibilizados pela equipe, fotografias da instituição e desenhos dos jovens.

Erickson (1989, p.58) especifica que é necessário iniciar a pesquisa com a realização da observação e entrevista da forma mais ampla possível, a fim de identificar os acontecimentos, as variações da organização social, as interpretações de significado, as influências existentes entre as várias dimensões do contexto e seu entorno, para, depois, poder concentrar a atenção no foco do que se quer pesquisar.

Con el correr del tiempo, el investigador de campo va teniendo nociones cada vez más claras respecto de los fenómenos más pertinentes para el estudio. En las etapas finales de la investigación, el foco de su atención puede ser muy restringido, en tanto las preguntas de investigación y las hipótesis de trabajo se hacen cada vez más específicas.

Logo é no percurso da pesquisa de campo que a investigação vai se desenhando. No tocante ao nosso trabalho, algumas definições, como em relação ao quantitativo de visitas realizadas, somente foram concretizadas a partir do contato com o campo.

O autor indica que o objetivo básico da análise dos dados é gerar afirmações empíricas, de diferentes níveis de alcance e inferência, através da análise detalhada do *corpus* de dados, com o objetivo de verificar se as afirmações são válidas, devendo ser confirmadas ou negadas. As asserções são formuladas a partir da pesquisa de campo e devem ser testadas através de exame constante dos dados, a fim de garantir sua evidência, sendo reformuladas quando necessário.

Kude (1997) faz uma sintetização para exemplificar o método, indicando que este é constituído basicamente em três etapas: primeiro formula-se asserções (especialmente por indução, apesar de que Erickson (1989, p.5) aponta que a indução e a dedução estão em “constante diálogo”); em seguida deve-se checar a validade das asserções através de uma revisão aprofundada do *corpus* de dados; e, por fim, reformula-se as asserções, caso necessário.

Tais afirmações são sustentadas pelas vinhetas narrativas e contextualizadas teoricamente pela teoria psicanalítica, no caso de nossa pesquisa, com comentários interpretativos. “São três os elementos essenciais dos relatórios de resultados: descrição particular, descrição geral e comentário interpretativo” (Kude, 1997, p. 197). Nesse sentido,

os relatos das entrevistas são apresentados e acrescidos de comentários interpretativos que precedem e sucedem as narrativas analíticas.

A descrição particular refere-se aos retratos narrativos, às citações diretas das entrevistas, que ilustram, justificam e sustentam as asserções, demonstrando a perspectiva de significado das afirmações e do ponto de vista dos participantes da pesquisa. Compõe o núcleo fundamental da investigação (ERICKSON, 1989).

A descrição geral possui o objetivo de generalizar o que foi narrado na descrição particular, demonstrando se tal circunstância específica é típica ou atípica, através da busca de episódios análogos para referendar as asserções. Para isso, é necessário compreender como o acontecimento “[...] se situa na distribuição geral de todos os episódios contidos no corpus de dados.” (ERICKSON, 1989, p. 77, tradução nossa).

Por fim, o comentário interpretativo “emoldura a apresentação da descrição particular e da geral.”(ERICKSON, 1989, p. 79, tradução nossa), ajudando a estabelecer conexões entre as duas; entre os detalhes informados e os argumentos mais abstratos formulados através das asserções. Segundo o autor, o comentário interpretativo aparece a partir da interpretação que vem antes e após cada descrição particular; da reflexão teórica que indica significações mais gerais dos fatos; e da narrativa das mudanças do ponto de vista do pesquisador no percurso investigação. O comentário interpretativo refere-se à percepção consciente e reflexiva do pesquisador ao explorar analiticamente os detalhes concretos e os significados contidos nas narrativas.

Importante fazer uma reflexão nesse ponto, a partir da afirmação do autor de que a perspectiva interpretativa do pesquisador (explícita ou implícita) transmite uma posição, uma direção de interpretação, configurando-se em uma abstração, ou seja, não tem como representar o acontecimento original, tratando-se de um registro da narrativa, o qual é atravessado pelas versões dos participantes e do pesquisador.

Nesse sentido, salientamos a reflexão de Rosa (2004) de que a entrevista na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais deve supor uma escuta que sustente o dispositivo da transferência e que permita ao sujeito que fala a apropriação do próprio discurso, do lugar de resgate da escuta do seu testemunho. Torna-se necessário pontuar a importância do posicionamento ético e político do pesquisador, o qual normalmente encontra-se em um outro lugar de discurso, de escuta, diante de um contexto social diferente do participante de

pesquisa (ROSA, 2004).

É a partir desse regime de verdades, dos códigos internos, das percepções, dos valores de vida e de mundo, dos participantes e do pesquisador, que se sucede a análise das narrativas, a fim de tentar compreender e interpretar uma realidade diversificada, da ordem do “proibido”, da ilegalidade, mas que diante de toda a conjuntura e abrangência do fenômeno, demonstra-se a necessidade de pesquisas sobre o assunto.

Nossa contribuição, neste trabalho em particular, é uma proposta de interpretação através da teoria psicanalítica ferencziana sobre a dimensão do traumático e do desmentido, a qual será discutida no capítulo que segue.

4. A dimensão intersubjetiva e sociopolítica do traumático: o desmentido em Ferenczi.

Ao pensar em guerra e trauma, tomemos por base a teoria ferencziana sobre o trauma na interrelação com o campo social, refletindo a importância do traumático na constituição subjetiva dos sujeitos e do próprio laço social. É a partir dessa perspectiva que faremos a tentativa de discutir as categorias de desmentido social e, para além, a de desmentido institucional, tomando por base as reflexões dos autores Daniel Kuperman, Jô Gondar, Fernanda Canavéz e Júlio Sérgio Verztman.

4.1 O traumático intersubjetivo ferencziano e os tempos do trauma em Kupermann.

Diante de sua experiência clínica no atendimento dos chamados ‘pacientes difíceis’²⁴ Sándor Ferenczi afirma, em grande parte de sua metapsicologia, a importância do fator traumático na constituição do eu, criando uma teoria sobre o trauma, a qual ele nomeou de “mecanismo da traumatogênese” (FERENCZI, 1931, p. 79). Para o autor, a concretização do traumático não está na ocorrência do evento violador em si, mas encontra-se no que pode ocorrer após a situação de agressão.

Ao ressaltar o aspecto relacional e intersubjetivo da teoria do trauma, Ferenczi (Ibid.) afirma que o trauma se instala quando a criança²⁵ não é ouvida ao sofrer uma situação de violência, ou ainda é castigada, não sendo acolhida por aquele que deveria ser o cuidador, um adulto de confiança a quem se busca ajuda (entrando aqui também o lugar do analista), consumando o que Kupermann (2019b) chama de tempo do desmentido.

O autor propõe uma reflexão sobre a traumatogênese ferencziana a partir dos tempos do trauma, em que a experiência traumática constitui-se na dimensão relacional entre a criança e o adulto, que supostamente deveria ocupar o papel de cuidador, concretizando-se em três tempos: o tempo do indizível, o tempo do testemunho e o tempo do desmentido.

24 Em sua obra, Ferenczi faz referência à dificuldade (e ao fracasso) do tratamento de “casos particularmente difíceis”, junto aos quais não conseguia os resultados analíticos esperados, permanecendo, nas sessões de análise, em uma compulsão à repetição. Vide: *Análise de Crianças com Adultos* (FERENCZI, 1931).

25 Ferenczi refere-se a criança enquanto uma entidade, um sujeito em estado de vulnerabilidade, não se tratando necessariamente da idade cronológica (KUPERMANN, 2019b). Segundo o psicanalista húngaro, diante da “[...] clivagem da personalidade [...] O paciente sem consciência é afetivamente, em seu transe, como uma criança que não é mais sensível ao raciocínio mas, no máximo, à benevolência (*Freundlichkeit*) materna.” (FERENCZI, 1933, p. 100-101).

O tempo do indizível concerne a um ato da violência em si, causador de dor, diante de uma violação, que é ainda incompreensível pela criança, frente ao “[...] excesso de excitação irrepresentável que provoca, por parte do psiquismo, tentativas de simbolização.” (KUPERMANN, 2019b, p. 57-58). Nesse momento, a criança busca alguém, normalmente um adulto de confiança, para nomear o indizível, na tentativa de significar, de decifrar, de testemunhar o ocorrido.

O tempo do testemunho refere-se à busca por um segundo adulto, de confiança, na tentativa do reconhecimento, da validação afetiva, de testemunhar o sofrimento decorrente da violação. Importante ressaltar que a manifestação do que a criança sente, não necessariamente é narrada explicitamente por meio da linguagem do adulto (de um discurso consciente e articulado), podendo ser expressa através de sintomas, de agressividade, de gestos, de mudança de comportamento, etc. Quando o tempo do testemunho falha, pela não acolhida do acontecimento traumático, é que se instala efetivamente o trauma, remetendo ao tempo do desmentido.

O autor, concordando com a concepção ferencziana do desmentido, aponta que o trauma efetivamente é consumado no tempo do desmentido, quando a criança não é ouvida e, por vezes, é repreendida e até culpabilizada pela violação sofrida, configurando-se como uma agressão pior de que a primeira vivenciada.

O trauma se torna patogênico “[...] com a consumação do *tempo do desmentido*, ou seja, quando se configura o abandono daquele que fora requisitado para autenticar e significar a violação por meio do reconhecimento da dor que se apoderou do ser da criança [grifo do autor]” (Ibid, p. 59). Logo, existem dois agressores: o primeiro que comete a violação e um segundo agressor, que não escuta, que desmente a versão e a vivência da violência, o qual também pode não reconhecer o que a criança sente por uma inabilidade, por defesa, por não suportar a dor da mesma. Sobre a busca pela segunda pessoa de confiança para representar a agressão, Kupermann (2019a, p. 186) aponta que pode se tratar, “No caso da criança, [de] um outro adulto, a quem ela recorre; no caso de um adulto violado em sua integridade, [de] um semelhante, ou mesmo as instituições de cuidado.” (reflexão que faremos mais adiante neste capítulo).

O pior realmente é a negação²⁶, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos, é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico (FERENCZI, 1931, p. 79).

A inscrição do traumático na subjetividade do sujeito não se dá no evento violento em si ou, ainda, no nível de violência, mas ocorre no desmentido, a partir da não validação afetiva do evento sucedido, do não reconhecimento do sofrimento, da afirmação que nada ocorreu, o que resulta em um processo de ‘assujeitamento’, “portanto, o que se desmente não é o evento, mas o sujeito” (GONDAR, 2012, p. 196).

Segundo o Dicionário do pensamento de Sándor Ferenczi (KAHTUNI; SANCHES, 2009, p. 119; grifo das autoras) “o desmentido é a *desconfirmação decisiva* por parte de um adulto significativo à criança, que, após ter sofrido uma violência perpetrada por outrem, o procura ansiosa, num esforço último de ter legitimada a sua percepção da realidade.” A negação da realidade, no momento em que há a ânsia pelo reconhecimento, gera um descrédito e uma falta de confiança na própria percepção da criança (ou do adulto vulnerável) que vivencia o trauma, a qual passa a duvidar de seus pensamentos, afetos e sentimentos, ou seja, passa a duvidar de si própria.

De acordo com as autoras, o desmentido traumático tem como consequências o registro psíquico da violência sofrida em uma parte dissociada do ego; a identificação com o agressor e introjeção da culpa e do remorso do adulto; o esmorecimento da convicção da verdade da criança, de suas próprias percepções dos fatos e a cisão (ou cisões) do ego como mecanismo de defesa.

Nesse sentido, conforme a discussão ferencziana, salienta-se o processo autoclivagem narcísica e identificação com o agressor, os quais ocorrem na vivência do desmentido, tendo em vista que, se a pessoa que é desmentida está despersonalizada, desautorizada e teve seu sentimento rechaçado, apenas restando buscar a verdade detida pelo agressor, a qual foi violentamente imposta a partir de uma relação de assimetria (CANAVÊZ; VERZTMAN, 2021), assunto abordado a seguir.

26 Originalmente, o termo utilizado por Ferenczi é *Verleugnung*, havendo uma importante discussão, entre os autores estudiosos da obra ferencziana, sobre as traduções possíveis do termo, as quais interferem nos significados e sentidos da expressão original. Seguimos a opção de Kupermann (2019), ao adotar o termo desmentido como tradução do original *Verleugnung*.

4.2 A identificação com o agressor e a repetição da violência no tráfico de drogas.

Ao pautar os efeitos do desmentido, Ferenczi (1933, p.102, *itálicos do autor*) afirma que a criança, imersa em uma situação de medo, de angústia traumática, de fragilidade que a impede de contestar a autoridade dos adultos, tem como saída, naquele momento, o processo de identificação com o agressor, o qual, na dimensão intrapsíquica, provoca a introjeção daquele que a violenta junto ao sentimento de culpa pela própria violência sofrida.

As crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é ainda frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência. *Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor.* Por identificação, digamos, por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico; [...].

O relato do traumático não é explícito, visto que é atravessado pela dúvida da própria percepção, diante do desmentido, sendo permeado por uma confusão. A criança passa a duvidar de seu testemunho através do conflito da própria interpretação (e da confusão entre fantasia e realidade), estabelecendo-se uma divisão interna entre inocente e culpada, entre agressor e vítima.

Kupermann (2019a, p.188) concorda que, frente à impossibilidade de representar o excesso traumático (devido à incapacidade de expressar a dor, a raiva, o sofrimento), ao não reconhecimento de sua percepção, ao seu desamparo, resta à criança, como uma defesa para esse abandono, a identificação com o agressor e a negação de sua verdade, ou seja, “submete-se à mentira daquele que a violou”.

O autor (2019b) aponta que um dos efeitos mais danosos do trauma é a dúvida das certezas de si por parte da criança; sua versão do ocorrido e sua própria verdade estão desacreditadas subjetivamente, restando-a a introjeção da verdade ditada pelos agressores (o que comete o ato e o que desmente), da qual a criança permanece refém, visto que se trata de uma relação de poder assimétrica. “Em decorrência, se o desmentido não for desmascarado, ela acaba por se identificar com seu agressor e desenvolve uma forte tendência de se repetir no futuro, com outros objetos, o mesmo padrão de comportamento cindido e perverso”(KAHTUNI; SANCHES, 2009, p. 122).

Ferenczi (1933, p. 104, *italico do autor*) menciona que ao passar por uma vivência extrema de morte, de trauma, a criança parece amadurecer emocionalmente e intelectualmente, comportando-se como um adulto, mas se trata de “uma *progressão traumática* (patológica) ou prematuração (patológica)”. A urgência traumática pode promover a pessoa a identificar-se com o agressor por uma estratégia de defesa, por medo, para proteger-se, mas outra parte segue anestesiada, clivada, representando o que o autor denominou de “*autoclivagem narcísica*”(Ibid, p. 77, *italico do autor*).

É possível verificar a identificação com o agressor e a tendência à repetição do comportamento violento, característica da não simbolização que gera a compulsão à repetição traumática no contexto que nos propomos a estudar nesta pesquisa, exemplificado a partir da fala de um dos jovens entrevistados.

Eu levei... uma tentativa foi com 12 anos, sendo que...eu comecei a fumar mesmo assim....comecei a pegar na maconha foi com 10 anos. 10 só uma vez. Aí depois com 11 anos foi que eu fui pegando mesmo. Aí depois 12 pronto, já tava envolvido já. Envolvido não com o crime. Mas aí depois eu levei os tiro aí eu me revoltei.... Comecei né a se envolver mesmo. Começou o moído dentro de Patos. Aí aconteceu os homicídios aí. [...] Do nada, modo que... eu andava com ele, aí ele era duma facção, aí o bairro que ele morava virou outra facção...aí ele foi pros caba num matar ele, ele teve que atirar neu. Aí sendo que eu não vi os tiros, eu só vi o pipoco é...deu dois tiro, vi duas voadas, tava tendo festa, eu pensei que era bomba. Quando eu vi...cheio de sangue assim, foi começou a arder bem muito, como se fosse pingo de vela pegando no couro, num tem?. Aí eu corri pra casa, peguei a bicicleta e corri pra casa. Cheguei em casa, mainha começou a chorar, aí fomo para o hospital, não tiravam a bala em Patos, teve que ir pra Campina Grande, tirou...botou uma...minhas perna emagreceu mais, modo os tiro. Aí depois disso, pronto, eu botei na mente né...é pra matar vamo botar pra descer né? (Trecho da entrevista de Tiago).

Tiago, relata a tentativa de homicídio que sofreu quando tinha 12 anos, encontrando-se com 17 anos no momento das entrevistas, e a forma como respondeu ao evento traumático, aparentemente não por meio de uma simbolização do sofrimento, mas através da repetição da ação, afirmando que depois do ocorrido, se é para matar, ‘vamos botar pra descer’, o que de fato aconteceu, conforme podemos observar no trecho abaixo.

Eu foi eu vesti um colete a prova de bala, peguei um revólver calibre 38 e mais três munições no bolso. Nós partiu pro outro lado. Aí nós fomo entrar dentro dum beco, aí vinha o primo dele, que já tinha dado uma carreira neu aí tava de tornozeleira, tinha acabado de sair do presídio. Aí eu se bati com ele é...o doido começou a filmar o amigo meu, tava zero de nada, só eu que tava com as coisas (arma). Aí foi eu puxei e....atirei na frieza. Aí foi...caiu no chão e pronto...nós saiu correndo. Aí foi o

primeiro. Aí depois ele soube que eu matei o primo dele, pronto...começou a dar ataque. Atirou no meu irmão. E atirou no meus primos né. Aí foi eu fui e...dei uma tentativa nele. Aí já depois encarrilhou os homicídio.(Trecho da entrevista de Tiago).

De acordo com Ferenczi (1933, p. 105) quanto mais fatores traumáticos ocorrerem no decorrer do desenvolvimento de uma pessoa, mais fragmentos clivados se sucedem, os quais não se encontram conectados e sim separados, “que se comportam como personalidades distintas”, salientando, no decorrer de sua obra, o desafio enfrentado diante da tentativa de juntar esses vários fragmentos.

Trazendo essa reflexão de Ferenczi novamente para a realidade desta pesquisa, foi possível observar que os jovens entrevistados relataram uma vivência de acúmulo de eventos traumáticos, desde o período da infância e em relação a suas configurações familiares e comunitárias, passando por fatos ocorridos após a inserção no crime, até as situações de desmentido vividas institucionalmente, inclusive no próprio Centro Educacional em que se encontravam.

Discutiremos a questão de forma aprofundada no capítulo de análise de dados, mas convém mencionar aqui, para efeito de ilustração desse acúmulo de fatores traumáticos que fragmentam o eu, um fato que chamou a atenção na pesquisa: dos cinco jovens entrevistados, três (Caio, Pedro e João) compartilham a vivencia traumática extrema do assassinato de suas mães pelo pai ou por companheiros, narrada já na primeira entrevista. No caso de João, o extremo é ainda maior, pois sua mãe foi assassinada em sua frente no ano de 2022.

Porque minha mãe morreu, tem? Morreu lá em Cajazeiras. Meu pai... lembro mal, meu pai matou ela. (Trecho da entrevista de Caio).

É muito humilde minha família, minha avó, não tenho mãe mais. Minha mãe mataram quando eu tinha 2 anos só. (Trecho da entrevista de Pedro).

Aí quando foi no fim de agosto, o caba matou ela na minha frente... Aí eu fui pra casa da minha vó de volta, eu fiquei com trauma, aí eu fui pra casa da minha vó, eu fiquei tomando remédio...(Trecho da entrevista de João).

Considerando o aspecto relacional do trauma e da progressão traumática, surge ainda uma reflexão. Em nossa experiência, enquanto pesquisadora e profissional junto a este público, sempre nos chamou a atenção uma imagem que pode ilustrar um processo de clivagem na realidade do tráfico: adolescentes e/ou jovens vivenciando uma certa *adultização*

versus a *infantilização* própria de suas idades cronológicas, como, por exemplo: adolescentes com uma temporalidade ‘de adulto’ em relação a constituição de uma família (casamento, filhos), mas sem a responsabilidade de genitor da mesma, ou ainda, expressando em determinados momentos uma agressividade, ao falar do manuseio de armas e através de certos comportamentos, e, em outros, trazendo na fala e no corpo interesses e gestos infantis, através de brincadeiras e jogos.

O cenário do crime atualmente no país, no qual está incluso nosso objeto de pesquisa, parece remeter a imagens de adolescentes e jovens com atitudes agressivas e armas, ou seja, sujeitos que possuem aparências e vivências infanto juvenis, mas, ao mesmo tempo, amadurecidos pela expressão de uma agressividade violenta. É possível observar, de forma visível, a clivagem, a cisão de comportamentos dos jovens na realidade do tráfico, a partir dos corpos (adulto x infantil), das ações, dos papéis que ocupam (ser disciplinados e transgressores), como se duas realidades distintas coexistissem. Verifica-se um processo de progressão traumática e identificação com o agressor, um amadurecimento não da ‘criança cuidadora’, mas do lado ‘tirânico’, diante do contexto desmentido violento em que eles se encontram.

Convém finalizar esse tópico com a afirmação de Gondar (2022) de que, para Ferenczi, o trauma não é somente uma incapacidade do psiquismo de apreender uma situação vivida, diante de um excesso, de uma violência que incapacita esse psiquismo. O trauma é referente principalmente a uma dimensão relacional e afetiva que tem como consequência a perda de confiança no outro, em si próprio e em suas instâncias de referência, tendo em vista que o modelo ferencziano da traumatogênese enfatiza as relações, dentre as quais, a autora destaca as relações de desvalorização, humilhação, desrespeito, ou seja, relações políticas que se constituem em relações de poder. É através desse modelo relacional sociopolítico que seguimos a discussão sobre o desmentido, a partir da tentativa de discorrer sobre o desmentido social.

4.3 Desvelando os desmentidos sociais e 'institucionais': a dimensão política do trauma em Gondar, Canavéz, Verztman e Kupermann.

A autora Jô Gondar (2012), ao situar a teoria ferenciana do trauma, afirma que Ferenczi não se destinou diretamente ao campo social e político de forma abstrata, mas propôs concepções clínicas que possuem inferências políticas e micropolíticas. Logo, ela reflete, conforme foi dito, sobre a aplicação da noção de desmentido nos campos coletivos e sociais, apontando que, como o foco desta noção é nas relações, incluindo as relações de poder e de dependência, a dimensão do desmentido atravessa as situações e afetações de vulnerabilidades e exclusão no laço social.

O ambiente e a dimensão relacional têm papel fundamental no não reconhecimento de uma violência, do sofrimento e da negação do próprio sujeito. “Longe de reduzir-se a uma história familiar, o desmentido expõe, tanto na criança traumatizada pela hipocrisia dos adultos, quanto no sujeito traumatizado pela violência social, uma mesma violência de aniquilamento” (Ibid, p.207-208).

A autora ressalta que outra configuração da noção de desmentido é a da não percepção de uma situação de vulnerabilidade da criança diante de uma experiência de violência, ou seja, um reconhecimento negado da própria vulnerabilidade e da condição de fragilidade que abre a possibilidade para uma ação violenta ocorrer. É possível falar em desmentido social enquanto “uma recusa do reconhecimento da distribuição desigual da precariedade e de suas consequências.” (CANAVÊZ; VERZTMAN, 2021, p.10).

Ao refletir sobre o contexto histórico do traumático na cultura brasileira, Gondar (2022) indica que o desmentido no laço social remonta há séculos, visto que existem dois traumas coletivos principais no Brasil: colonização, junto ao genocídio da população indígena, e a escravatura de pessoas pela sua cor. Essas marcas fundantes de nossa cultura, continuam no processo traumático de compulsão à repetição, ou seja, não finalizaram nas experiências passadas da história do país, continuando presentificadas, reatualizando-se em todos os estratos da organização social, na macro e micropolítica, através das desigualdades sociais estruturais e/ou no cotidiano das relações sociais e institucionais. Convém traçar algumas reflexões sobre essa questão por relacionar-se, sobremaneira, com a nossa temática de pesquisa.

A escravatura criou um modo peculiar de reagir a um trauma no Brasil, ‘de processar culturalmente’, diferenciado em relação aos outros países latino-americanos, dentre os quais o racismo foi expresso através da segregação mais explícita. No Brasil, a segregação

ocorreu implicitamente, com os brancos misturando-se aos negros, tratando-se de um racismo silenciado, um racismo desmentido, o qual configura-se como a forma mais perversa de racismo, pois não há fronteiras explícitas, “pode estar em toda parte ou em parte alguma”(Ibid, p.33), tornando mais difícil o reconhecimento do preconceito e da discriminação. Logo, existe uma negação, um silenciamento no projeto nacional de democracia racial, um silenciamento de uma realidade histórica que tem como consequência a negação de um reconhecimento de algo que é realidade no presente.

Segundo a autora, os brancos brasileiros elaboram culturalmente o processo complexo da escravatura, o passado perverso e as consequências atuais, através da lógica da clivagem.

[...] a clivagem é a maneira pela qual os brancos brasileiros processam, na cultura, o sofrimento gerado pelo passado de escravatura e pelo presente de injustiça social. Como se o Brasil afetivo, cordial e hospitaleiro pudesse negar uma realidade visível nas praias, nas ruas, nas escolas, nas universidades, a realidade de uma desigualdade social e racial (Ibid, p. 35).

No tocante à subjetivação e transmissão do trauma coletivo, Reis (2022) reitera que a intolerância racial se repete no presente, explícita e implicitamente, nas políticas sociais, principalmente nas políticas de segurança voltadas a determinados territórios (de periferia), as quais fazem questão de garantir esse lugar de exclusão, diante da realidade midiaticamente escancarada e que tem como retorno a inércia social.

Valores, crenças, afinidades e aversões são processos de subjetivação coletivos que produzem e reproduzem modos de ser e de sentir, nos quais valores como o racismo se apresentam entranhados em nossos afetos mais íntimos e secretos. [...] uma perpetuação repetitiva de certos modos de subjetivação que constituem o caráter de um povo[...] (REIS, 2022, P. 85).

Logo, não se trata de uma experiência individual ou de um grupo específico, mas sim da hereditariedade de toda uma cultura, a partir de uma crença de miscigenação que neutraliza um possível racismo, a qual não é transmitida através de um discurso no plano consciente, sendo uma herança estrutural repassada por gestos, expressões, supressões de falas, etc. Entretanto, a neutralidade configura-se sempre como um desmentido, como o oposto do reconhecimento.

Sobre o ‘racismo à brasileira’²⁷, Gondar (2022) refere que o discurso na neutralidade nega a realidade de violência vivenciada pela população negra, além contribuir para a manutenção do direito dos privilégios sociais a um segmento que se enquadra em um modelo único de humanidade, neutra e universal (a branquitude). Refere ainda a necessidade de reparação e enfrentamento do passado, a fim de reconhecer as desigualdades estruturais e não desmentir mais as violências naturalizadas no presente.

Diante do exposto sobre o racismo desmentido e continuando com a reflexão sobre os desmentidos sociais, Kuperman (2019b) e Canavêz e Verztman (2021) discutem sobre o impacto do traumático no campo social, a partir da dimensão do inaudível, ressaltando a indiferença que atravessa as violências efetuadas contra grupos vulneráveis (mais suscetíveis às formas violentas de poder), o que pode resultar em uma não disponibilidade social em escutar a voz daquele que quer testemunhar, bem como em uma aceitação a um destino natural dessas pessoas. Os sujeitos falam, mas as falas são invisibilizadas porque não são escutadas, muitas vezes, nem por profissionais especialistas na escuta.

Podemos pensar aqui que tais segmentos populacionais, que vivenciam situações de maior vulnerabilidade e precariedade, em que suas condições de sujeitos de direitos não são legitimadas, com os direitos básicos não garantidos desde a infância, vivenciam, somado ao desmentido social, uma dimensão de *desmentido institucional*. O “Estado” (ambientes educacionais, de saúde, de assistência social) que deveria proteger, por vezes, comete o *desmentido institucional* de forma violenta, através do silenciamento, e muitas vezes da agressão, por exemplo, por parte de agentes de segurança pública. Kupermann (2019b, p. 77) ao localizar o agente do desmentido no campo social e político aponta:

[..] Ferenczi abre caminhos para a concepção de *trauma social* indicando que o não reconhecimento da narrativa de sofrimento de um sujeito em condição de vulnerabilidade implica no desmentido da sua experiência e do seu testemunho pelo outro a quem se recorreu no campo social e político. [...]Ante a ameaça de morte, exclusão, segregação e violência, somos todos crianças em busca de um testemunho que possa nos auxiliar a resgatar nossa dignidade atingida pela indiferença daqueles a quem se recorreu em busca de auxílio.

O desmentido afeta o processo em desenvolvimento da criança e altera processos narcísicos importantes, impactando estados mentais, em função do poder violento do adulto, o

27 Expressão utilizada por Ferrugem (2019, p. 127) ao referir-se à negação e ao apagamento da construção social do racismo no Brasil. “O racismo à brasileira é um racismo negado, mas ao mesmo tempo escancarado. O brasileiro não é racista, mas nós somos um país racista.”

qual é sempre o detentor da verdade e não permite nenhum “traço fantasmático no psiquismo da criança”. Na situação de desmentido, o adulto não somente não escuta a criança que sofre o abuso, mas faz uma afirmação, afirma que a violência não aconteceu, desprezando os afetos e sentimentos da criança. Quanto mais a criança é silenciada, mais se distancia de uma vida própria, fazendo parte do psiquismo do outro. “Nesta forma de traumatismo, o sujeito é subtraído violentamente não de conteúdos mentais, mas de processos de reconhecimento de si”(CANAVÊZ; VERZTMAN, 2021, p. 07).

Por outro lado, o desmentido do testemunho da violência que lhe foi infligida é extremamente tóxico, porque fere, no âmago, sua dignidade e seu sentido de pertença ao que chamamos humanidade, sem falar em seus direitos cidadãos.[...] São desmentidos institucionais da dor e do sofrimento de sujeitos pertencentes às parcelas mais vulneráveis da população que, assim, se encontram absolutamente desamparados, destituídos de dignidade moral e humilhados (KUPERMANN, 2023).

Conforme já referido anteriormente neste trabalho, a maioria dos jovens vinculados ao tráfico de drogas nasce e cresce em um ambiente de violência social (física e simbólica) cotidiana e ainda em uma violência da indiferença, em que suas falas, suas verdades, seus testemunhos não são reconhecidos de diversas formas nas configurações familiares, sociais e institucionais, nas quais, por vezes, não há o espaço da ternura, cuja importância é fundamental na teoria ferenciana. E após a inserção no tráfico, dada a dimensão da ilegalidade, da agressividade cotidiana de tal ocupação, da guerra, esses sujeitos encontram cada vez mais resistência com a escuta de seus testemunhos.

Morais e Macedo (2011) apresentam uma contribuição ao pensar a indiferença na relação com a dor psíquica diante de uma não simbolização do traumático, caracterizando o conceito de vivência da indiferença, tomando por base a experiência da satisfação de Freud, a partir da torção para pensar o reconhecimento e a indiferença. As autoras fazem a discussão por meio do recorte de experiências de tentativa de suicídio, as quais ilustram a força de elementos psíquicos que extrapolam à atribuição de sentido da dor ameaçadora da existência, no entanto, afirmam que, dada a complexidade do campo, é possível pensar essa teoria em outras situações de excesso, de extremo.

Na indiferença, há o predomínio do não reconhecimento da existência do outro, que se coloca em cena a partir de uma violência da apropriação do sentido da existência da

criança, havendo o desamparo no encontro do eu com os objetos primordiais. “Por não ser percebido na diferença de sua existência, instaura-se no eu um prejuízo quanto à condição de confiança e de percepção do si mesmo e do outro, o que terá repercussão nos recursos de enfrentamento da dor psíquica, bem como na relação com a alteridade.” (MACEDO, 2022, p.219).

Quando o traumático não é representado, simbolizado, transforma-se em ato, enquanto um não-sentido, uma não memória, uma forma de extravasar a dor psíquica. O ato configura-se como uma linha de fuga diante do excesso. O ato-dor, que ocorre no cenário da vivência da indiferença, é decorrente da vivência da indiferença e visa o descarrego, o extravaso das intensidades psíquicas. E o sujeito do ato-dor é aquele não reconhecido na vivência da indiferença (MORAIS; MACEDO, 2011).

Podemos ilustrar aqui, a situação relatada por Tiago, exposta no tópico anterior, em que se verifica a repetição da ação de ‘encarrilhar os homicídios’, após a tentativa de assassinato que ele sofreu. Durante a entrevista, a narrativa de uma situação para outra era também ‘encarrilhada’, não se mostrando evidente um processo de representação da gravidade do ocorrido. Salienta-se, no entanto, que foram somente quatro encontros com cada jovem, logo as interpretações não possuem a densidade de uma dimensão clínica.

Segundo Macedo (2022), a vivência da indiferença é o oposto do investimento amoroso, e tem como consequência a submissão, a mutilação do direito de existir, com o predomínio da desconfiança e da fragilidade, eternizando o desamparo, o qual é proporcional à reprodução do ato-dor.

Nesse sentido, o processo de reconhecimento se opõe à indiferença e ao desmentido. Gondar (2012), ao refletir sobre as consequências do desmentido na esfera política e social, afirma que os efeitos traumáticos nos indivíduos podem ser vinculados ao não reconhecimento da própria condição de sujeito, considerando as suas singularidades, seus desejos, seus corpos, suas ideias. A autora fala da “necessidade vital” de aprovação e visibilidade entre os pares e que essa questão deixa de ser privada, tornando-se um assunto de esfera pública, ou seja, o desmentido pode ser também referente à privação dos direitos básicos.

Podemos apontar que essa é uma questão fundamental para o jovem periférico quando reivindica o seu lugar social, a sua existência, da sua forma de ser, do seu jeito de

falar, com o seu corpo, suas roupas, seu cabelo, sem necessitar de um enquadramento desejante da sociedade para não ser considerado ‘um perfil suspeito’.

A autora faz referência à não validação das percepções do sujeito enquanto um reconhecimento recusado, violador de sua integridade, em alusão aos modos de reconhecimento de Axel Honneth (2009), os quais são constituídos na interrelação entre os campos afetivo, social, jurídico e político. Para Honneth (2009, p. 156),

[...] são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades.

O filósofo alemão descreve três modelos de reconhecimento, bem como três formas de recusá-lo. O primeiro é referente ao reconhecimento amoroso, proveniente das relações primárias de amor ou amizade; o segundo refere-se ao reconhecimento dos direitos, no âmbito das relações jurídicas e o terceiro é relativo à comunidade de valores e as relações de solidariedade, a partir de uma conexão simétrica entre os sujeitos.

No que concerne às formas de desrespeito e recusa de reconhecimento, Honneth (2009, p. 215) aponta que, em relação ao plano amoroso, podem ser através de maus-tratos e violação, através do desrespeito à livre disposição sobre o corpo, ameaçando a integridade física, e apresentando, como consequência, “uma perda de confiança em si e no mundo”.

No plano jurídico, a recusa do reconhecimento ocorre através da privação de direitos e exclusão, por meio do desrespeito moral de não igualdade na posse dos direitos coletivos, ameaçando a integridade social, gerando, como efeito, “uma perda de autorrespeito, ou seja, uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com os próximos.” (Ibid, p. 217).

Por fim, no plano da comunidade de valores, o desrespeito se dá através da degradação e ofensa, tendo em vista uma normativa social que degrada valorativamente certas formas de vida e de crenças, ameaçando a “honra” e dignidade, resultando em uma “desvalorização social, de maneira típica, uma perda de autoestima pessoal, ou seja, uma perda de possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características.” (Ibid, p. 218).

Aproximando-se do contexto desta pesquisa, na dimensão dos jovens do tráfico de

drogas, para além da recusa de reconhecimento, através da violação, da privação de direitos básicos e da degradação e desvalorização de seus modos de vida, atravessados pelo não acolhimento social e institucional do Estado, das falas não ouvidas, há ainda o discurso representativo de uma sociedade de classes que delega um lugar naturalizado (um lugar de destino de bandido e criminoso) e que os culpabiliza pela situação de violência atual.

Esse discurso é agente de desmentido social e institucional, ao ser o detentor do poder da verdade, que naturaliza as violências, a indiferença social diante das formas violentas de poder, as quais são mais direcionadas a determinados segmentos sociais. Ou seja, trata-se de uma verdade imposta que recusa o reconhecimento de uma vulnerabilidade desigual. Como estamos tratando aqui de desmentidos sociais e institucionais, podemos dizer que o processo da identificação com o agressor pode ser também a identificação com a própria situação de violência e indiferença social.

Contribuindo com essa reflexão, Canavêz e Verztman (2021, p.10) citam o exemplo da “falácia da meritocracia”, que coloca na conta do quantitativo de esforço do sujeito, a histórica desigualdade e precariedade de distribuição de ‘oportunidades’, a fim de silenciar as mazelas sociais.

Na reflexão sobre as verdades impostas socialmente, Kupermann (2022, p.51) aponta a perspectiva do negacionismo, cuja base é a noção de desmentido no campo sociopolítico e relacional. Ao sofrer uma violência, o sujeito em situação de vulnerabilidade busca o testemunho do que sofreu direcionado a alguém de confiança ou “às autoridades instituídas pela vida social [...] Assim, a ideia é pensar os negacionismos como efeito dos desmentidos produzidos na vida social [...]”, ou seja, as consequências do desmentido devem ser percebidas e interpretadas em todo o laço social e político.

Em nosso cotidiano, verificam-se os negacionismos diante de discursos da mídia e de atores institucionais que minimizam ou neutralizam a guerra e extermínio de jovens negros e periféricos. Essas narrativas minimizam no sentido de remodelar esses fatos, colocando os mesmos em um lugar de culpabilização e conseqüente exclusão, em que a única saída é a prisão ou o extermínio.

Dessa forma, negar o ódio e a violência que está diante de nós, dizer que não existe injustiça social, a qual é refletida nas desigualdades estruturais, nas violências, na tortura policial, no silenciamento direcionado a todo um segmento, por exemplo, tende a ser

traumático para um quantitativo muito grande de pessoas, que vivenciam cotidianamente os negacionismos por parte dessas instituições de referência, contribuindo para a perda de confiança nas leis, na justiça, nas políticas sociais, em nós mesmos, na vida. O efeito resultante é a clivagem subjetiva, a perda do sentimento de si e da própria existência.

Pode-se trazer aqui então a inquietação desta pesquisa: os jovens inseridos no tráfico de drogas vivenciam desmentidos sociais e institucionais em suas famílias, comunidades e principalmente em ambientes institucionais que supostamente deveriam ser de cuidado e garantia de direitos básicos.

Por fim, Kupermann (2019b) indica que o analista deve ocupar o papel do outro que reconhece e acolhe, mas pode também se tornar o outro agressor, cometendo o desmentido. Nesse sentido, outras perguntas surgem: quem poderia escutar os seus testemunhos sem ser mais um agente do desmentido? Quem poderia autenticar e acolher de forma genuína os/as traficantes de drogas, fora de um ambiente prisional, em que normalmente essa escuta é exercida de forma obrigatória e, por vezes, punitiva? Ou ainda, é possível pensar uma dimensão clínica²⁸ ao se discutir sujeitos envolvidos com tráficos de drogas, fora do âmbito da justiça?

A realidade deste público é a de normalmente chegar em uma clínica perpassada, conforme nos fala Rosa e Vincentin (2010), por discursos jurídicos, médicos e, até mesmo, “psis”, que possuem o foco na construção do *inimigo, do perigoso, do intratável*, fechando diagnósticos realizados em situações de atravessamentos jurídicos e/ou institucionais, reatualizando o desmentido.

Para Ferenczi, nesses casos, muitas vezes a interpretação não tem sucesso senão em estabelecer um diálogo estéril com a parte do sujeito identificada ao agressor, atingindo apenas a dimensão inteligível da sua subjetividade, mantendo intacto seu anestesiamiento mortífero. Seria preciso, mais do que falar *da* criança que sobrevive, anacrônica, na neurose infantil de cada analisando, falar *com* a criança traumatizada, testemunhando o indizível da sua dor (KUPERMANN, 2019a, p. 192).

Os atendimentos e acolhimentos nos espaços sóciojurídicos, em geral, tem ocorrido nesse formato, de diálogos estéreis, o que foi facilmente identificado em nossa

28 Ressaltamos que não vamos tratar nesta pesquisa da dimensão clínica. O questionamento somente foi lançado para futuras pesquisas sobre o assunto.

pesquisa, a partir da observação realizada no Centro Educacional e dos relatos dos jovens entrevistados.

O autor reforça a relação de cuidado estabelecida por meio da linguagem da ternura ferencziana, a qual é evocadora da autenticidade, contribuindo para o resgate de si, da realidade do sujeito.

A linguagem da ternura é, assim, antes de qualquer coisa, um convite à relação de cuidado; para que dois sujeitos efetivamente se falem, é preciso conceber que, entre eles já está estabelecida uma circulação afetiva que favorecerá com que a criança avance da posição de dependência e passividade (“amor objetal passivo”) para o relacionamento intersubjetivo com os objetos de sua escolha. O trauma, entendido como fratura do gesto onipotente da criança, implica, assim, o desmentido da linguagem da ternura infantil e da *verdade* que ela porta (KUPERMANN, 2019b, p. 72, grifo e itálico do autor).

Fica difícil pensar em uma aproximação de pessoas inseridas no tráfico de drogas sem uma disponibilidade inicial e sem a possibilidade de um espaço de escuta para este público em que a flexibilidade da técnica esteja presente. Ferenczi (1928), através de seu estilo clínico, afirma a necessidade de uma adaptação da técnica do analista ao analisando, o que permite a compreensão de situações do real para além do setting analista tradicional.

Conforme já exposto, este trabalho não possui um eixo clínico psicanalítico, tratando-se de uma pesquisa que se aproxima da perspectiva da Psicanálise em extensão, no entanto, é importante, para a compreensão do fenômeno, escutar essas narrativas de desmentido através da pesquisa de campo realizada, as quais acessam o inter e intrapsíquico de nosso público-alvo, tendo em vista que a compreensão do real ocorre a partir dos enunciados e significações dos que estão mais diretamente envolvidos com o fenômeno.

5. A juventude do tráfico de drogas como um tempo do traumático: escutando as narrativas desmentidas.

A partir da escuta das entrevistas e de todo o material do *corpus* de dados, demarcamos cinco asserções principais que transitam na dimensão do desmentido traumático da realidade dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas, as quais foram sustentadas a partir da Análise Interpretativa (ERICKSON, 1989). As asserções foram ilustradas através das apresentação de vinhetas narrativas (descrição particular), acrescidas de descrições gerais e comentários interpretativos.

Com o objetivo de compreender nosso propósito interpretativo, convém salientar que as realidades desmentidas surgem nas narrativas de vida dos entrevistados, perpassando e se repetindo em suas histórias referentes à infância, às experiências na instituição e no envolvimento, cheias de significados e simbolizações, as quais se entrelaçam, atravessando mais de uma afirmação construída nesta pesquisa. No entanto, fez-se necessária uma separação em tópicos, os quais são alusivos a cada asserção, a fim de alcançar uma sistematização requerida para a análise. Essa tentativa de organização talvez tenha sido a tarefa mais difícil deste momento, diante desse “enovelado” representacional.

Inicialmente, havia a pretensão de fazer um resumo mais detalhado com as principais características das histórias de vida dos participantes da pesquisa, no entanto, diante do receio da identificação, optou-se por fazer a apresentação dos mesmos através da tabela já exposta anteriormente. Como a pesquisa foi realizada em um município de pequeno porte, o que facilita o reconhecimento das pessoas, e dada a esfera da ilegalidade do tráfico de drogas, os cuidados com o sigilo devem ser reiterados.

Traçadas essas ponderações e considerando as explicações metodológicas já efetuadas anteriormente, apresentamos as cinco asserções principais.

5.1 As histórias de vida demarcadas pela vivência do traumático.

A vivência do traumático nas histórias de vida, através do desamparo familiar e social, atravessa o envolvimento com atos infracionais, ocasionando danos psíquicos que, por vezes, não encontram um espaço representacional.

No segundo encontro que tivemos com os participantes da pesquisa, o qual correspondeu à primeira entrevista, questionamos sobre suas histórias de vida, desde a infância, sobre suas configurações familiares e como se autoidentificavam em relação a gênero, cor, classe social, gostos. Confirmando as estatísticas apresentadas neste trabalho, todos os cinco entrevistados eram de cor parda ou preta.

Em todas as narrativas, foi verificado um contexto de violência e de ausências materna e paterna, confusão de sentimentos diante da situação de abandono, percebendo-se que essas faltas são sentidas, mas não foram simbolizadas, ou não da forma necessária, havendo uma naturalização desse desamparo, configurando-se assim o traumático da dimensão familiar e/ou individual.

Um fato que nos chamou a atenção, logo de início, foram os relatos da morte violenta das mães de três entrevistados, citados no capítulo passado, no entanto, repetiremos os mesmos aqui de forma mais detalhada.

Morava com minha avó. Porque minha mãe morreu, tem? Morreu lá em Cajazeiras. Meu pai... lembro mal, meu pai matou ela. Mas eu era pequeno, eu não lembro não. Tinha dois anos só. [...] ele matou ela, de ciúme, não tem? Mas faz tempo.(Caio)

É muito humilde minha família, minha avó, não tenho mãe mais. Minha mãe mataram quando eu tinha 2 anos só. [...] Era ex-companheiro dela [...] Ele queria ficar com minha mãe, à força.(Pedro)

Aí quando foi no fim de agosto [do ano de 2022], o caba matou ela na minha frente, aí eu fui pra casa da minha vó de volta, eu fiquei com trauma, aí eu fui pra casa da minha vó, eu fiquei tomando remédio....eu fiquei tomando remédio, aí eu comecei a cheirar pó de novo. (João)

João relatou que sua mãe apanhava muito do marido, o qual a matou em sua frente. Observa-se aqui três situações de brutais feminicídios, cujas mulheres foram assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros, ilustrando o contexto de violência contra a mulher, nessas realidades, e de um evento extremo de trauma nas vidas de Caio, João e Pedro. Além da ausência materna, trata-se de uma morte ocasionada por quem supostamente deveria cuidar.

Para Caio, no tocante à relação com o pai, há o incremento da vivência traumática, já que foi o mesmo que matou sua mãe. O jovem verbaliza que a relação com ele nunca existiu e somente falou do pai ao ser questionado se existia contato entre eles e se havia desejo por notícias do mesmo.

Não, nunca. Nem sei o nome, não sei o nome dele. [...]Tenho não. Tenho não, não vou mentir, porque... Ele matou a mãe do cara, tenho vontade não. (Caio)

Pedro possui contato com o pai aos finais de semana, mas nunca morou com ele, sendo criado por sua avó desde criança. Enquanto figura paterna faz mais referência ao avô, com quem tem uma boa relação. Pedro também fez alusão, em alguns momentos das entrevistas, ao seu irmão, no tocante ao envolvimento do mesmo com a guerra, com facções, com o contexto do comércio de drogas, referindo-se a ele enquanto alguém que gosta e admira.

Meu avô, eu gosto dele., ele gosta de mim também. Eu nunca tive muido com ele, sempre gostou de mim quando eu era pequeno, agora também, ele vem me visitar. (Pedro)

João refere que nunca conheceu o seu pai, sendo criado por sua avó desde pequeno. Possui seis irmãos, mas atualmente desconhece o paradeiro deles, diante da situação de vulnerabilidade e tragédia familiar. A maioria de seus irmãos foram adotados e seu irmão gêmeo, que já cumpriu medida socioeducativa na instituição pesquisada, atualmente está no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, conforme informação repassada pela equipe técnica.

Foi tudo adotado, faz tempo que eu não vejo. Só tenho eu que escapei pequenininho, que não foi adotado. Tô com minha avó ainda. Mas tá tudo longe de mim, faz tempo que eu vi.(João)

Ressaltamos também o extremo, o excesso, da experiência traumática de João, ao presenciar o assassinato da mãe pelo companheiro, refletida em uma desorganização e esfacelamento de sua configuração familiar e de si próprio, dada a dimensão do desmentido, a qual já se encontrava em contexto de vulnerabilidade.

Para Rafael, a relação com sua família (mãe, irmãos, avó e avô) é considerada boa, de apoio, o que ele caracteriza como grande suporte em relação a sua situação atual. No entanto, a ausência paterna é sentida, pois a morte do pai de Rafael foi relatada por ele como uma tragédia. Rafael também fez referência à morte de um tio, por conta do contexto de violência da ‘guerra’ do tráfico de drogas, da qual ele diz ter feito parte.

Meu pai faleceu, como se diz... Por conta de uma doença chamada... insuficiência respiratória. Ele tinha asma, né? Ele tinha asma e... Acabou caindo na bebida, né?

Bebida e usando cigarro e... Afetou os pulmões dele, só tinha só um, era de nascença que nem eu. Só tem um pulmão. E... Aconteceu essa tragédia, né?(Rafael)

Eu já tive uma guerra... mataram um tio meu lá...Um tempo lá estavam com as guerras... (Rafael)

A família de Tiago é composta por sua mãe, pai, irmão, irmã e sua atual companheira, no entanto, no decorrer das entrevistas, o jovem relatou uma relação de distanciamento com todos, principalmente com a mãe, a irmã e o irmão, ressaltando uma maior proximidade com sua companheira. A relação entre eles surgiu em vários momentos de suas narrativas como algo gerador de expectativas de futuro e, ao mesmo tempo, de ansiedade, diante da instabilidade da relação dos dois. Tiago reiterava o desejo de morar com ela ao ser liberado da medida socioeducativa.

A partir dos relatos de Tiago, foi possível observar uma confusão de sentimentos, entre a admiração e o abandono, na relação com o irmão mais velho, o qual atualmente reside em São Paulo e também já foi preso por envolvimento com o tráfico de drogas e com facções.

Admirava, mas depois eu fiquei com raiva, eu criei uma raiva dele.... do nada porque.... eu vi ele só quando eu tinha... cinco anos, por aí. Aí depois eu vi ele de novo foi com dez... depois foi com doze, doze não, doze eu num vi ele não. Vi ele umas três vez só na minha vida.... só pelo celular eu falava com ele, mesmo assim, não queria muito assunto com eu... eu digo, oxe, eu quero falar com esse bicho, homi... pronto, e já era. Aí depois quando o caba cai aqui preso...'cadê Tiago...tal e tal... vô puxa ele praqui pra trabalhar pra São Paulo'... eu digo, oxe, eu vô fazer o que em São Paulo, sei nem pra onde vai. O caba tem que virar também, né,poxa, eu sou nordestino, homi, Paraíba mesmo...sei virar na minha cidade, na minha cidade soltar eu, eu sei pra onde vou. (Tiago)

Conforme já foi exposto no capítulo anterior, salientamentos também um evento de morte, expressado por Tiago em sua fala, que foi a tentativa de assassinato sofrida aos 12 anos ocasionada pela guerra de facções, a qual ele descreve como o marco de sua entrada no 'envolvimento', diante da revolta relacionada ao ato violento extremo que sofreu.

Dentre os contextos sociofamiliares de desamparo, destaca-se ainda a situação de dependência química que faz parte das realidades de Caio e João, os quais já foram internados em clínicas de reabilitação.

Comecei a usar droga com 12 anos maconha, não tem? Fumava maconha, depois eu comecei a cheirar pó. Aí, comecei a fumar maconha e pó, só que, crack, pedra não uso não, não rolou não. Só pó e maconha mesmo. Mas eu usava muito mesmo, tem? Muito, muito mesmo. Tinha vez que eu cheguei a dever, pra um cara lá, mais de 3 mil conto. Eu tinha um A50, um celular, 3 dias de uso, eu tive que entregar ao cara

lá, porque eu tava devendo. Novo, novo, novo, o celular. A mãe comprou, oxe mãe suou pra comprar. Aí, eu entreguei assim, como se entrega nada. Aí, eu fiquei com desgosto, tem? Com desgosto. Mainha também. (Caio)

Em agosto, mataram ela... Aí eu voltei pra a casa da minha vó, aí eu passei uns quatro meses, aí eu comecei a arrochar no pó, cheirando pó, e vendo minha mãe passando lá em casa. Eu levava o pó ontem e ficava... Eu quebrava o pó lá em casa e ficava cheirando lá. Aí o cachorro dela foi colocado lá, aí eu ficava só olhando lá para o canto e via ela passando. Aí a minha vó colocou eu numa clínica, no CSA, lá em Cajazeiras, aí eu quebrei uma televisão e vim para cá, por causa da droga. (João)

Pelas narrativas, constata-se a presença da violência como modelo familiar (companheiros que mataram as mães de João, Pedro e Caio), bem como da contravenção como padrão identificatório a ser seguido, expressado por Tiago e Pedro, diante do envolvimento com crimes por parte dos irmãos de Tiago, João e Pedro. Ressalta-se ainda a violência extrema de morte sofrida por Tiago, refletindo o modelo de violência individual que atravessa suas histórias.

Concordando com Macedo e Werlang (2007), verifica-se nas histórias de vida dos participantes o incremento do desamparo, que reafirma as violências vivenciadas e reatualiza o traumático, enquanto uma não representatividade psíquica e afetiva, ocasionando o processo de clivagem e a anestesia do ego, observada pela naturalização de seus contextos de excessos violentos.

Observa-se essa dimensão de desamparo e de desmentido social em seus contextos familiares, a partir das situações de vulnerabilidades relatadas abaixo, o que demonstra o pouco investimento institucional no sentido do acesso a políticas de proteção social, impactando diretamente na própria constituição familiar. De acordo com a teoria ferencziana, já discutida anteriormente, a relação intersubjetiva está no cerne do traumático, do desmentido, logo, podemos afirmar que a falta da proteção básica (escola, saúde convivência familiar e comunitária) produz efeitos danosos na estruturação familiar, o que, por consequência, contribui para a fragilidade dos recursos intrapsíquicos de representação.

A situação de vulnerabilidade social e financeira está presente nos cenários sociofamiliares dos cinco participantes. Foi possível verificar esse fato, através do acesso aos relatórios institucionais, disponibilizados pela equipe técnica, e das conversas com os familiares na ocasião da solicitação de autorização para participar da pesquisa.

Eu sou, assim, muito humilde, não vim de família rica, né? [...] Temos as condições, mas não somos ricos, entendeu? Tem as condições de sobreviver, né? [...]

Minha mãe trabalha e... Nós recebemos salário, minha mãe é pensionista. Entendeu? É eu e outro irmão e eu já tenho outra irmã mais velha do que eu. E ela também é pensionista.(Rafael)

Minha vó recebe auxílio. (Caio)

Sou de uma família muito pobre também, minha família é muito pobre, mas mais eu, minha família, graças a Deus, ela tem, né? (Pedro)

Eu me ensino pobre, sou pobre, não vou mentir.(João)

Aí quando eu nasci, meu pai foi trabalhando de sapateiro,... de garçom, foi duas vezes garçom. Agora tá frentista de posto, já trabalhou em fazenda. Minha mãe é faxineira...aí como...é fixa é, que fica se mudando de casa? Fixa. (Tiago)

Da mesma forma que o pai, Tiago refere que sempre trabalhou informalmente, em pequenos serviços que iam surgindo, o que evidencia o contexto de trabalho infantil, descrito também por Rafael e Pedro.

Como é que eu falo? Eu não tive, assim, a liberdade de... Entendeu? De tá brincando, não. O meu tempo não foi perdido por isso, não. Meu tempo foi mais de tá trabalhando. Aí, dos 14 anos pra frente, quando eu cheguei nos 16, aí, me fez entrar nessa vida.(Rafael)

Eu desde pequeno ajudo minha avó. Minha avó, ela sempre catou plástico, minha avó, ela sempre catou as reciclagem, aí eu ia ajudar ela. Ajudava ela, aí, depois que me envolvi com isso, eu não fui mais ajudar ela.(Pedro)

Eu com 10 anos de idade, eu já tinha andado quase a metade de Patos. Eu ia pros canto, né? Pra esquentar a mente. Já ajudava em alguma coisa é.... Eu era pequeno, mas eu ficava mais em posto enchendo pneu pra ganhar um dinheiro.... no sinal. Era alguma coisa né? Pra ganhar um dinheirinho. Aí depois eu vim crescendo, se envolvendo, parei de estudar em 2019. (Tiago)

Caio e João não se encontravam em situação de trabalho infantil na infância, referindo que as avós os sustentavam no que precisassem.

A fim de compreender o cenário de silenciamento e indiferença institucional, no que tange à proteção social básica, foi realizado o questionamento se eles e/ou suas famílias já tiveram algum atendimento social ou psicológico antes da entrada no Centro Educacional (ou em outra situação de institucionalização), os quais apontaram:

Meu irmão, acho que teve, mas meu pai não teve, nem minha mãe, não. Nem minha irmã. Não tem acesso, não. (Tiago)

Assim que eu saiba não, nunca fiquei sabendo não.. É ela num... Não teve atendimento com psicóloga.(Rafael)

Foi não, Acho que não.(Caio)

Minha avó [...] ela tinha acompanhamento pelo CRAS. (Pedro)

Pedro refere que sua avó tem acompanhamento pelo CRAS, mas ninguém de sua família, nem ele, tiveram atendimento com profissional de Psicologia. A avó de João nunca teve acompanhamento psicológico, social, ou de algum projeto social, conforme afirmou.

Dentre os cinco, Tiago foi o único que já teve acompanhamento no CAPS, no entanto, este se mostrou pontual e insuficiente em relação ao motivo que o levou ao local.

Fez quando eu tinha oito anos, acho. Era pequeno. No CAPS.. foi porque... eu me acordava assustado. Antigamente era ataque do pânico, que tinha nas antiga. Aí foi... Era um tipo, eu me acordava assustado e... com a zoada do ventilador, aí me agoniava, eu me acordava assustado. Aí eu começava a vomitar.... Assim, ela tava passando remédio pra ansiedade, mas...ansiedade também, né, que ajudava...mas não ajudou em nada não. (Tiago)

Conforme já foi discutido anteriormente, por Gondar (2012), Kuperman (2019b) e Canavêz e Verztman (2021), o desmentido social pode ser o reconhecimento negado da própria situação de vulnerabilidade, o que foi possível observar em nossa pesquisa de campo. Podemos apontar então que a não garantia de direitos básicos implica na não legitimação da condição de sujeito social, de sujeito de direitos, caracterizando assim um desmentido institucional, a partir do silenciamento e indiferença por parte das instâncias governamentais.

No caso do contexto de nossa pesquisa, podemos afirmar que os jovens inseridos no tráfico de drogas não necessariamente precisam sofrer um evento traumático na dimensão individual ou familiar para caracterizar a vivência do desmentido, pois o desmentido traumático é sociopolítico, visto que é um desmentido referente ao campo social e diante da condição vivida em que se encontra a maioria desses jovens (negros, pobres e moradores de periferias), conforme exposto no capítulo anterior. No entanto, no cenário específico desta pesquisa, a partir das entrevistas realizadas, observamos que eles também vivenciaram situações traumáticas no âmbito familiar e/ou pessoal.

Por fim, há espaço para a ternura. A importância da família foi expressada com frequência em suas narrativas, ocupando um lugar fundamental no processo de acolhimento e na perspectiva de pensar no após a situação de encarceramento e no afastamento do contexto

de crime. A relevância das visitas familiares foi salientada pelos jovens e por todos que fazem parte da equipe profissional da instituição enquanto um fator central de suporte e ajuda no decorrer de seus processos socioeducativos.

[...] Eu tiro minha cadeia só... pensando na minha família e pronto. Amanhã eu fico alegre, aí quando é... de manhã, eu vou dormir pá... tipo assim eu não aguento ficar ansioso...vô ter que dormir, tento dormir...quando eu pego no sono...pra ver se alguém me acorda e já...dizendo aí, ei tem visita! Oxe mas quando não tem visita, eu já acordo com... querendo coisa ruim, querendo fugir alguma coisa, pra saber se alguma coisa que aconteceu. E tudo não é no tempo do caba né. Oxe o caba sem visita aí... o caba fica osso, né? Amanhã se eu não tiver visita eu já fico mais...mais cabisbaixo, né? (Tiago)

Vamos ver como posso explicar, minha família nunca me deixou para trás, assim, entendeu? Apesar do que eu sou, nunca fui... Assim, deserdado, né, como eu dizem. Aí estão... sempre estão ali comigo, sempre estão me dando força. Eles acham que eu tenho uma capacidade muito grande de mudar, entendeu? E sim, eu tenho essa capacidade, sim. É o que eu desejo, né? Sair daqui... Vou mudar a minha vida e... continuar meus estudos, né? E quem sabe daqui pra frente, daqui a alguns dias... Não tô aí num... Num dos times bons, né?(Rafael)

Eles tão vindo me visitar, me ajudar. [...]sair daqui, eu só penso em ajudar a minha vó, sair daqui. Ajudar o meu avô, arrumar um serviço melhor, pra minha vó não precisa mais trabalhar.(Pedro)

É necessário fazer um destaque em relação à importância das avós nas histórias de vida de Caio, Pedro e João, os quais, no decorrer dos encontros, referiram-se à relação boa e de afeto com suas avós, que assumiram o lugar de suas mães assassinadas, ou seja, houve a substituição desse desamparo materno pela relação afetiva com as avós.

Agora, eu tô, a mãe me vê assim como um homem, né? Porque antes usava droga, não ligava pra nada. Mas agora, a mãe tá, a mãe tá boa mesmo comigo. Meu irmão, meu irmão também não gostava, que eu usava droga pra ir pra casa, ficava, ficava no meio da rua, andando no meio da rua. Mas agora, a mãe tá, a mãe tá acreditando em mim, outra vez, né? Tá a terceira vez já, mano.(Caio)

Ao ser questionado sobre o que o ajuda quando está se sentindo triste, Pedro apontou:

Só a minha vó dando um abraço em mim, ela me abraça...(Pedro)

Conforme já exposto anteriormente, Kupermann (2019a, p.190), reforça a importância da linguagem da ternura, referente à teoria da traumatogênese de Ferenczi, nas relações de cuidado, afirmando que “o resgate da linguagem da ternura infantil preconizado por Ferenczi visa, justamente, restituir ao sujeito a palavra evocadora de si e da realidade,

assegurando uma existência mais próxima da sua autenticidade.” Ou seja, o cuidado e acolhimento despendido pelas avós, como por outros familiares, é essencial para suas validações afetivas e de si próprios.

5.2 A ‘proteção’ institucional que desautoriza - a proteção com grade.

O Centro Educacional (a institucionalização) proporciona novas possibilidades à proteção, mas a partir de uma relação que desautoriza, que desmente - uma proteção/um amparo com a grade.

A segunda afirmação é referente aos significados atribuídos ao processo de encarceramento e cuidados institucionais dentro e fora do Centro Educacional. Solicitamos que eles discorressem sobre o cotidiano na instituição, e em outros possíveis acompanhamentos institucionais, a fim de tentar refletir sobre o desmentido institucional no dia a dia, na rotina que estavam vivenciando.

Por meio das narrativas e das observações do contexto organizacional, foi possível constatar que a entrada na instituição, ou seja, o encarceramento, proporciona o acesso a direitos que os jovens não acessavam antes, no entanto, através de uma relação institucional que também desautoriza e desmente os mesmos.

Os jovens fizeram referência ao acesso a alguns direitos básicos somente a partir da entrada no Centro Educacional, o que demonstra uma grande falha em nosso sistema governamental e social, pois é preciso cometer um ato infracional para ter acesso ao básico, ao constitucional, como documentação, educação, acompanhamento psicossocial, etc. Nesse sentido, convém aqui uma reflexão: verifica-se que, em nosso país, há uma grande lacuna das ações por parte das instâncias sociais referente ao cuidado com crianças e adolescentes, visto que se falhou gravemente nos níveis da proteção básica e da proteção espacial, sendo preciso, por vezes, o adolescente chegar às medidas socioeducativas para garantir o mínimo que falta.²⁹

²⁹Em alusão aos níveis protetivos do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. A proteção básica refere-se aos direitos básicos; a proteção especial refere-se às medidas protetivas aplicadas quando as crianças ou adolescentes possuem seus direitos ameaçados ou violados e as medidas socioeducativas aplicam-se aos adolescentes que cometeram ato infracional.

Sobre o acesso à retirada de documentação e o acesso à educação e aos cursos profissionalizantes, eles relataram.

Sim a mulher foi para, tirar minha identidade mesmo. [referindo-se a uma profissional da equipe] Ela, acho que tipo, chega um interno que não tem nenhum documento, aí ela tira todos os documentos entendeu? (Rafael).

É tanto que eu vim tirar meu documento aqui agora. Foi na segunda cadeia. Estudei até o quinto, aí eu vim fazer o sexto aqui. Não estudava não. (Tiago).

Eu vim terminar a série agora, é o sexto ano, e o sétimo que eu tô fazendo aí. E agora eu vim preso, né? [...] Eu tô fazendo curso de informática. Já tenho o de pintor, de gessêrio e agora tô fazendo o de informática. *Gosto do de informática.* (Tiago).

Eu fiz um aí, de informática. Tinha uns cursos aí, só que acabou agora. Só vai vir outros. Eu tinha de informática e de eletricista. É bom, por cara distrair a mente, sair do alojamento.(Caio).

Curso de gesso, curso de eletrônica, só esses dois mesmo. (Pedro).

Eu voltei a estudar agora aqui no Centro Educacional. Voltei a estudar agora aqui. (Pedro)

O acesso à educação é garantido e viabilizado pela medida socioeducativa. Logo, todos se encontravam estudando, bem como fazendo algum curso profissionalizante ofertado pelo sistema de ensino estadual que funciona dentro da instituição.

Com a finalidade de compreender também o acesso aos direitos protetivos de acompanhamento psicossocial, questionamos se eles já teriam sido acolhidos, ou atendidos, por profissionais de Psicologia ou Serviço Social. Todos associaram o primeiro atendimento somente após a passagem em alguma instituição de aprisionamento, seja um Centro Educacional ou uma clínica de reabilitação.

Primeira vez que eu tive atendimento com psicólogo, foi quando eu fui preso na primeira vez, é que foi lá. Aí depois, daí eu não tive não só quando eu fui preso em Arco Verde, Arco Verde eu tive com psicólogo também, eu tive atendimento com o psicólogo lá. Aqui também eu tive com o pedagogo mas só na outra vez, dessa vez eu não lembro.[...] eu fiz lá, curso de pintura, curso de energia.(Rafael)

Caio refere que a primeira vez que teve atendimento psicológico foi em uma clínica de reabilitação, internado pela situação de dependência química, onde permaneceu por seis meses quando tinha dezesseis anos, ou seja, o acesso somente a partir da institucionalização, diante de um contexto vulnerabilidade em que houve a intervenção do

conselho tutelar. João também afirma que o primeiro contato que teve com profissional de Psicologia foi na clínica onde ficou.

Foi o conselho tutelar, o povo do conselho tutelar. A minha mãe ficou falando, dizendo não sei o que, você vai pra tal canto, mas lá você vai ficar bem. Aí eu pensei que era só brincadeira. Aí deu fé. Deve ter um dia que eu fui peguei minhas coisas e fui. O conselho tutelar tava ajeitando, correndo atrás disso aí. Aí eu saí, passei um bocado... uns dois meses ainda bom, voltei a usar droga uns dois meses, um mês. Comecei a usar de novo.(Caio)

Tiago e Pedro indicaram que a primeira vez que tiveram atendimento com esses profissionais foi no Centro Educacional em que se encontravam.

No entanto, para além do caráter de proteção, a dimensão do encarceramento é desautorizadora e dissociadora de corpos, de sentimentos, de afetos, de tempos, de vozes e dos próprios sujeitos. Esse fato não é diferente quando se trata de uma unidade de internação voltada para adolescentes. Os jovens entrevistados, em seus discursos, referiram-se ao Centro Educacional como uma cadeia e aos alojamentos como celas.

Em nossa pesquisa, observamos cenários que não condizem com o que está determinado no SINASE³⁰, relacionados à estrutura física dos espaços, às ações e acompanhamentos necessários, ao manejo da equipe técnica. Uma das dificuldades presenciada pela pesquisadora no momento de contato com os familiares, para autorização e leitura do TCLE, e também presente nas falas dos jovens, foi o distanciamento geográfico entre a instituição e suas moradias, já que a mesma engloba toda a região do sertão paraibano, o que prejudica as visitas semanais, pois a maioria não dispõe de dinheiro para pagar o transporte todas as sextas-feiras. Esse fato já indica a necessidade de construção de outros Centros Educacionais na região, pois, segundo o SINASE, o cumprimento da medida socioeducativa de internação deve ocorrer em local próximo às residências de origem, a fim de garantir a convivência familiar e comunitária dos adolescentes e jovens (BRASIL, 2012).

Só vou tirar minha cadeia e ir simhora.[...] Os agente...negócio que nós é de menor chama alojamento, mas nós chama cela, que o caba veve preso e é cheio de grade. (Tiago).

³⁰Vide: BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm. Acesso em: 20 de fev. 2024.

Porque... Aqui a gente não tem o que pensar. Não é que nem na rua que a pessoa distrai a mente, não. Porque a gente só parado dentro do quarto, só vendo parede branca. [...] Aqui a gente só vê parede branca. Só vê maldade. Não tem alegria, não tem respeito. Aqui é cada um por si. Ninguém tem... Como é que você fala? Como é que eu falo? O respeito entre os outros não tem. É cada um por si. Tu faz o seu, eu faço o meu. E já é. Cada um no seu lugar. (Rafael).

No tocante ao cotidiano, à rotina diária que deve ser seguida, conforme as normativas institucionais, todos reclamaram sobre a falta de atividades no decorrer de suas rotinas, tendo em vista que passam boa parte do tempo dentro dos alojamentos/celas.

Às vezes espera o banho de sol, quando tem banho de sol, que é dois dias sim e um não... Não, é um dia sim e dois não, o banho de sol... Uma hora só de banho de sol... Aí espera, se tiver banho de sol, se não tiver, aí pronto, é só descansar, parar e ir pra escola no outro dia... Muitas vezes não tem aula... É só ficar dentro da sala, só comer, tomar banho e esperar o tempo passar... Quem tem ansiedade fica doido... (Rafael)

Ontem eu tive, meu banho de sol foi ontem, agora eu só vou ter sábado.(Pedro)

O banho de sol é o momento em que ocorrem as atividades de esporte, com um professor de educação física da rede de ensino estadual, oportunidade em que normalmente eles gostam de se movimentar, sair do alojamento, jogar bola, liberar as tensões. Os participantes afirmaram a importância desse momento e a falta quando não ocorre, o qual deveria ser todos os dias. Queixaram-se ainda que a quadra, onde se realizam essas atividades, fica exposta ao sol,³¹ logo, as mesmas só podem ocorrer no final da tarde.

Jogo a bola mesmo, né, que passa o tempo da pessoa, não tem? Se depender desse negócio aí, não... Só eu jogo bola mesmo, é bom. É bom o cara jogar bola, não tem? No banho de sol, eu jogo a bola. Sol, trabalhar, dorme melhor não tem? Eu cara gasta energia, aí o cara dorme ligeiro. (Caio)

Na rotina organizacional da instituição, há um momento de jogos e exibição de filmes e músicas (os quais precisam da aprovação institucional), que ocorre aos sábados pela manhã, ficando um profissional da equipe técnica responsável por essas atividades. Eles referem gostar bastante desse momento, no entanto, consideram insuficiente, pois não ocorrem todos os sábados. Aos domingos, eles não possuem atividades, permanecendo o dia todo nos alojamentos.

Sobre o espaço físico dos alojamentos/celas, Rafael relata:

31 Vide Anexo C.

É um alojamento tem mais ou menos... Cinco metros por... Seis metros por três.. Seis assim e três assim... É quatro camas de cimento, sobre o material você pode ficar só três, uma camisa da escola, duas da fundac, duas... Duas bermudas e uma calço, chinelo só pode ir uma, copo só pode um, escova só pode uma... Só pode ficar os artesanatos que a gente faz... E... Folha, essas coisas que a família da gente traz, pode entrar, só. A televisão e o ventilador é fora da cela, da grade... Para fora da grade, precisa se sentar no pé da grade todo mundo para poder assistir o lado de fora. (Rafael).

Conforme foi exposto, o local apresenta muitas fragilidades estruturais que interferem diretamente na execução da medida socioeducativa, como observamos no relato de Caio e Pedro, tendo em vista que o espaço dos alojamentos demarca os corpos e os sujeitos, sobretudo pelas grades, que os transformam em celas. Somando-se a isso, há a falta de condições físicas que interferem na higiene e saúde, contribuindo para a dimensão do assujeitamento.

É paia lá, é paia, esse povo aí não liga pro caba não. Eles tratam a pessoa como um animal, tem? Quer colocar a pessoa num canto que tipo assim, o banheiro lá cheio de buraco, as ideia lá cheio de buraco, cheio de formiga no chão lá, não tem? Cheio de formiga, ventilador velho, já tá pra parar já. Até a televisão lá não presta, é zero de volume a televisão, tu acha? Zero de volume, não tem volume não, era pra ter volume. O cara é mudo, é? pra entender mudo? Oxe, quem já viu dessa? Cheio de formiga o alojamento, cheio de formiga mesmo. Não dá pra tomar providência, toma não.(Caio).

Dorme tudo no chão, ninguém gosta de dormir em pedra não. Pedra eles botam só artesanato. O colchão fica no chão. Tem uma pedra que bota os colchões tudo em cima um do outro, não tem? Aí quando vai dormir de noite, eles tiram e botam no chão. Ninguém gosta de dormir em pedra não, pedra faz calor.(Pedro).

Os desenhos permitiram significar também essa dimensão do desmentido institucional do Centro Educacional. Os dois participantes que realizaram o desenho, fizeram referência às grades ou a si próprio com expressão de tristeza³², o que é o esperado em uma situação de encarceramento. Dentre os três que optaram por falar sobre como se sentiam no cotidiano institucional, Tiago afirmou:

Me vejo como um cachorro. Quando eu estou aqui dentro, eu me sinto um cachorro. Quando eu sair, eu quero viver a minha vida. (Tiago)

Ao ser solicitado que ele significasse o sentir-se um cachorro, afirmou que era porque se sentia humilhado pela situação do encarceramento e também por causa de atitudes dos socioeducadores.

Humilhado...o caba preso. Precisando dos outro pra fazer as coisas pro caba. Quando eu sair, eu quero é...construir uma família e pronto.[...]Ah, os monitor...monitor...o caba preso, né? Só me sinto humilhado e pronto. Sair daqui...viver minha vida e pronto. Quando eu tava no tráfico...eu tava era só iludido. (Tiago)

Salientamos que João, na ocasião de sua segunda entrevista, encontrava-se confinado no 'isolado', espaço de isolamento para onde vão os socioeducandos por motivo de indisciplina, por conta de uma briga em que se envolveu.

O caba que briga aí vai pro isolado. Onde eu estou, eu estou no isolado lá. Zero luz e cheio de formiga lá. É assim, spray de pimenta na cara da pessoa, é cheio. O dia a dia, todo dia assim, eu faço meus arter. Sem esquecer, não.(João)

Na entrevista, ele solicitou que chamássemos a diretora para conversar sobre essa situação de isolamento, o que atendemos, sendo decidido o seu retorno ao alojamento. No entanto, a entrevista acabou sendo prejudicada, pois ele se encontrava ansioso e agitado, diante desse contexto.

O espaço institucional do encarceramento reforça o contexto de segregação e de violência que desautoriza os jovens de forma mais extrema, diante da naturalização desse processo de apagamento das vozes e dos corpos. Esse fato pode ser observado a partir dos relatos dos jovens, principalmente em relação aos agentes socioeducadores, os quais são os que possuem contato mais próximo com eles na rotina do local. Contudo, é uma relação de poder permeada pela violência do silenciamento e, por vezes, física também.

Tinha um agente aí que mandava mesmo...dizia olha esse bicho aí é um inquieto que quer atrasar todo mundo, quer deixar todo mundo aí...dá jeito nisso, dê uma pisa nesse bicho aí e vá simhora, bota ele pra vazar, aí deixa o quarto sossegado. Aí o caba for correr pelo certo, o caba fica sossegado, né? Com a vida do caba... (Tiago).

Aqui, o chato, é tipo assim, a gente não pode fazer zoadá de noite, fazer zoadá de noite, né? Desligar a luz, é, desligar a luz, zoadá, tipo, um agente vai falar, o caba vai estar certo, pode vim bater, o caba aqui sempre vai estar errado, o caba não pode fazer nada aqui não.[...] Eu pedi um remédio pra dor, oxe, me tiraram foi do alojamento, porque eu tava pedindo remédio. Aí o cara pede, eles dizem que o cara não tá doente não.(Caio).

O desmentido institucional é evidenciado nessa fala de Caio em que a sua voz não é escutada, é desautorizada, negada, diante da relação assimétrica de poder entre ele e o

agente socioeducativo que detém sempre a verdade, inclusive através do uso da violência. O jovem relata uma outra situação vivenciada dessa negação de forma mais extrema, em que foi levado para uma consulta externa com o psiquiatra, no CAPS da região, acompanhado de uma das profissionais da equipe técnica.

[...] a mulher lá, não deixou nem eu falar. Disse que eu tinha um negócio de... Das antigas aí, que meu pai matou minha mãe, disse que eu tinha encosto. Oxe, era... Dizendo que eu uso pedra. Digo, oxe tá bom, eu nem usei pedra. Um monte de coisa, a mulher disse, o médico deixou eu falar, não tem? Na hora que eu ia falar, ela ficava balançando a cabeça, assim, dizer que não, que era minha mentira. Aí o cara passou e foi, três remédios lá. [...] Ela dizendo aí que fiz esse crime aí porque eu estava drogado.(Caio).

A profissional, a partir de sua posição de autoridade, ditou um lugar de ‘drogado’ para o jovem, o qual teve que aceitar esse discurso imposto, pois a mesma não o permitiu falar sua verdade, a qual, provavelmente seria também desautorizada pelo discurso médico, já que, segundo Caio, o médico não perguntou nada a ele, aceitando a narrativa da profissional.

Pedro também demonstra insatisfação relacionada a não credibilidade de suas falas e solicitações, fazendo uma comparação ao tratamento de um animal.

As vezes tratam como se fosse um animal deles, as vezes. As vezes quando a pessoa pede um remédio, eles diz, não já já chega o remédio, e não chega. Hoje mesmo o menino lá do alojamento falou que tava com dor nas costas. E os agentes ficaram rindo dele. Isso é pra ver se a pessoa se revolta, não tem... se a pessoa dá trabalho aqui pra ficar mais tempo. Mas por mim, não me revolto não.(Pedro).

Conforme já foi discutido anteriormente, salienta-se que dentro da instituição, além da não escuta das falas, há também um discurso social que impõe esse lugar naturalizado de criminoso, o qual é agente de desmentido social e institucional, sendo proprietário do poder da verdade, contra a qual não se pode questionar ou se opor.

Nesse contexto, ressalta-se a importância da acolhida e da escuta por parte dos profissionais da equipe, apesar do atravessamento sociojurídico e institucional que reatualiza o desmentido, pois é o único espaço que eles dispõem, no local, para representar as violências referentes às suas histórias, tendo em vista que é a escuta que vai conceder a apropriação das narrativas e a ressignificação das experiências. No entanto, de acordo com os relatos dos entrevistados, os momentos de atendimento com a equipe técnica são insuficientes. Ao serem questionados sobre a frequência dos atendimentos, afirmara:

Tem. Tem uma vez que o caba pede, mas é uma bola do caralho, mas quando o caba pedir pelos professores, os professores mandam aí o caba vem. [...]É meio difícil. (Tiago)

Pedi a assistente social pra...a assistente social não, a psicóloga, pra passar um remédio pra eu, oxe, o caba de madrugada, não dorme não. [...]Pra vir pedir aí, é bem facinho, na frente do caba, pra mãe do caba e já era, e resolve, mas os outros...ficam querendo tirar o caba. [...]Os povos daqui...o caba chegar aqui os povos resolve (referindo-se à equipe técnica). Mas lá dentro com os monitor, oxe, o monitor quer saber de nada, não quer saber de interne, quer saber da família que tá lá fora, né? Aí sai daqui, tira onda de nós, vai pra rua e já era... e nós vai fica aí. Só sendo tirado.(Tiago)

Faz tempo que eu tive atendimento com o psicólogo.(João)

Não, não sei não nunca fui. Faz quatro meses.[referindo-se ao tempo em que está na instituição] Nunca teve atendimento com psicólogo ainda, só com o advogado mesmo.(Rafael)

Não... faz tempo já que eu fui atendido, foi a última vez que eu fui atendido pela psicóloga e... pelo advogado.[...] Assistente social só tem no começo (Pedro)

No decorrer das entrevistas, Caio apontou a falta de atendimento médico, pois já recebeu o diagnóstico de transtorno bipolar na clínica de reabilitação em que já ficou internado. Como a equipe técnica da instituição não dispõe de médico psiquiatra, o atendimento é viabilizado via SUS, no CAPS mais próximo ao local, no entanto, a própria equipe afirma que esse acompanhamento é insuficiente.

Eu tomava, eu tomava remédio, por mais, só que agora aqui eu não tô tomando não. Mas eu tomava, não dormia, eu não durmo não. Eu fico pensando em casa, pensando na rua. Eu não durmo não. (Caio).

O reconhecimento dessa falta em representar suas dores, seus sentimentos, seus conteúdos intrapsíquicos, foi expresso por Tiago, Caio e Rafael, ao serem questionados se gostam dos atendimentos e se conseguiam falar o que pensam com alguém da equipe.

Eu gosto, pro caba conversar, né? O caba não ficar mais preso, vendo só parede.[..] Só (falou o nome da profissional), mesmo, psicóloga. Consigo conversar. Também tem que ter as coisas pro caba conversar né. Consigo. (Tiago)

Eu porque também tem uma coisa é... quando o caba tá muito bom, isso é na vida né, o caba tem que combater...mas o caba combater aqui dentro é meio complicado. O caba távindo uma coisa bom..tem que vir uma bomba ruim. Aí depois quando o caba tá aprendendo a ruim, vem uma bomba boa, se não um pouquinho bom, né? Mas é mais coisa ruim pra meu lado, né? Aí vem quando dá uma.... bate uma tristeza aí neu. Os caba tentam me realegrar, né? Mas não tem como, não. Aí eu fico só na mente e vou dormir. De madrugada eu não consigo dormir. Aí acordo de madrugada e fico rodando....o negócio todinho... o caba pede atendimento com as psicóloga.

Psicóloga veio num dia só...falou, ficou de férias. Nesse seis meses que eu passei aqui dentro...tive atendimento, só foi umas duas... umas três vez, quatro vezes só. Isso não foi nem isso. Foi umas três vez só. Ligam pro caba aí dentro não. O caba pedir um remédio, pensam que o caba tá brincando...nem dá o remédio. O caba pra lavar as roupa do caba, o caba tem que lavar né...assim eles manda o caba lavar, o caba bota pra lavar, aí quando chega... é tirando o caba. O caba pega a roupa, joga nos peito do caba, o caba se encabula. Só pensando besteira, olhando pra ele pensando besteira né? (Tiago)

Tiago, em alguns momentos no decorrer das entrevistas, expressa seus sentimentos, o que reforça a importância de atendimentos para essa atribuição de sentido de seus conteúdos psíquicos. Da mesma forma, Caio reforça essa importância ao queixar-se do distanciamento temporal dos atendimentos que atrapalha a representação do que está sentindo no momento.

Têm, mas é difícil, oxe, uma vez perdida, o cara manda os papéis, não atende o cara não. Duas semanas, três, pra atender a pessoa. Quando atende a pessoa não tem mais o que falar. Porque a ideia, o cara vai falar a ideia num dia. Aí, muitas vezes, ele chama a pessoa, como já passou duas semanas, três, aí o cara vai falar o que? Se esqueceu o que é. Aí o cara nem... não vou não. O negócio é na hora, né? Ele não chama o cara (Caio).

Rafael reafirma a falta que sente de acompanhamento e acolhida, ao trazer uma comparação com o Centro Educacional, onde já ficou interno, em Brasília.

Todos os direitos aí em dia lá, lá eu acho uma cidade bacana, Mais... Melhor assim... Sobre os internos né? Lá é bom mesmo lá, não é bom por causa que eles soltam não, é porque eles ficam em cima mesmo, não é que nem aqui não, aqui eles esquecem. Lá eles não esquece a pessoa não, é todo dia perguntando se tá bem, se não tá, toda semana eles chamam, aqui não, aqui você passa dois, três meses e não olham nem pra você, só olham quando você vai embora mesmo, ou então quando tá com um dente pra arrancar aí vem para aqui aí a gente vê o povo, só vai pra escola e da escola pra alimentação.(Rafael).

Podemos afirmar então que o desmentido institucional, através da dificuldade do espaço de escuta, e principalmente da negação das realidades e dos sujeitos, diante dos motivos acima expostos, reatualiza o desmentido traumático.

Outro fator naturalizado no âmbito interno do Centro Educacional, são as regras instituídas entre os socioeducandos, seguindo o mesmo modelo do sistema prisional e das facções, com normativas geridas pela ideia de justiça, disciplina e respeito entre eles, o que será melhor refletido no tópico que segue. Tiago refere-se a essas normativas como ‘ideias de

cela’.

Tipo assim, um novato vai chegando dentro da cela, o caba ó... as ideias aqui é assim, ó, dia de faxina, cada um tem o seu dia, não pode falar palavrão que senão é cobrado e... respeitar pra ser respeitado e pronto. E acatar as ideias, eu só falei uma vez, se... moscar aqui na nossa mão nós cobra e pronto. Aí vai ver... Aí quando tem duas facções que é misturada dentro... antes era separado, da rebelião, mas sendo que agora só novinho, inocente tá chegando agora. Aí é de boa, o caba tirar a cadeia, aí tira assim misturado...aí mode moer briga, num tem as música de facção? Aí ninguém pode cantar música de facção não, fica só cantando música de boa. Cantar música de facção, os caba embaça. Aí teve um tempo que a disciplina era cabo de vassoura...quem chamasse coisa...tipo, fi de tal e tal, com a mãe dos outros, né? O caba tirava o cabo do rodo, mandava...ói cê tá acusado de seis cabo de vassoura, seis vassourada aí...aí os caba botava a mão, os caba botavam a mão pra dar. Aí pronto, já era. (Tiago)

Dentre essas regras, as que eles mais explanaram foram as relacionadas aos familiares e aos dias de visita, o qual é considerado sagrado.

Dia de visita é sagrado, não pode fazer zoada não, não pode fazer... Tem que todo mundo respeitar a visita, É sagrado, entendeu? Não pode fazer zoada, não pode xingar, não pode ficar ninguém sem camisa. Os meninos querem as vezes dá chapa, esses coisas. Pega os dois fios, o negativo e o positivo e bota de uma vez no braço da pessoa, já vi um menino morrer já. [...]Tipo, eu tenho a minha namorada e você tem a sua, eu não posso falar com todo respeito da sua namorada, eu não posso nem tocar no nome dela. Eu posso conhecer ela pode ser, bem dizer família minha, eu não posso, quando eu sair lá fora eu posso mas aqui dentro eu não posso nem tocar no nome dela, tá(Rafael)

Nas visitas, eles colocam panos nas grades dos alojamentos que ficam próximos ao refeitório³³, onde ocorrem os encontros com os familiares, como um sinal de privacidade e respeito aos que estão recebendo suas famílias, de forma que quem não respeitar essa regra será cobrado com a ‘disciplina’.

O cara bota, todo mundo bota, também não pode fazer zoada em dia de visita, também desse negócio de não estar chamando de palavra com a mãe dos outros, família, não tem? O cara não acha muito bom não, né? Se a pessoa tá no alojamento, pá, aí o caba, tipo, vê sem querer, entende, né? O caba, tipo assim, o caba vê sem querer, o outro vê que o caba viu, aí não dá certo, né? Tipo assim, o caba tá na grade demais, tá tendo visita, o caba já ta querendo alguma coisa, né? O caba pede pra sair. Tipo assim, o caba chamando de palavrão com as famílias dos outros, os cabas, né? Os cabas acusam, os cabas cobram, né?(Caio)

Seguem as mesmas normativas do crime, explicitadas no capítulo dois, de regras, disciplinas e cobranças através da repetição do modelo de violência, naturalizado por eles em seus cotidianos e relações. Pedro também faz referência à disciplina que é cobrada nas celas.

Tem umas também que se... Se a pessoa perder a ideia, entra aí no quarto. Porque todo mundo tem ideia no quarto, hein? Aí se a pessoa dá uma ideia que... Se a pessoa falar com a pessoa e não for verdade, a pessoa é punida, né? Punido, eles acusam de chapa na pessoa, tem? [...]Chapa é a pessoa levantar o braço e ele chutar a costela da pessoa, tem?(Pedro)

Essa dimensão será melhor discutida a seguir, pois também faz parte do processo de reatualização do traumático e identificação com o agressor em seus cotidianos.

5.3 O desmentido social e institucional no atravessamento dos jovens do tráfico de drogas: o processo de clivagem narcísica e a identificação com agressor.

O processo de clivagem narcísica e a identificação com agressor (o deslocamento entre vítima e agressor) gera a tendência à repetição do comportamento violento e reatualiza o desmentido social traumático no contexto de guerra do tráfico de drogas.

A terceira asserção refere-se ao objeto central desta pesquisa, que é o desmentido social traumático e o processo de clivagem narcísica e identificação com o agressor no atravessamento dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas. Reforçamos aqui que se trata de uma reflexão a partir de um recorte social já especificado anteriormente. Não temos a pretensão de generalizar as discussões para o cenário mais amplo de tráfico de drogas, dada a amplitude e complexidade desta realidade em nosso país.

Ao serem solicitados a falar sobre como significavam as dimensões das violências, vinculadas ou não à inserção no tráfico de drogas, foi possível verificar a tendência às repetições de comportamentos violentos, o anestesiamiento enquanto forma de lidar com sofrimento traumático e o processo de identificação com o agressor em suas narrativas de vida.

Todos os entrevistados vivenciaram o processo de desmentido traumático, identificado em suas narrativas, de acordo com o que já foi exposto nos tópicos anteriores,

sendo dada continuidade à discussão nesta asserção.

Conforme evidenciado no capítulo anterior, Tiago relatou de forma explícita o contexto de violência que perpassa sua história, desde criança com a tentativa de assassinato aos 12 anos, até os cinco homicídios que já cometeu, o que permitiu perceber o processo de clivagem e a compulsão à repetição da violência sofrida a partir de sua fala, que expomos aqui novamente para ilustrar o comentário e detalhar a interpretação.

Eu foi eu vesti um colete a prova de bala, peguei um revólver calibre 38 e mais três munições no bolso. Nós partiu pro outro lado. Aí nós fomos entrar dentro dum beco, aí vinha o primo dele, que já tinha dado uma carreira neu aí tava de tornozeleira, tinha acabado de sair do presídio. Aí eu se bati com ele é...o doído começou a filmar o amigo meu, tava zero de nada, só eu que tava com as coisas (arma). Aí foi eu puxei e...atirei na frieza. Aí foi...caiu no chão e pronto...nós saiu correndo. Aí foi o primeiro. Aí depois ele soube que eu matei o primo dele, pronto...começou a dar ataque. Atirou no meu irmão. E atirou no meus primos né. Aí foi eu fui e...dei uma tentativa nele. Aí já depois encarrilhou os homicídio.(Tiago)

Tiago, no decorrer das entrevistas, reforça essa “frieza” que ele mesmo significa em sua narrativa ao relatar sobre o seu envolvimento na guerra, o que levou ao ‘encarrilhamento dos homicídios’.

Das inimizade, porque... Eu era de um bairro, eu tava num bairro, que eu expliquei à senhora, eu andava num bairro aí eu fui preso com 12 anos. Aí eu... fui pruma cidade, passou uns 6 meses, aí eu voltei e eu não sabia que esse bairro tinha virado inimigo do bairro que eu moro. Aí foi os caba que eu andava um corre, atirou neu. Aí foi aí que começou a revolta, eu digo, oxe, eles... atiraram neu, eu vou deixar é, se eles me pega, eles me mata. Pronto, aí eu disse a mesma coisa, se eu pego eles, eu mato também.(Tiago)

Rafael refere também a naturalização dessa dimensão da morte colocando-se, através de seu discurso, enquanto agressor ou vítima (ao afirmar ‘é matar ou morrer’) em seu cotidiano vinculado ao tráfico de drogas e à guerra entre as facções. Salientamos que Rafael não tinha parte de dois dedos de sua mão, no entanto, não questionamos o motivo dessa ausência dos membros, pois percebemos que ele não se sentia confortável em expor e não fez nenhuma menção sobre isso no transcorrer das entrevistas. Acreditamos que se tratam de marcas da guerra.

Assim, eles vinham armado e matavam, né? Mas, nessa vida, eu não tenho medo de nada, não. Porque, desde a hora que você entra nessa vida, você já sabe, né? É, matar ou morrer. Você já tá entrando, você tem que... Ou você entra ou você vira pastor. Ou então, você vai pensar melhor antes de entrar, né? É isso.(Rafael)

Kupermann (2019b), conforme já discutido no capítulo anterior, afirma que o desmentido traumático ocasiona o processo de autoclivagem narcísica, pois diante da impossibilidade de cuidado e acolhimento de um outro de confiança, resta ao sujeito traumatizado, o amadurecimento através da “progressão traumática”, visto que o núcleo inteligível da criança está anestesiado de um lado e, do outro, há o núcleo sensível destruído, desapropriado, despersonalizado, com a dúvida da própria percepção.

Segundo o autor, no processo de clivagem narcísica, há a cisão entre a parte sensível, que está destruída, e a parte amadurecida, inteligível, mas que nada sente, restando somente a identificação com o agressor. Logo, a criança encontra-se clivada, sem acesso ao seu núcleo sensível, a sua potência criativa, em um lugar de distanciamento da alteridade. Um dos efeitos desse processo é a autossustituição de seus cuidadores ausentes, gerando um amadurecimento precoce, mas enquanto uma “progressão traumática” patológica.

Ferenczi (1933, p. 103), ao definir a clivagem narcísica, refere que “Chega-se assim a uma personalidade feita unicamente de id e superego [...]”, tratando-se então de uma dimensão psíquica com pouca mediação com a realidade, gerando assim a compulsão à repetição. Logo, a pessoa permanece dividida, cindida, movimentando-se entre o lugar de agressor ou vítima.

A tendência à repetição do comportamento violento é reforçada nos relatos de Tiago e Rafael, a partir da naturalização e demonstração de frieza ou anestesiamento ao falar sobre o quantitativo de homicídios.

Com... 15 anos... Eu cometi meu... Com 15 anos eu cometi o... Com 15 anos eu cometi o meu primeiro... Homicídio. Com 15 anos o primeiro assalto. Aí, daí, já era né. Foi-se prolongando. Entendeu? Não é uma coisa fácil assim de se conversar, porque a gente não se recorda bem, né? Tá com muito tempo pra trás. A gente tá aqui, a gente esquece de muita coisa.(Rafael)

Mas no homicídio num tem muito não...tem pouco homicídio. Os caba pensa assim, o caba fica falando...bem pouquinho, tem nem...tem nem cinco, né, foi só modo a guerra mesmo. [...] Foi...todos os cinco. Umas tentativa aí... não, os cinco não! Os cinco não foi modo a guerra não...me esqueci, oi, aí eu começo a mentir... esse segurança agora não foi modo a guerra não...o segurança não foi modo a guerra não. Pegamo um estropador, mas o estropador num morreu..... aí depois mataram ele (Tiago).

Eu tô aqui por conta da minha namorada Porque ela foi brigar com a outra menina lá, aí eu vi, tem? Aí eu não gostei, eu fui pra cima lá, eu fui inventar de matar o namorado da outra menina, aí eu vim pra cá.[...] Aí o namorado dela viu, veio pra cima de mim, entendeu? Me chutando, dizendo o que é que eu queria. Aí eu disse oxente, espera aí, fui pegar uma faca em casa, duas facadas ou foi três nele. (Caio).

Caio também demonstra a naturalização do comportamento violento ao fazer a associação da resolução de desavenças em sua vida com a violência e a morte. Em outra situação de confronto, desta vez com seu tio, o mesmo modelo de reagir com ‘facadas’ foi repetido.

A casa dele é do lado, tem? Aí, ele disse que eu tava quebrando o portão lá de casa. Oxe, quebrando, eu disse vá cuidar da tua vida. Aí, eu entrei pra dentro de casa, tem? O bicho tava batendo lá, aí eu o escutei dizendo, é, não sei o que... eu dei uma pisa nele aí. Aí, eu digo oxee, é o quê? Peguei uma faca, eu saí, na hora que eu saindo ele pegou na minha camisa, tem? Aí dei uma facada assim nele, mas não pegou não. Eu saí correndo, saí correndo, ele veio correndo atrás de mim, não me pegou não, por isso que eu saí de casa, tem?(Caio)

Contribuindo com essa reflexão, Macedo e Werlang (2007), ao falar sobre o conceito de ato-dor, já discutido anteriormente, apontam a existência, em algumas histórias de vida, do mesmo “padrão” de repetição, na tentativa de resolução de conflitos, de não elaboração da dor, mas de excessos, de ‘eliminação’ sem mediação, ou seja, o traumático expressado por um ato de violência, uma intensidade que o indivíduo não consegue responder, representar. O excesso, que busca uma forma de descarga e não consegue ser representado, simbolizado, leva à repetição, ao ato. Segundo as autoras, “O traumático, em sua dimensão de violência e de irrupção no campo psíquico, atordoa e paralisa qualquer tênue possibilidade de elaboração psíquica” (MACEDO; WERLANG, 2007, p.93).

Pelo seu relato, Pedro também segue o modelo de repetição do contexto de violência no decorrer do período em que estava envolvido com o comércio de drogas, afirmando que “quando tava vendendo droga não pensa em nada, esquece a família”, no entanto, expressa arrependimento do ato que cometeu, ao falar se já bateu em alguém.

Já. Por causa de moído.[...] Se tivesse como voltar no tempo, tinha né. Agora eu sou pensado, né? Graças a Deus. Nunca pensei em bater em ninguém não. Mas era quando eu vendia essas coisas, vendia drogas. E tinha os caras que deviam ao caba, ao caba que eu vendia. Aí, quando ele mandava...(Pedro)

Na última entrevista, ao ser solicitado para expressar, pois não quis desenhar, como se via no tráfico de drogas, Pedro reforça essa anestesia de sua realidade, vinculada ao tráfico, e de si.

A pessoa não se vê não, quando tá assim, a pessoa pensa que tá no caminho certo, né? Aí depois que a pessoa cai num lugar desse, é que o cara vai ver. Que o caba tava se destruindo, tava se afundando, né? A família do caba, a pessoa não liga pra família quando a pessoa tá nas drogas.(Pedro)

No entanto, a naturalização ao lidar com a violência e a morte em suas realidades cotidianas, na resolução de conflitos, é também narrada por Pedro, indicando uma dimensão de clivagem e repetição do ato.

Se tivesse arma aqui dentro,aconteceria morte aqui dentro, os cabas folgado. Que ninguém aguenta desaforo de ninguém não. E o outra, aqui ninguém é mais homem que ninguém. Aqui todo mundo é igual. O caba vai tá testando a fé dos outros. Por isso que muitos morrem aí na rua, testam a fé dos outros. Testam a fé do coitado, e os coitados matam o caba.(Pedro)

A partir do relato de Tiago, ao ser questionado sobre o que gostava em relação ao envolvimento com o tráfico e com a guerra, é possível identificar a dimensão da identificação com o agressor, com a dinâmica de poder e de temor que faz parte do contexto de guerra, o qual é a sua realidade.

Da adrenalina, assim, do homicídio, eu me sentia, porque....me sentia... bem, eu tava estressado, eu ia matar alguém, eu me sentia bem, porque.... eu ia saber que eu ia matar, ia saber que eles ia ver que eu sou.... assim, perigoso e ia deixar eu sossegado, na minha, não ia querer guerra com eu. Mesmo assim queria, aí foi e o caba tem que botar pra descer. Na minha mente, né, eu pequeno, eu botava...não, eles vão ver que o caba é perigoso e não vão vir atrás de, vão deixar eu de boa...assim não vão querer tentar eu, que não tem coragem. (Tiago).

Ao serem questionados sobre o cotidiano e as relações vivenciadas a partir do envolvimento com o tráfico, os entrevistados fizeram referências às normativas e regras internas, pautadas através dos mesmos modelos de justiça, respeito, pertencimento e violência, discutidos no capítulo dois. Podemos dizer então que a ideologia do crime (fazendo alusão a Feltran, 2015), que também está presente nas prisões e nas medidas socioeducativas de internação, implica em um pertencimento, um fortalecimento, como refere Tiago, no entanto, o mesmo é condicionado pela adesão à normativa e disciplina do agressor, pois é quem cobra, através da violência, o não cumprimento da regra. Essa relação de pertencimento, disciplina e violência é reproduzida entre os pares, pois ora são vítimas das cobranças, ora são os agressores. Ou seja, a tendência à repetição também parece ser identificada nos modelos de acolhida/respeito x justiça/violência, presentes no cotidiano do tráfico.

Tiago explicita a repetição desse modelo em sua narrativa sobre seu percurso no tráfico de drogas.

A droga eu comecei a pegar com... Com 12 anos, depois que eu levei os tiro eu comecei a pegar de pouquinho. Pegava 25 gramas de fumo empeticado assim, endolado, ia vender na praça, ficava vendendo, os meninos me davam a metade...botava...pagavam uma...comprava uma roupa pra eu, comprava um comer pra eu. Dava uma bicicleta, um celularzinho pra me adiantar, aí depois eu fui pegando de muito. Mas no máximo que eu peguei foi de 5 quilos de fumo. Aí depois eu parei e fiquei pegando só de 3 quilos pra eu mesmo, pra eu me adiantar pra não vender pros outros. Aí botava os moleques pra vender pra eu. Cortava de 25, botava na balança, pesava e dava a eles. Eles iam vender e todo final de semana eles tinham que pagar eu. E foi eu fazer a mesma coisa. Os meninos me fortaleceu, eu fortalecia os moleques né. Mas os moleques mais assim, de rua, que não tinham mãe, essas coisa, vivia na casa dos outros, assim, de rua assim, vamos dizer, favelado, né? Acabava ajudava, botava dentro de uma casa alugada...pronto...Já ficava e já era. (Tiago)

Sobre o fortalecimento que Tiago refere ter recebido, o mesmo aponta:

Os caba...vai entrava na mente do caba, o caba mais novinho e aí...adiantava, pronto, pegava a droga com o caba que tá preso. Aí foi, ele dizia: ei meu fi, não vou deixar você debaixo não...mode de que sabe como é a guerra. Aí entregava um revólver do caba, pronto, o caba ficava de paz. Aí o caba doído, com um revólver querendo fazer coisa, aí o caba: ei meu fi, vou fazer uma ideia, vá, vá, vá, representa o bonde...o caba ia...só...chamava uns amigo e ia o bonde. Batia com outro lado, lá do outro lado, entrava dentro dos beco, se batia com um, estourava, e vinha se embora.(Tiago)

Tiago responde ao que vivenciou, através da reprodução do tratamento com os mais novos. A repetição do modelo de ‘entrar na mente’.

Não gosto é...xo ver...o que eu não gosto é de traficar...ficar limpeza, traficar na limpeza. Depois que eu fui criando mente, eu fui pegando, já tava pegando de quilo, aí eu pegava...os pedacinho e chamava os menino, entreva na mente: ei, adiante pra eu, vá, vá... tava eles entrando no crime também, aí jogava um pedacinho e dava oito dias pra eles pagar. Dava uma paradinha pra eles usar, pronto, ia vender na praça, em outros canto, aí o caba já ficava mais de boa, em casa só no celular...no adianto mais forte, né...aí já era. Aí depois...quando o molequim que adiantava pra eu...soltava mais um revólver, soltava uma pistola, soltava alguma coisa e já era, uma 12, num tem? Que a mesma coisa que eles passou é...é eu né, no caso. Tipo assim, eles tem guerra também né...se pegar, sabendo que tá vendendo droga pra nós, os caba do outro lado mata, aí o caba tem que deixar eles em cima né?(Tiago)

O estabelecimento das normas ‘de cela’, dentro do Centro Educacional, indicam também o modelo de repetição da violência, em função do desrespeito às regras internas entre eles, as quais seguem o formato das normativas do crime, no tocante ao respeito, justiça e violência, o que pode ser ilustrado pelos relatos de Tiago e Rafael.

Que nós bota dentro da cela, né? Não chamar palavrão com a família dos outros. Não tirar de tempo, é tipo é não desrespeitar, né? E cada um tem seu dever. Todo dia cada um...hoje é minha faixa e amanhã é de outra pessoa. Amanhã já é de outra, não tem?. Pegar as pastas, pegar o copo é.... respeitar o castelo. O castelo é tipo...pensando na família. O caba tá dormindo assim, não dormindo, só pensando, ocupando a cabeça aí o caba respeita, né? Não fazer zoada, conversa baixo. E se tiver briga dentro da cela é...tipo assim, eu e outra pessoa tiver briga...ou o caba sai no murro daquele jeito, ou se não, se ficar só batendo boca, os caba cobra mesmo os dois. Um marrão...cobra só um marrão, se não uma chave. Se for um doideira embassado, se falar com a família do caba é...o caba tem que acusar aí os menino, né? Acusa e é um chute na costela, ou se não, se for um marrão é na cabeça. (Tiago).

É... pra ficar em ordem né dentro da cela. Tem vez que tem menino bagunceiro, se tiver caba folgado dentro da cela, nós dá uma pisa e bota pra vazar pra outra cela, e volta pro seguro, que nós não aceita. (Tiago).

Rafael faz referência a uma cobrança de disciplina, relacionada ao descumprimento de uma regra determinada por eles, que ocorreu em outro Centro Educacional, onde também cumpriu medida socioeducativa.

Não pode, se for, já arruma uma guerra ou então vai ter que levar cobrado, tá entendendo? Teve o outro lá que morreu com umas facadas no pescoço, o menino dormiu dois dias comigo. (Rafael).

Nesse sentido, diante das narrativas, podemos afirmar que o contexto da violência inerente ao tráfico, em seu cenário cotidiano, delimitado pelas relações perpassadas pela cobrança através da agressividade e letalidade, ocasiona a reatualização do desmentido traumático, dada as violências e a negação destas, já que ‘bandido bom é bandido morto’. Sobre as cobranças, Tiago relata:

Só vendia era maconha, pó, doce, bala...balinha que bota dentro de refrigerante e outras drogas lá...lóló, pronto. Mas pedra, se pegasse vendendo pedra o caba era... cobrado, de ripa ou se não...era morto ou um tiro na mão, né...mas mais pra quem tá roubando... É difícil porque, é difícil ter roubo porque não vende pedra, mas no tempo que vendia pedra nas antiga, aí proibiram em 2016, era muita cobrança pra roubo... É difícil alguém roubar, quando rouba é... caba grande, num tem, quer roubar, dentro da quebrada, mesmo assim os caba de lá dentro do presídio manda a linha pra cobrar, porque se não vai bagunçar... os caba dão uma pisa e se for folgado demais os caba... mandam botar a mão, pronto, dá um pipoco em cada mão e vai...manda vazar. (Tiago)

Caio, ao ser questionado se já havia sofrido algum tipo de violência, referiu-se à cobrança de disciplina, por conta de algo que ele não fez, diante do seu envolvimento com a

facção, de quem recebia as ordens, ou seja, além de ter seu discurso desacreditado, ainda foi repreendido de forma violenta pelo que não fez. Conforme já exposto, o conceito principal da teoria ferencziana sobre o trauma é o *Verleugnung*, a afirmação de que nada ocorreu ou ainda ser espancado e repreendido diante da paralisia, tornando “traumático patogênico” (FERENCZI, 1931, p.79).

Foi por conta de uma chinela, eu não tava errado não, eu tinha comprado a chinela a um bicho lá, por sete reais. Aí no outro dia, fui pra uma audiência em São José de Piranhas, cheguei lá, a dona da casa tava lá, e eu não sabia que ela era a dona da chinela. Olhou pro meus pés assim, e disse: oxe, essa chinela aí, deixa eu ver aí. Tirei dos pés e mostrei a ela. Ela, tu arrumou essa chinela aonde? Eu digo, rapaz, é minha, faz tempo que eu tenho ela. Ela, depois pronto, é lá de casa. Eu, ela tá doida. Ela é, vamos lá em casa mas eu, e eu fui na casa dela. Quando chegamos que ela [a casa] tava quebrada, eu digo oxe doidera, roubaram foi? Ela foi, eu digo, fui entreguei a ela. Ela, foi tu? Eu digo, foi não. No mesmo dia de noite, o bicho chegou na minha: bora fazer uma mudança ali. Eu digo, bora,... aí o bicho mostrou o audio da mulher, dizendo que eu tinha roubado na casa dela, eu digo, oxe, não fui não. Eu expliquei a situação, mas ela, ela não ia dizer também, né, que é o cara lá, que tinha sido o cara que tinha roubado, aí vai, peguei a disciplina.[...] Os bichos tinha revólver, tinha tudo. E eu oxe, vou fazer nada aqui não, pra esses bichos me matar. (Caio)

Pedro também mencionou duas situações de violência, decorrentes da agressividade cotidiana da ocupação, passadas por ele e por seu irmão.

Teve uma vez que eu tava lá na casa, esses cabas chegavam e quase matavam eu. Deram uns trinos na casa, mas graças a Deus eu não pegou nenhum em mim não. (Pedro)

O meu irmão, ele já sofreu na cadeia. Quebraram o maxilar dele. Porque ele era de uma facção e caiu. E foi pra cela que eram outras facções, tem? Aí quando souberam que ele era de uma facção, facção rival, aí bateram nele e quebraram o maxilar dele. Aí teve que fazer uma cirurgia, dentro e fora.(Pedro)

A dimensão do desmentido social traumático, já explicada anteriormente, pode ser identificada no contexto de exploração de trabalho infantil que atravessa o tráfico de drogas. Salientamos que Rafael refere ter entrado para o comércio de drogas com 13 anos, Caio com 16 anos, Pedro com 14 anos, João e Tiago com 12 anos.

Conforme já foi refletido, é uma ocupação sem nenhuma regulação, o que atualiza a exploração dos sujeitos, pois como afirma Fefferman (2006), frente a não possibilidade de regulação estatal da ocupação, a flexibilização e a falta de proteção social são potencializadas. Todos os entrevistados fizeram referência a uma função geradora de

ansiedade e estresse, em que ficam sem dormir direito pelo medo e receio da violência policial, de outras facções e das cobranças, caso não conseguissem o dinheiro acordado.

E até porque... Quem trabalha com isso, né? Tem que ter a droga pra se manter acordado.[...] Da droga gera estresse. E do estresse causa violência, e da violência. [...]Assim, não é coisa pra ser humano, né? O cara vive. Mas, infelizmente... Como é que eu posso dizer... É o mundo de hoje em dia, né? [...] 24 por 48. Eu dormia pouco. Trabalhava direto, sem parar. Igual essas luz aqui, só se deixar ela até queimar. Dormia pouco. Menos assim, acho. Eu dormia umas quatro horas, acordava às nove horas. Quatro horas da manhã, acordava às nove horas. E também a gente não pode dormir muito porque a operação é má, quando eles querem pegar a pessoa e eles pegam dormindo. A gente uma mania de dizer que sabe de tudo, mas a gente nunca sabe. (Rafael)

Mais cansado e um pouco estressado. [...]Modo que... eu não dormia que era o cansaço, né? E o estressado era...os inimigos. O caba andava estressado, cabreiro né...pra todo canto o caba ia...[...] Dormia...bem assim, entocado nos canto, mas... o caba se acordava e já tinha que tá com o olho aberto.[...]O tempo todo ligado. (Tiago)

Porque, tipo assim, o caba pega uma droga de um caba, o caba fala pra tá numa casa, só uma cama, um fogão, um bujão e uma geladeira vou tá lá. Aí o caba não sabe que horas vai chegar, o caba não sabe se os vizinhos vão dizer, que é aquela correria, os povos chegando na casa do caba, batendo de madrugada, de manhã, de tarde, de noite. Os vizinhos vão ficar lá perguntando o que é aquilo ali, aquela casa, se tem alguma coisa errada. Aí vem, liga pros homens, os homens vêm, pá. Aí o caba tem que tá sempre com porta aberta da cozinha, a porta do muro aberta. De noite é porta aberta, o caba tem que deixar aberto. O caba não dorme não. Não dorme não, o caba fica pensando que os homens vão vir aí pegar o caba. Desse jeito mesmo. Porque aí também o caba fica pensando na droga dos outros. O caba vai perder essa droga aqui Ave Maria, o cara vai morrer. E o caba vai tentar entregar, vão pensar aí a pessoa tirou a droga. Tipo assim, o caba pega aqui, aí passa um tempo com a droga, não vende. O caba vai dizer, ei eu quero entregar. Não, só eu quero o dinheiro, não quero mais a droga não, de jeito nenhum, você não pegou, responsabiliza e vende a minha droga, que eu quero o dinheiro. E a metade do caba e a metade dele não tem? É desse jeito. (Caio)

O meu dia a dia? Lá, lá quando eu comecei a vender, o cara que vendeu pra ele alugou uma casa pra eu, tem? Eu morava aí e outro cara lá. Aí eu vendia de noite e ele vendia de dia. Uma semana eu trabalhava de noite e uma semana eu trabalhava de dia. De noite passava a noite acordado. Uma semana.(Pedro)

Eu ia pra uma casa de 7h da manhã e saia 7h da noite. Aí já ia pra casa, ficava voltando pra casa. E voltava no outro dia de 7h da manhã, 7h da noite, aí já entrava outra pessoa.Fiquei só no dia... Aí outras pessoas ficavam na noite, vendendo a noite todinha. [...] Lá eu ficava gelado, eu disse... Será que eu vou preso, rolar com um desse tanto de droga? Aí ficava na mente, ficava pensando. Quando dava sete da noite eu saia ligeiro dali, só pra ganhar um trocadinho, era R\$150 por semana, ganhava bem.(João)

Convém apontar ainda, na discussão interpretativa desta asserção, o contexto de desmentido social e institucional no atravessamento das relações com as instâncias de

referência, ou seja, o desmentido referente ao campo social e político. Diante de suas realidades, essa dimensão do desmentido surgiu mais em seus relatos, no tocante à relação com a justiça e com a polícia, ou seja, a lei como agente de desmentido.

A partir de pesquisa realizada com adolescentes em conflito com a lei, Tomasi e Macedo (2015, p. 60) apontam a relação de “desconfiança no encontro com a lei e o limite” e a impossibilidade de reconhecer a lei como fator de proteção. A internalização dos limites não é tida como um fator de proteção e sim de violências. “Nessa linha de raciocínio, o adolescente em conflito com a lei denuncia também o descuido da lei para com ele, ou seja, as figuras representativas da lei também não exerceram junto a ele suas funções de cuidado e proteção.” (Ibid, p.62).

Segundo o que já abordamos, a relação com a lei acaba se tornando mais um fator de desmentido, de violência, tendo em vista que o que é proteção para a sociedade, é interpretado como violência para eles, não somente por estarem envolvidos com o crime, mas também diante do ‘perfil suspeito’, ou seja, essa é a realidade de grande parcela da juventude que se ‘encaixa’ nesse ‘perfil suspeito’.

É possível identificar essa relação de desconfiança com as instâncias de referência da lei, a partir do relato de Rafael.

Tipo você é rico e eu sou pobre, eles vão bater em você para você chegar lá e você vai devagar para pegar e meter o processo deles. Eu não tenho dinheiro por aí, eles não vão ter dó de pegar eu, quebrar duas, três costelas. Chegando que sabendo que se eu chegar lá, não vai dar nada para eles. Agora você quebrar duas costelas, três costelas, você vai pegar e meter o processo deles aí. Para perder a farda? Ou ter batido no de menor ou quase ter matado, né? Está entendendo?(Rafael)

Tiago também demonstrou um contexto de desconfiança em relação aos atores judiciais responsáveis pelas audiências realizadas.

O caba tem... Porque eu fico também vendo as...né... uns julgamento meio errado...o caba que não pra sair...eu não sou juiz e nem Deus pra julgar ninguém não, mas o caba que não tá pronto pra sociedade, o juiz solta....aí soltaram oito no dia que a senhora tava aqui. (Tiago)

Devido à audiência que ocorreria no dia seguinte, conforme já foi explicado, Caio falou sobre o encontro que teria com a Defensora Pública no mesmo dia de nossa entrevista, pela primeira vez em todo o decorrer de sua medida socioeducativa. Devido a essa lacuna na

relação com a justiça, dentro e fora da instituição, verifica-se o descrédito na instância judicial, a qual é a de defesa de seu processo e de sua história.

Essa mulher que vem aí, vem agora. Aí como é que... Dizem que ela é defensora pública, como é que ela estudava o caso da pessoa? Se amanhã já... Oxe, não, não tem como não. Tem um bocado de caba, é 11 caba. Como é que ela vai estudar o caso de 11 caba? Isso é só pra tirar a pessoa de tempo. Se era pra vir uns 10 dias atrás, ou 5 pra tá estudando o caso da pessoa. [...] a mulher vem pra ir, o oxe. Pra nada. (Caio)

Referente ao contexto de violência policial, ao serem questionados se já sofreram algum tipo de agressão por parte da polícia, foi possível observar a naturalização e aceitação desse tipo de violência também. Tiago, Caio e Rafael relataram:

É...Beppe não, Beppe é...me esqueci, mas a Catinga é da Bahia e tem a do Pernambuco, parece... aí é osso, essa polícia aí desceu pra lá, pronto, pegou nós na pracinha, nós zero de nada...tapa foi mato na frente de morador. [...]Fizeram mandaram eu...fizeram o enquadro, né, ...nós botou a mão na cabeça... aí chegou com o bico do fuzil nas costas (imitou barulho de cair no chão)...eu caí no chão, pronto, aí se levantou, pegou eu e o boy... pisou, aí pisou na cara do boy, o boy desmaiou...aí foi que eu comecei a rir porque também...eu também tava muito doido, de droga, aí foi levantaram o boy de murro, o boy desmaiado, acordaram o boy no murro... aí foi, é o capacete que tava no chão do doido, deram um capacetada nele que ele (trecho inaudível) aí foi, perguntou, botou nós pra vazar... perguntou por que nós tava fazendo isso de madrugada, se num tinha nenhuma droga, oxe, e botou nós pra vazar. Depois ainda a polícia também é marcada com o caba, a polícia de Patos mesmo...o BOPE, a militar, civil... rodando...mais é a polícia de Patos é marcada com o caba. (Tiago)

Já, da polícia. Toda vez que eles me pegavam, era certo uma pisa. Mas... É...Teve uma vez aí quase me matavam, mas é assim mesmo.(Rafael)
Já, um bocado de vez já. Saí daqui a primeira vez, no primeiro dia, eu levei uns três murros na cara, os homens, os bicho deram três murros na minha cara.[...] Seguraram a minha mão assim, botaram o saco na minha cabeça assim, amarraram assim, jogaram gás dentro do saco, é ruim viu, os bicho fazem maldade com a pessoa, se deixa assim, nem mata a pessoa. De madrugada assim, daí o cara passa e o mata.(Caio)

Salientamos ainda a dimensão do desmentido social relativa aos vínculos comunitários e familiares (da família estendida), a partir de um desmerecimento apontado por Tiago na relação com seus tios. Tiago relata sobre a forma como os tios o tratavam.

Desmerecia, soltava piada. O caba mais pequeno, soltava piada pro caba...mas querendo desmerecer o caba, num tem, dizendo que o caba era moleque de rua, essas ideias. Que não vai ter jeito que... não passa dos dezoito...aí o caba se revolta. (Tiago)

Caio também refere que já se sentiu humilhado por conta da forma como as pessoas de sua comunidade o tratavam.

Tem, humilhação tem coisado, o cara humilha o cara em geral, se povo maluco na cidade do cara, diz que o cara assim usa droga, não dá valor ao cara não, humilha o cara, né, mas se o cara tivessem bens na vida.[...] Na hora eu fico triste. Ai depois o cara vai...e esquece (Caio).

Pela narrativa de Caio, podemos dizer que a naturalização desse lugar de humilhação acaba anestesiando o que sente, aceitando esse lugar em que o colocam, passível dos silenciamentos e da indiferença.

Conforme já apontamos anteriormente, na proposta do uso do termo negacionismos ao referir-se à noção do desmentido no campo social, Kupermann (2022) aponta as consequências da negação das violências sofridas pelos sujeitos em situação de vulnerabilidade, por parte das autoridades de referência do laço social e político. Segundo o autor, os negacionismos têm como objetivo estratégico a desresponsabilização de determinados atores da vida social, dos que deveriam cuidar, o que desencadeia a responsabilização, por vezes, das vítimas desse desmentido sociopolítico - traço de crueldade do Estado brasileiro. A partir da confusão de línguas entre os lados assimétricos dessa relação de poder, destaca-se, como consequência, a dúvida das próprias percepções, visto que o descrédito das instâncias referenciais da nação causam o descrédito da própria percepção da realidade e de si.

Nesse sentido, a partir da naturalização da violência presente nas narrativas dos jovens, podemos reiterar o processo de identificação com a própria violência, pois como o desmentido social é despersonalizado, o mesmo pode ser referente a um contexto, a uma dimensão sociopolítica, em que o agressor é o próprio cenário violento em que estão inseridos.

Logo, foi possível verificar o traumático antes, diante das histórias de vida desmentidas, e após a entrada no tráfico de drogas, dada a complexidade de sua dimensão, o cotidiano de violência, o comércio sem regulamentação e as ambivalências referentes à proteção *versus* violência entre os pares, caso o sujeito não corresponda ao exigido pelas regras das facções.

5.4 Os efeitos do traumático e a construção de novos vínculos.

Os efeitos do traumático atravessam a construção de novos vínculos, a partir da não disponibilidade para novas relações de ‘amizade’.

Dentre as interpretações realizadas e as asserções construídas decorrentes destas, essa foi a mais inesperada. Erickson (1989) indica que é tarefa fundamental do processo de interpretação de uma pesquisa de campo o reconhecimento e as mudanças de pontos de vista do pesquisador. Logo, esperávamos que os jovens participantes da pesquisa fizessem referência à importância de suas relações de amizade e de parceria na caminhada, no entanto, todos os cinco apontaram uma desconfiança e descrédito em relação a construir laços com amigos.

No decorrer dos encontros, perguntamos sobre os vínculos familiares, comunitários e de amizade e, apesar dessa reflexão não estar inicialmente entre os eixos centrais das entrevistas, por fim, optamos por destacá-la diante do inesperado das respostas. Logo, ao serem questionados se possuíam amigos, apontaram:

Não, nunca fui de amizade, não. Não gostei de amizade, não.[...]Nesse mundo de hoje em dia... Amigo é só a mãe da gente, né? A gente tem colega, não tem amigo. (Rafael)

Eu acho que pra mim eu não tenho amigo não, fora a minha família. Pra mim eu acho que eu tenho conhecido um amigo. Por causa de amigo eu tô aqui. (Pedro)

Tem não, meu amigo é Jesus e mainha. Porque a pessoa não tem amigo não. Tinha parceiros. Mas os parceiros de vida de droga, não adianta não. Os parceiros só queriam ver a tragédia do caba.(Caio)

Amigo eu tenho, mas não considero nenhum não...[...] Tinha amigos, amigos sem futuro, não vou mentir pra senhora, chamava para usar drogas, até essas coisa. (João)

O sentimento de desconfiança é também observado nos vínculos estabelecidos dentro do Centro Educacional, conforme aponta Rafael e João.

Não sou muito de... Fazer muitas amizades, não, tem colega. E hoje em dia, a gente não pode ter essas amizades. O cara que tem amizade, já vi muitos morrer aí, né? (Rafael)

Amigo? Aqui dentro? Não tem amigo, não. Amigo é só Deus aqui por mim.(João)

Tiago fez referência à ausência, por conta do envolvimento na guerra, do único amigo que o acolhia em momentos de sofrimento e com quem conversava.

Amigo.... criado de pequeno... o próprio primo matou... aí foi e o próprio primo foi decretado também...ele matou o primo e foi decretado, pegou as coisas e foi simhora pra São Paulo. (Tiago).

A partir dos relatos, foi possível identificar a reprodução das falhas de seus vínculos e investimentos recebidos em suas histórias de vida, nos vínculos atuais, ou seja, a fragilidade nas relações familiares e comunitárias e nas relações com os parceiros ligados ao tráfico, diante do que já foi colocado sobre o desmentido dentro do crime, interfere em um sentimento de desconfiança e descrença na construção de novas relações de afinidade. A referência principal de afinidade é a família nuclear. Macedo e Werlang (2007, p.192) indicam que

A fragilidade desse tipo de vínculo se explicita quando, frente à vivência de situações traumáticas, o sentimento experimentado é de extrema solidão. A noção de alteridade está comprometida quando o outro serve ao único propósito de garantir ao eu sua existência. O objeto, nesse modelo, tem a função de regulação das vivências tentando compensar o déficit intrapsíquico do eu. Quando o eu se vê atacado pelo irrepresentável há o risco de aniquilamento do si mesmo, e com isso perde-se o acesso ao outro como recurso de ajuda. Passa a não existir o que está fora do eu. (MACEDO; WERLANG, 2007, p.192).

A falta de confiança é explicitada por Rafael.

Ah, é que é assim. Às vezes a gente confia em uma pessoa que... usa aquilo contra pessoa, tá entendendo? Por isso... o negócio é eu e Deus e já era.(Rafael)

Diante da fragilidade na perspectiva de construção de novas relações de afeto, podemos fazer uma reflexão que aponta para uma dificuldade de investimento de temporalidade futura, pois o passado está no presente da cena psíquica, diante da predominância do não representado: desesperança. “Torna-se impossível um investimento no tempo futuro, o passado domina a cena psíquica em sua impactante atualidade devido ao predomínio do não elaborado.”(MACEDO; WERLANG, 2007, p. 191).

Nesse sentido, salienta-se as lacunas no si mesmo, no sentimento de estima, em investimentos no dever. Tiago demonstrou a falta de sentimentos de afeto e laços de cuidado pelos outros referindo-se a um distanciamento familiar, apesar das visitas recebidas.

Pela vida, né? Eu fiquei assim. Me sinto como se ninguém gostasse de eu, né?[...] Acho, mas...vive a vida deles, né? Assim....não liga mais para mim, assim né....tô preso, então ligo de quê..... só...liga quando é sexta-feira né...pra dá notícia né, mesmo assim. [...] Cada vez que o caba passa aqui, o caba fica maisAcontece as coisa na vida do caba, né? (Tiago)

Tudo o que foi discutido até este momento, reitera a importância da quinta e última asserção: a importância da escuta autêntica das narrativas desmentidas.

5.5 A não existência de um espaço de escuta dos desmentidos, a não ser na própria introspecção: existe espaço para o inconsciente?

Não há um espaço de escuta, de representação dos conteúdos psíquicos e da vivência dos desmentidos, a não ser na própria introspecção – papel da música/arte.

No decorrer da pesquisa de campo, o processo de escuta das narrativas foi se configurando como algo insuficiente e necessário à realidade dos jovens entrevistados. Foi possível observar, pelos seus relatos, a lacuna desse espaço de escuta que permita, a eles, a representação de suas experiências e a autorização de seus discursos.

Ao serem questionados se existe alguém a quem eles buscam em momentos de dor e sofrimento para conversar, desabafar ou acolher, Rafael e Tiago explanaram:

Não, não tem. Só Deus mesmo, não sou de está pedindo ajuda de ninguém. Só pra mim e Deus mesmo. Não sou de está pedindo ajuda de alguém, não. (Rafael)

Minha mulher mesmo. Só ela mesmo. Se eu tiver brigado com ela também, eu vou é pra dentro do mato é... Levo meus passarinhos, pronto, e... esquenta a cabeça não, vou escutar uma música e pronto. Eu não gosto de trocar ideia com a minha família, não.(Tiago).

Salienta-se que a relação de Tiago com a companheira caracterizava-se a partir de um vínculo instável, o que demonstra o padrão repetitivo de fragilidade relacional.

No entanto, diferente dos demais, Caio refere que conversa sobre seu cotidiano dentro da instituição, com a sua avó, a qual chama de mãe.

Minha mãe só. Converso, tudo que eu faço aqui dentro eu falo com a mainha. Se eu brigo aqui com alguém, eu digo, se eu discuto, eu digo a mainha. Não sei esconder nada aí na mainha, não.(Caio)

Pedro afirmou que não existe ninguém com quem possa conversar sobre seus pensamentos e sobre o que sente, mas que sua família o escuta e o acolhe.

Minha avó, meu avô, meu pai. Eles me escutam e eles me ajudaram da forma que foi possível, né? (Pedro)

Ao ser questionado se busca ajuda de alguém quando está triste ou sofrendo, Pedro apontou:

Não, fico só para mim. Minhas coisas é só para eu e Deus.(Pedro)

João faz referência à avó e a um tio sobre sentir-se acolhido por alguém, mencionando também uma assistente social da equipe técnica, mas afirma que nos momentos de tristeza, ele reza.

Acolhido, eu sou acolhido pela minha vó desde pequeno. (João)

Eu rezo, eu peço pra minha cabeça mudar. Eu não falo mais não. Eu peço a Deus pra mudar esses pensamentos, essas sofrências. (João)

Com exceção de Caio, os demais não fizeram referência a alguém com quem consigam conversar sobre seus pensamentos e sentimentos, pois mesmo sentido-se acolhidos por suas famílias, esse espaço de conversa não foi relatado.

Faz-se necessário a simbolização de suas experiências vividas, a nomeação das dores para que sejam reconhecidas, autorizadas, permitindo-se pensar em perspectivas outras de futuro, o que reforça a importância fundamental dos espaços de atendimento institucional. Em alguns momentos das entrevistas, Rafael e Tiago expressaram sentimentos relacionados a si, significando o que estavam sentindo.

Eu com raiva também penetro muito na mente dos outro. Eu com raiva assim...tipo é...pra mim me disprimir eu...vamo dizer assim eu...eu desconto mais nos outro eu. Tipo assim, não dando, né, claro...penetrando na mente. Falando, assim, tirando brincadeira pesada, assim, deixando... quase chorando, vamos dizer, né...na mente, assim, eu.... não gosto muito não... masquando passa a brincadeira assim aí eu.... fico me olhando assim digo, oxe...o caba tava entrando na mente do menino. E aí quando eu tô na alegria, assim, rindo bem muito, bem muito, do nada, do nada eu...me calo, me calo e fico triste. Aí os caba vai, oxe que é isso que tu tá triste, fica alegre, homi.(Tiago)

A raiva assim o caba controla, o caba vai dando assim essa ideia, o caba sabe que uma caidinha não é nada não. O caba cai um dia, mas cinco dia ele levanta, oxe.

Mas uma bomba que acontece, uma bomba forte, aí o caba...tem dia que dá uma fraqueza ali. (Tiago)

Aí é difícil explicar porque, assim, tem coisa que a gente faz, mas a gente não vai tirar da cabeça, né? Só se a gente morrer mesmo.(Rafael)

Quando você está com raiva de alguém, você tem que tirar aquela dor da cabeça. Você tenta fazer outra coisa, mas daqui a pouco você se lembra de novo. Tem coisa que passa o tempo, né? Tipo eu saio ali para fazer uma coisa, jogar bola agora, eu tenho que focar naquilo, é o tempo que eu vou esquecer, mas quando eu voltar para o alojamento de novo eu vou me lembrar, né? Se você levar uma facada aqui e você a descer para jogar bola, quando você subir ela não vai estar do mesmo jeito? O corte do mesmo jeito? A mesma coisa é... Porque tem palavra que doi mais do que um tiro, você sabe, né?(Rafael)

Salienta-se que na instituição existem esses atendimentos e alguns dos entrevistados relataram gostar de determinados profissionais, no entanto, esses espaços são insuficientes, sendo essa escassez sentida por eles, conforme já explanado. João afirma que quando está sofrendo, solicita atendimento e fala o que está sentindo.

A psicóloga, tudinho me atende, tudo me atende... Quando eu quero atendimento, eu peço logo, entendeu? Eu quero atendimento... Falar, eu fico... De tudo que eu tô sofrendo. Fico calmo. (João)

É interessante reforçar o papel da arte e da música enquanto recursos de simbolização psíquica, os quais foram apontados por todos eles. Dos jovens entrevistados, Tiago, Caio, João e Pedro reiteraram que buscam a música e a arte enquanto um recurso para elaborar o que sentem, ou seja, por meio da introspecção.

Não que eu não confiava em ninguém, mas...o meu negócio pra me acalmar é eu assistir mais um filme, pronto, eu na guerra, tava muito complicado, eu tava na casa assistindo filme, pronto, passava meu tempo assistindo filme, gosto de assistir filme. (Tiago)

Ah agora no mei do.... no mei do Centro Educacional, né? No mei da cadeia né. Tem uns tempo que alegre o caba, tem uns tempo que o caba...cai né... igual tem em música ...tem... O caba maior dos maior, se moscar aí dentro, fica pequeno.(Tiago).

Gosto de funk. MC Kevin, MC Pedrinho, Poze do Rodo, MC Rodolfo.(Caio)

Aí, eu gosto mesmo de escutar música, jogar bola. Eu sempre gostei de escutar música. Eu gosto de escutar funk. Eu escuto MC Pedrinho. MC Kevin que morreu. (Pedro)

Caio possui habilidades artísticas de desenho e refere que gosta muito de desenhar, utilizando este instrumento enquanto uma forma de expressão do que sente. À exceção dos outros jovens, Rafael relatou não gostar muito de música e sim de jogar bola para

liberar o estresse. Segundo foi explicitado, Rafael não possui parte dos dedos, o que provavelmente interfere no fato de não querer desenhar ou fazer artesanato.

Gosto um pouco, não gosto muito não, mas eu gosto. Não muito, mas o mínimo, né? Eu gosto de jogar bola. É assim que tiro meu estresse. (Rafael)

Os jovens apontaram que a atividade que mais fazem para ‘passar o tempo’ no Centro Educacional é o artesanato com papéis, estilo origami, o qual eles denominam de ‘arté’. Informaram que os mais antigos da instituição vão ensinando o ‘arté’ aos que chegam e eles referem que a atividade é boa para a ansiedade e para a reflexão.

Quando pessoa está fazendo artesanato, o caba lembra, porque o cara ta calado ali só colando as pecinhas e pensando né? O que era para eu ter feito e o que era para eu não ter feito.(Pedro)

Ferrugem (2019) delimita o papel da música e da arte como um ativismo, de reivindicação de um lugar, de uma voz, de uma escuta e de produção de uma narrativa que é negada historicamente pelo Estado, pela mídia e pela sociedade.

Nesse sentido, finalizamos reiterando a importância de atribuição de sentido às vivências através da possibilidade de escuta de suas falas. É a escuta que vai permitir uma apropriação do próprio discurso, que vai agir no desmentido, permitindo a ressignificação das experiências para transcender o seu lugar social determinado pela cultura, de forma que o silenciamento, ou ainda, ser escutado por meio de atravessamentos discursivos que atualizam o traumático, configura-se mais enquanto uma violência de que em uma acolhida.

6. Considerações Finais – Para além do tráfico: as narrativas desmentidas que precisam ser escutadas.

[...] a ideia é quebrar o estereótipo da violência e fazer um mosaico... resignificar. A gente conseguiu devolver a violência, a violência simbólica, com o gesto.

(Jardson Remido, poeta marginal, Fortaleza/CE).

Retomamos aqui a mesma fala com a qual iniciamos esta tese: nosso desejo de indicar algumas pretensões reflexivas sobre os jovens inseridos no tráfico de drogas. Por pretensões, ponderamos que são possibilidades de uma aproximação, de uma leitura, de uma escuta que se dá no atravessamento de um recorte geográfico, geracional, cultural, acadêmico, pessoal, etc., recorte característico de toda atividade de pesquisa. Ou seja, trata-se do diálogo inicial, o qual nos referimos na parte introdutória deste trabalho, pois ainda temos muito trabalho de aproximação interpretativa pela frente.

A cada novo contato com essa dimensão da realidade, na tentativa de compreensão desses atravessamentos, surgem novos questionamentos que transformam as possibilidades reflexivas e me transformam enquanto pesquisadora. A experiência deste processo de pesquisa, em específico, mostrou-se enquanto um encontro. Um encontro de afetações teóricas, mas principalmente um encontro de afetações de histórias de vida que precisam ser ouvidas, autorizadas, não silenciadas e não distorcidas para que sejam possíveis de serem representadas simbolicamente.

Nesse sentido, após toda a discussão realizada no decorrer da pesquisa, uma reflexão ainda se faz necessária. Salientamos que não cabe, neste espaço, a problematização e o julgamento sobre o fator criminal e de ilegalidade e nem a discussão sociojurídica sobre a criminalização das drogas. Em outras palavras, não se trata de uma apologia ao crime quando se fala em descriminalização e regulamentação das drogas. Trata-se de uma defesa da escuta e da apropriação do discurso de um grande contingente de pessoas, principalmente adolescentes e jovens, que está morrendo e se matando cotidianamente, diante do silenciamento e indiferença, apesar do escancarado midiático, bem como dos seus lugares ditados social e institucionalmente.

Reiterando o que foi abordado nos capítulos anteriores, foi possível identificar na realidade dos jovens participantes da pesquisa, com histórico de envolvimento com o tráfico

de drogas, o acúmulo de eventos e experiências traumáticas, geradoras do desmentido traumático, relacionadas a suas histórias de vida, a partir das configurações familiares e comunitárias, dos vínculos formados antes e após o envolvimento e do contexto de desmentido institucional proveniente da situação de encarceramento. Observou-se a naturalização de um desamparo na dimensão familiar e/ou individual diante dos contextos de violências e de ausências (materna e paterna), o qual é sentido, mas não foi possível de ser simbolizado da forma necessária.

A maioria das instituições de proteção e garantia de direitos humanos, referendadas socialmente, que deveriam exercer as funções de proteção e cuidado, ainda remontam às medidas punitivas como foco principal de atuação quando deveriam promover outros modelos na direção do estabelecimento de espaços de escuta e de outras possibilidades de vínculos identificatórios. Conforme já foi discutido, trata-se de um desmentido sócio-político e institucional sobre o reconhecimento negado da própria situação de fragilidade social.

Nesse sentido, para além do não acolhimento social e institucional, há a afirmação de um discurso agente de desmentido, que detém o poder da verdade social, determinando a imposição do lugar de bandido, de criminoso irrecuperável, de vida matável, o que contribui ainda para o extermínio, justificado e neutralizado pela guerra às drogas, de jovens negros e periféricos.

Gondar (2012) afirma que esse cenário de desmentido, referente à dimensão relacional e afetiva, tem como consequência a perda da confiança de si e de modelos de referência, ocasionando o não reconhecimento de sua própria condição de sujeito, ou seja, coloca-se em suspensão o *'status de pessoa'*, conforme indica Mélló e França (2020), restando, ao mesmo, introjetar e assumir o lugar imposto socialmente, o de vítima ou agressor.

Logo, segundo Rosa e Vicentin (2010, p.107), faz-se necessário a superação desse discurso “em favor de uma prática interdisciplinar ético-política que propicie a escuta do jovem e sua possibilidade de fundar seu novo lugar no campo social.” Entretanto, a dimensão da escuta implica em um espaço em que eles possam falar e ser ouvidos na perspectiva de superação do hiato entre “sua fala e o que é falado dela” (CANAVÉZ; VERZTMAN, 2021, p.

9). É necessário dar a voz para que eles possam ser, sem a imposição do que eles devem ser, para que seja possível significar suas experiências vivenciadas e representar seu lugar social.

Dessa forma, o acesso a espaços de proteção e cuidado que promovam a escuta do desmentido é essencial para a simbolização traumática e o distanciamento da tendência à repetição. E é somente através desse processo que é possível acessar a possibilidade da responsabilização das ações cometidas, quando nos referimos aos jovens envolvidos com crimes. No entanto, deve ser uma escuta disponível, empática, como refere Ferenczi (1931). O autor indica a importância da empatia, enquanto condição para permitir a vivência do testemunho da dor vivenciada, possibilitando significar o sofrimento e alcançar a dimensão da ternura.

Em nossa realidade sociocultural, com a não possibilidade de acesso à políticas de proteção e cuidado, tem sido através de expressões artísticas o encontro desse espaço de escuta, de atribuição de sentido, dos testemunhos. Em nossa pesquisa isso pode ser observado, pois diante da fragilidade e desconfiança dos vínculos afetivos, à exceção dos familiares, e da insuficiência das esferas institucionais protetivas, os jovens entrevistados fizeram alusão à arte e à música, enquanto recursos representacionais do que sentiam.

No entanto, esses recursos, no caso específico da realidade estudada aqui, permanecem somente na dimensão introspectiva, sem a partilha de suas narrativas, a qual contribui para o empoderamento de sua voz e de si próprio. “Defender o acesso a um espaço de escuta é acreditar no valor da vida e na capacidade de enfrentamento psíquico dos conflitos.”(MACEDO; WERLANG, 2007, p.194).

Salientamos que, apesar do atravessamento jurídico institucional, o espaço concedido a eles, por esta pesquisa, que contou com cinco encontros (os quais ocorreram de forma mais sequencial de que os atendimentos com a equipe técnica, dado o espaçamento entre os mesmos), mostrou-se enquanto um momento importante em que eles puderam dar voz ao que pensavam e sentiam com menos receio, talvez, de interferência no processo judicial.

No entanto, não há como negar o delineamento institucional e prisional, por mais que tenhamos reiterado os cuidados éticos de garantia de sigilo e privacidade. Logo, esse fato provavelmente interferiu em algumas narrativas, pois configurou-se enquanto uma escuta, a partir de um lugar determinado e de encarceramento. A realização da pesquisa em um Centro

Educacional contribuiu para a compreensão da dimensão do desmentido institucional, mas implicou provavelmente em um prejuízo na representação de suas vivências traumáticas de uma forma mais livre.

Por fim, a finalização de um trabalho de pesquisa é, na realidade, sempre um início, sendo um convite ao devir. Portanto, não pretendemos superar aqui as contradições e ambiguidades presentes nas reflexões sobre o tráfico de drogas. Esta pesquisa é a tentativa de aproximação, conseqüente de uma inquietação, que remete à possibilidade de interpretação de um olhar específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS³⁴

AGAMBEN G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. (1995). Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBUQUERQUE, C. S.; AZEVEDO, E. E. B.; NOBRE, M. C. S. Drogas, “Questão Social” e Políticas Sociais: entre os direitos de cidadania e a criminalização da pobreza. In: GONÇALVES, A. de M.; ALBUQUERQUE, C. S.(Org). **Drogas e Proteção Social: os desafios da intersetorialidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

AMARANTE, P. Apresentação. **Revista Cult**: Dossiê A utopia de um mundo sem drogas, São Paulo, ano 26, n. 295, p. 11-14, jul. 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 20 de fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 20 de fev. 2024.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria Nacional de Políticas Penais-SENAPPEN. (2023). **Dados Estatísticos do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional–SISDEPEN no período de Janeiro a Junho de 2023**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/paineis-anteriores>. Acesso em: 30 de jan. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF; 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 24 de out. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF; 24 maio 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 24 de out. 2023.

BURGIERMAN, D. R. Sobre guerras e drogas. **Revista Cult**: Dossiê A utopia de um mundo sem drogas, São Paulo, ano 26, n. 295, p. 14-16, jul. 2023.

34 De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BUTLER, J. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo. Boitempo, 2021.

CANAVAL, F.; VERZTMAN, J. Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? **AYVU - Revista de Psicologia**, v. 08, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/49953>. Acesso em: 02 de fev.2024.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. **Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas**. Brasília: SENAD, 2003.

COSCIONI, V.; DIAS, A. C. G.; ROSA, E. M.; KOLLER, S. H. Autonomia e voluntariedade na pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa de internação. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 74-85, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2024.

DALLAZEN, L.; GIACOBONE, R. V.; MACEDO, M. M. K.; KUPERMANN, D. Sobre a ética em pesquisa na psicanálise. **Psico**, [S. l.], v. 43, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11098>. Acesso em: 20 fev. 2024.

DINIZ, A. S. et al (Org.) **Ensaio sobre a violência em João Pessoa: o que anda nas cabeças, anda nas bocas**. João Pessoa, PB: Ideia, 2016. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/02/VIOL%C3%8ANCIA-EM-JO%C3%83O-PESSOA-1.pdf>. Acesso em: 30 de jan. 2024.

DUNKER, C. I. L.; Paulon, C. P.; Milán-Ramos, J. G. **Análise psicanalítica de discursos**: perspectivas lacanianas. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

ERICKSON, F. (1989). Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In M. WITTROK (Ed.), **La investigación de la enseñanza II**. Métodos cualitativos de observación. Barcelona: Paidós MEC. Pp. 203-47. 1989.

ESCOHOTADO, A. **Historia general de las drogas**. 3ª ed. Madrid, Espanha, 2000.

ESTEVIÃO, I. Sobre três eixos da pesquisa em psicanálise: clínica, teoria e extensão. In: FULGENCIO, L.; BIRMAN, J.; KUPERMANN, D.; CUNHA, E. L. **Modalidades de pesquisa em psicanálise**: métodos e objetivos. São Paulo: Zagodoni, p. 69-79, 2018.

FARIA, A. A. C.; BARROS, V. A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 536-544, set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/jF9zDHHrLm6pgbXhcXtZYXf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

FEFFERMANN, M. O jovem/adolescente “trabalhador” do tráfico de drogas. In: Figueiredo, R.; Feffermann, M.; Adorno, R. (Org.). **Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas - O Cotidiano dos Jovens Trabalhadores do Tráfico**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

FÉLTRAN, G. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERENCZI, S. (1928). Elasticidade da técnica psicanalítica. In: S. FERENCZI, **Psicanálise IV**. (Obras completas de Sandor Ferenczi, 4). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERENCZI, S. (1931). Análise de crianças com adultos. In: S. FERENCZI, **Psicanálise IV**. (Obras completas de Sandor Ferenczi, 4). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERENCZI, S. (1933). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: S. FERENCZI, **Psicanálise IV**. (Obras completas de Sandor Ferenczi, 4). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERRUGEM, D. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/721e3396-1a66-4ff6-8ceb-ea319684a57a>. Acesso em: 05 de fev. 2024.

FOUCAULT, M. **A verdade e as Formas Jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro, Nau, 2005.

FRANCO, W. O lugar do método no desenvolvimento das pesquisas teóricas em psicanálise. In: KUPERMANN, D. *et al.* (Org.). **Psicanálise: pesquisa e intervenção**. São Paulo: Zagodoni, 2022.

GONDAR, J. Ferenczi como pensador político. **Cadernos de psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 27, p. 193-210, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 fev. 2024.

GONDAR, J. Um racismo desmentido. In: REIS, E. S.; GONDAR, J. **Com Ferenczi – O coletivo na clínica: racismo, fragmentações, trânsitos**. São Paulo: Zagodoni, 2022. (Coleção Inquietações – coordenação Daniel Kupermann).

HONNETH, A. (1949). **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KARAM, M. L. Sem o fim da “guerra às drogas” não haverá desmilitarização. In: Gevaerd, R. P. K. & Souza, R. (Coord.) **Relatório 2013 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do estado do Rio de**

Janeiro (ALERJ). CDDHC Alerj, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/alerj/docs/relatorio2013cddh>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

KUDE, V. M. M. Como se faz análise de dados na pesquisa qualitativa em Psicologia. **Rev. Psico**. Porto Alegre v.28, n. 02, p. 183-202, 1997. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-2946>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

KUPERMANN, D. Ferenczi e os objetivos do tratamento psicanalítico: autenticidade, neocatarse, crianceria. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 182-194, ago. 2019a. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282019000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2024. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i2p182-194>.

KUPERMANN, D. Os negacionismos e a desresponsabilização: um Brasil contra a civilização. In: CARDOSO, M. R.; MACEDO, M. K.; ZORNIG, S. A.(Orgs.). **Figuras do Extremo**. São Paulo: Blucher, 2022.

KUPERMANN, D. Palavreado tóxico. **Revista Cult**. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/palavreado-toxico>. Acesso em: 20 fev. 2024., 2023.

KUPERMANN, D. **Por que Ferenczi?** São Paulo: Zagodoni, 2019b.

LEMGRUBER, J.; NAPOLIÃO, P. Quanto custa proibir? **Revista Cult**: Dossiê A utopia de um mundo sem drogas, São Paulo, ano 26, n. 295, p. 23-25, jul. 2023.

MACEDO, M. M. K. Decifro-me ou me devoro: Dor psíquica e autodestrutividade. In: CARDOSO, M. R.; MACEDO, M. M. K.; ZORNIG, S. A.(Orgs.). **Figuras do Extremo**. São Paulo: Blucher, 2022.

MACEDO, M. M. K.; WERLANG, B. S. G. Tentativa de suicídio: o traumático via ato-dor. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 185–194, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/qCGPs8GdV8q8YYPKrrz4PTP/>. Acesso em: 20. de fev. 2024.

MACHADO, L. A ascensão da Okaida, facção criminosa com 6 mil 'soldados' na Paraíba. **BBC News Brasil**, São Paulo, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47942626>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

MÉLLO, R. P.; FRANÇA, L. da C. Sociedade de risco e securitarização da vida: o “adolescente perigoso” e a produção do “tipo suspeito”. IN: ROSA, P. O.; MORAES, P. R. B.; SOUZA, A. T.; MORAES, M. M. (Orgs.). **Drogas e sistema de justiça criminal**. Vitória: Editora Milfontes. 272 p, 2020.

MONTEIRO, R. A.; MACEDO, M. M. K. A manifestação em ato na adolescência: Testemunho do desamparo. **Quaderns de Psicologia**, v. 18, n. 2. p. 15-26, ago. 2016. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v18-n2-araujo-medeiro>. Acesso em: 20. de fev. 2024.

MORAES, E. G.; MACEDO, M. M. K. **Vivência de indiferença**: do trauma ao ato-dor. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

OLIVEIRA, J. e S. de. **Novas fronteiras do trabalho**: vivências ‘à margem’ dos trabalhadores do tráfico de drogas. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, W. J. 2017. **O “Kombão da morte”**: Ditadura e Polícia – um estudo de caso em Uberlândia-MG dos anos de 1980 aos anos de 1990. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21244>. Acesso em: 05 de fev. 2024.

REIS, E. S. Transmissão transgeracional - subjetivação do trauma coletivo. In: REIS, E. S.; GONDAR, J. **Com Ferenczi – O coletivo na clínica**: racismo, fragmentações, trânsitos. São Paulo: Zagodoni, 2022. (Coleção Inquietações – coordenação Daniel Kupermann).

REY, F. L. G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

ROSA, M. D.; DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 180–188, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/yKGGKsrdH3QvCNdYkTkPqpfP/#ModalHowcite>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 107-124, jan. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 fev. 2024.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, set. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 fev. 2024.

SAFRA, G. INVESTIGAÇÃO EM PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 171-175, 2001. DOI: 10.1590/S0103-65642001000200014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/63382>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TOMASI, L. O.; MACEDO, M. M. K. Adolescência em conflito com a lei: a intensidade da história de vida em ato. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/18138>. Acesso em: 20 fev.

2024.

VELHO, G. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, A. (Org). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

**APÊNDICE A – MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Pesquisador Responsável: Juliana e Silva de Oliveira.

Endereço: Rodovia Governador Antônio Mariz (BR230) S/Nº, KM 466,5 – Campus BR – Sousa – Paraíba CEP: 58800-120

Fones: 83 – 3251 3266 / 85 –99921 – 1558

E-mail: jusoliveira@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**OS DESMENTIDOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DO TRÁFICO DE DROGAS NO SERTÃO PARAIBANO: UMA ESCUTA POSSÍVEL?**”. A pesquisa tem como objetivo desvelar os desmentidos sociais e institucionais que atravessam os jovens inseridos no tráfico de drogas, no contexto nordestino. Como objetivos específicos, destacam-se: compreender a realidade contemporânea do contexto do tráfico de drogas no Brasil, mais especificamente no Nordeste, a partir das contribuições da Psicanálise nos atravessamentos que envolvem as relações econômicas, políticas, sociais, culturais, comunitárias, de afetos, inter e intrasubjetivas entre os atores envolvidos; elucidar acerca da traumatogênese ferencziana a partir dos tempos do trauma, enquanto uma experiência de dimensão relacional, vivenciada por jovens em contexto violência física ou simbólica, compreendida como uma prática social e política; identificar os desmentidos sociais e institucionais dos jovens com envolvimento com tráfico de drogas, através da escuta de suas narrativas, que se encontram em cumprimento de medida socioeducativas de internação no -----³⁵, localizado em Sousa-PB. A maioria dos jovens que possuem (ou já possuíram) envolvimento com o tráfico de drogas nasce e cresce em um ambiente de violência social (física e simbólica) cotidiana e ainda de uma ‘violência da indiferença’, em que suas falas, suas verdades, seus testemunhos não são reconhecidos de diversas formas nas configurações sociais e institucionais. Para poder escutar e perceber a fala desses sujeitos, na tentativa de investigar os desmentidos, pretendemos realizar entrevistas com jovens inseridos no tráfico de drogas, no contexto nordestino, especificamente no município da Paraíba, as quais serão discutidas e interpretadas a partir Análise Interpretativa de Erickson (1989), sob a lente da teoria psicanalítica.

³⁵ Nome omitido em função da garantia de anonimato.

Optamos por realizar a pesquisa de campo com jovens que estão cumprindo medida socioeducativa de internação, no -----, localizado em Sousa-PB.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será orientado (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para **participar** ou **recusar-se** a participar. Poderá **retirar** seu **consentimento** ou **interromper** a participação a qualquer **momento**. A sua participação é **voluntária** e a **recusa** em participar **não acarretará** qualquer **penalidade** ou **modificação** na forma em que é atendido pela pesquisadora. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com rigorosos padrões profissionais de sigilo e confidencialidade.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

O (a) Sr. (a) terá garantida a entrega de uma via, de igual teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sousa - PB e a outra será fornecida ao (a) participante da pesquisa.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade pelo ressarcimento dos mesmos.

Toda pesquisa incorre em possíveis riscos e nesta pesquisa destacamos: risco de desconforto psicoemocional diante da confrontação das histórias de vida e vivência no tráfico de drogas e diante da situação de institucionalização, a qual pode ser interpretada como uma imposição em participar das entrevistas. No entanto, visando minimizar os impactos destes possíveis riscos, serão reforçadas as explicações necessárias quanto ao processo, o método de coleta e a voluntariedade, com a garantia que a participação na pesquisa é acordada também junto à direção e equipe do ----, ressaltando que a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. A pesquisadora adotará também como estratégia, caso sejam observados sintomas importantes e com anuência do participante da pesquisa, o encaminhamento para acolhimento psicológico e social junto à equipe do ----, que dispõe de serviço de Psicologia, e a sua viabilização se dará sob responsabilidade da pesquisadora em tela.

Associa-se ainda, medidas adicionais para controle de riscos, a saber: processo de entrevista, com gravação de áudio, em local com condições de garantir sigilo,

privacidade, caso seja necessário o contato físico entre pesquisador e participante da pesquisa. A não divulgação dos nomes e características que permitam identificação dos participantes e substituição dos nomes por letras, números ou nomes fictícios, bem como a eliminação completa dos áudios após a transcrição. Como parâmetro ético-legal, esta pesquisa atenderá as determinações constantes na Resolução 510/2016.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do “**OS DESMENTIDOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DO TRÁFICO DE DROGAS NO SERTÃO PARAIBANO: UMA ESCUTA POSSÍVEL?**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Este projeto de pesquisa foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (CEP/CCJS/UFCG), situada no Campus Centro da UFCG, localizado na Avenida Sinfrônio Nazaré, 38, Centro – Sousa PB, telefone 083 3521-3226– E-mail cep.ccjs@setor.ufcg.edu.br.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Sousa - PB, ____ de _____ de 202__.

Digital *Quando necessário

Nome Assinatura participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

**APÊNDICE B – MODELO TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TALE)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Pesquisador Responsável: Juliana e Silva de Oliveira.
Endereço: Rodovia Governador Antônio Mariz (BR230) S/Nº, KM 466,5 – Campus BR – Sousa – Paraíba CEP: 58800-120
Fones: 83 – 3251 3266 / 85 –99921 – 1558
E-mail: jusoliveira@hotmail.com

**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)
Para crianças e adolescentes (maiores que 6 anos e menores de 18 anos) e para
legalmente incapaz)**

Eu, _____, estou sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**OS DESMENTIDOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS DO TRÁFICO DE DROGAS NO SERTÃO PARAIBANO: UMA ESCUTA POSSÍVEL?**”, que tem como objetivo(s): desvelar os desmentidos sociais e institucionais que atravessam os jovens inseridos no tráfico de drogas, no contexto nordestino. Como objetivos específicos, destacam-se: compreender a realidade contemporânea do contexto do tráfico de drogas no Brasil, mais especificamente no Nordeste, a partir das contribuições da Psicanálise nos atravessamentos que envolvem as relações econômicas, políticas, sociais, culturais, comunitárias, de afetos, inter e intrasubjetivas entre os atores envolvidos; elucidar acerca da traumatogênese ferencziana a partir dos tempos do trauma, enquanto uma experiência de dimensão relacional, vivenciada por jovens em contexto violência física ou simbólica, compreendida como uma prática social e política; identificar os desmentidos sociais e institucionais dos jovens inseridos no tráfico de drogas, através da escuta de suas narrativas, que se encontram em cumprimento de medida socioeducativas de internação no -----, localizado em Sousa-PB.

Fui informado (a) pelo (a) pesquisador (a) Juliana e Silva de Oliveira, Endereço: Rodovia Governador Antônio Mariz (BR230) S/Nº, KM 466,5 – Campus BR – Sousa – Paraíba CEP: 58800-120; Fones: 83 – 3251 3266 / 85 –99921 – 1558; E-mail: jusoliveira@hotmail.com, de maneira clara e detalhada de todas as etapas da pesquisa. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novos esclarecimentos e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar, se assim o desejar.

Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que aceito participar do estudo, sabendo que tenho liberdade de recusar a responder qualquer questionamento sem que haja qualquer de prejuízo seja ele físico, psicológico ou financeiro, bem como de retirar meu consentimento a qualquer momento.

Se me sentir prejudicado (a) durante a realização da pesquisa, poderei procurar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (CEP/CCJS/UFCG), para esclarecimentos no endereço abaixo discriminado:

Campus Centro da UFCG, localizado na Avenida Sinfrônio Nazaré, 38, Centro – Sousa PB, telefone 083 3521-3226– E-mail cep.ccjs@setor.ufcg.edu.br.

Sousa - PB, ____ de _____ de 202__.

(Digitar Nome e matrícula)
Orientador(a)/Pesquisador (a) responsável

Assinatura da criança, adolescente ou legalmente incapaz

OU quando aplicável, impressão dactiloscópica
da criança, adolescente ou legalmente incapaz

APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1º encontro: Histórias de vida e contexto familiar

- Como você se apresentaria sem falar o seu nome, a partir de seus dados pessoais de gênero, cor, classe social, coisas que gosta de fazer?

- Fale sobre sua vida até o momento de chegar no Centro Educacional?

- Quem é sua família?

- Como você é visto pela sua família, comunidade, amigos?

(Conhecer como se autoidentifica, a partir de gênero, idade, cor, classe social, gostos. Relato da história de vida durante a infância até o momento. Compreensão das representações do contexto familiar)

2º encontro: Significados atribuídos à institucionalização e aos cuidados institucionais fora da instituição (o desmentido institucional dentro e fora da instituição)

- Como é o seu dia a dia no Centro Educacional?

- Qual a frequência dos atendimentos com a equipe técnica?

- Você e/ou sua família já foram atendidos por alguma instituição fora do Centro Educacional?

- Existe algum local ou grupo em que você se sente acolhido, ouvido?

(Relato da rotina cotidiana na instituição, das situações de violências por parte dos agentes, o que gosta e o que não gosta, regras institucionais x regras entre eles – manifestas e ocultas, se os atendimentos com a equipe técnica são suficientes. Conhecimento sobre a situação de proteção social dele e da família, no tocante a saúde, educação, atendimento psicossocial, projetos de arte, esporte, geração de renda, grupos, etc)

3º encontro: Significados atribuídos à vivência no tráfico e às dimensões de violências

Nesse encontro, foram realizados dois momentos: o primeiro com perguntas sobre a vivência no tráfico e o segundo, com perguntas sobre as violências e possibilidades de cuidado e escuta.

- 1º momento:

- Fale sobre o período em que você vendia droga
- Como você se sentia nesse momento de sua vida?
- Existia ou existe alguém que você admirava e queria ser igual a essa pessoa?

(Relato da rotina do tráfico, motivos de inserção, pontos positivos e negativos, sentimentos atribuídos ‘envolvimento’, os processos identificatórios dentro e fora do ‘envolvimento’)

- 2º momento:

- Você já sofreu algum tipo de violência (física ou psicológica) por parte dos parceiros, da polícia, da família, da comunidade?
- Já exerceu violência contra alguém?
- Esse fato te fez sofrer, te causou sofrimento?
- Quando você está triste ou com algum sofrimento, você busca ajuda de alguém?
- O que você faz quando está triste ou sofrendo?

(Compreensão sobre o processo de violência enquanto vítima e autor, busca de atribuir sentido e significado relacionados a essa vivência, se as condições de cor e classe social influenciam na violência sofrida e o sentimento atribuído a situações de dor, cuidados e possibilidades de escuta)

4º encontro: Expor o que não foi abordado nos encontros anteriores e realização de desenho.

Momento de devolutiva por parte da pesquisadora, viabilização de possibilidades de cuidado ao sair da instituição e realização de 3 desenhos: Como se vê no Centro Educacional; Como se vê fora do Centro Educacional; Como se via no período do tráfico.

OBS. A possibilidade de realização do desenho surgiu pouco antes do momento de fechamento com a 4ª entrevista, diante da proximidade das audiências, que ocorreram no dia seguinte.

ANEXO A: ESTATUTO DO PCC (Terceira Geração)

Estatuto do PCC (Terceira Geração)³⁶

1. Todos os integrantes devem lealdade e respeito ao Primeiro Comando da Capital, devem tratar todos com respeito, dando bons exemplos a ser seguidos pela massa, acima de tudo ser justo e imparcial.
2. Lutar sempre pela PAZ, JUSTIÇA, LIBERDADE, IGUALDADE e UNIÃO, visando sempre o crescimento da organização, respeitando sempre a ética do crime.
3. Todos os integrantes do Comando tem por direito expressar sua opinião e tem o dever de respeitar a opinião de todos. Sabendo que dentro da organização existe uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida e respeitada. Aquele integrantes que vier a causar divisão dentro do Comando, desrespeitando esses critérios, será excluído e decretado.
4. Aquele integrante que for para rua tem a obrigação de manter o contato com a Sintonia da sua quebrada ou da quebrada que o mesmo estiver. Estar sempre a disposição do Comando, a Organização necessita do empenho e união de todos os integrantes. Deixamos claro que não somos sócios de um clube e sim integrantes de uma Organização Criminosa, que luta contra as opressões e injustiças que surgem no dia a dia e tenta nos afetar. Sendo assim, o Comando não admite acomodações e fraquezas.
5. Todos os integrantes que estiver na rua, tem a mesma obrigação, sendo ele estruturado ou não, porém os estruturados tem condição de se dedicar ao Comando e quando possível participar de projetos que venham a criar soluções desamparo social e financeiro para apoiar os integrantes desamparados.
6. O comando não admite entre seus integrantes, estupradores, pedófilos, caguetas, aqueles que extorquem, invejam, e caluniam, e os que não respeitam a ética do crime.
7. É dever de todos os integrantes da facção colaborar e participar dos “progressos” do comando, seja ele qual for, pois os resultados desse trabalhos são integrados em pagamentos de despesas com defensores, advogados, ajuda para trancas, cesta básica, ajuda financeira para os familiares que perderam a vida em prol a nossa causa, transporte para cadeirantes, ou auxílio para doentes com custo de remédio, cirurgia e atendimentos médicos particulares, principalmente na estruturas da luta contra os nossos inimigos, entre várias situações que fortalecem a nossa causa ou seja o crime fortalece o crime, essa é a nossa ideologia.
8. Os integrantes que estiverem na rua e passando por algum tipo de dificuldade, poderão procurar a Sintonia para que o Comando possa ajuda-lo ir para o corre, deixando claro que o intuito da organização e fortalecer todos os seus integrantes, para que cada um tenha Condições de se empenhar também no progresso do Comando e assim nossos objetivos serem atingidos com total êxito.
9. Todos os integrantes devem ter a certeza absoluta que querem fazer parte do Comando, pois aquele que usufrui dos benefícios que o Comando conquistou e pedir pra sair pelo fato da sua liberdade estar próxima ou até mesmo aquele que sair para a rua e demonstrar desinteresse

³⁶Fonte: FÉLTRAN, G. **Irmãos**: Uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Refere-se à terceira versão do estatuto O estatuto original do PCC foi criado em 1993, demarcando o início da facção.

por nossa causa, serão avaliados e se constatado que o mesmo agiu de oportunismo o mesmo poderá ser visto como traidor, tendo atitude covarde e o preço da traição é a morte.

10. Deixamos claro que a Sintonia Final é uma fase da hierarquia do Comando composta por integrantes que tenham sido indicados e aprovados pelos irmãos que fazem parte da Sintonia Final do Comando. Existem várias Sintonias, sendo a Sintonia Final a última instância. O objetivos da Sintonia Final é lutar pelos nossos ideais e pelo crescimento da nossa Organização.

11. Toda missão destinada deve ser concluída. Será feita uma avaliação da capacidade de cada integrante indicado pela Sintonia, e aquele que for selecionado e aprovado tem capacidade de cumprir uma missão, e tem o dever de arcar com as despesas financeira, mas quando for possível todos os gastos ficarão sob a responsabilidade do Comando. Essas missões incluem principalmente ações de resgate e outras operações restritas ao Comando. Todos aqueles que vierem a ser resgatados, terão a obrigação de resgatar outro irmão, aquele irmão que falhar na missão por fraqueza, deslealdade, será excluído e o caso será avaliado pela sintonia, no caso de vazar as ideias poderá ser caracterizado como traição e a cobrança será a morte.

12. O Comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independente da cidade, estado ou país, todos devem seguir a nossa disciplina e hierarquia do nosso Estatuto.

13. O Comando não tem nenhuma coligação com nenhuma outra facção, vivemos em harmonia com facções de outros estados, quando algum integrante de outra facção chegar em alguma cadeia nossa o mesmo será tratado com respeito e terá o apoio necessário, porém queremos o mesmo tratamento quando o integrante do Comando chegar preso em outro estado em cadeias de outras facções e se algum integrante de outra facção de outro estado desrespeitar a nossa disciplina em nossa cadeia vamos procurar a Sintonia responsável pelo mesmo e juntos procurarmos a solução e se ocorrer de um irmão nosso estar desrespeitando, a busca da solução será da mesma forma. Deixamos bem claro que isso se trata de facções de outro estado que seja amiga do Comando.

14. Todos os integrantes serão tratados com igualdade, sendo que a nossa luta é constante e permanente, seus méritos e atitudes serão avaliadas dando prioridade para aquele que merece, esclarecendo que méritos não é sinônimo de acomodações e impunidade diante da nossa luta, tratando com igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais.

15. Os ideais do Comando estão acima dos conflitos pessoais, no entanto o Comando será solidário com aquele integrante que esteja certo e em desvantagem para resolver os seus problemas pessoais, o apoio será prestado, a causa será prestado, a causa será aprovada, após a avaliação direta da Sintonia.

16. É inadmissível usar o Comando para ter benefício próprio. Se algum integrante vier a subfaturar algo para ganhar dinheiro em cima do Comando, agindo com esperteza em benefício próprio, será analisado pela Sintonia e após ser comprovado o superfaturamento o mesmo será excluído e decretado. Nenhum integrante poderá usufruir do contato do Comando para transações comerciais ou particulares sem o conhecimento da Sintonia, os irmãos que investir o capital em mercadoria ou ferramentas para negociar, podem fazer negócio com a

Família e obterem seu lucro desde que não seja abusivos, pois todo o fruto desse trabalho é destinado aos necessitados em prol a nossa ideologia.

17. O integrante que vier a sair da Organização e fazer parte de outra facção caguetando algo relacionado ao Comando será decretado e aquele que vier a mexer com a nossa família terá a sua família exterminada. O Comando nunca mexeu com a família de ninguém e tais não terão paz. Ninguém é obrigado a permanecer no Comando, mas o Comando não vai ser tirado por ninguém.

18. Todos os integrantes tem o dever de agir com severidade em cima de opressões, assassinatos e covardias realizados por Policiais Militares e contra a máquina opressora, extermínios de vidas, extorsões que forem comprovadas, se estiver ocorrendo na rua ou nas cadeias por parte dos nossos inimigos, daremos uma resposta a altura do crime. Se alguma vida for tirada com esses mecanismos pelos nossos inimigos, os integrantes do Comando que estiverem cadastrados na quebrada do ocorrido deverão se unir e dar o mesmo tratamento que eles merecem, vida se paga com vida e sangue se paga com sangue.

ANEXO B – IMAGEM CONTENDO CÓDIGO DE CONDUTA OKAIDA

Fonte: MACHADO, L. A ascensão da Okaida, facção criminosa com 6 mil 'soldados' na Paraíba. **BBC News Brasil**, São Paulo, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47942626>.

ANEXO C – FOTOS CAMPO DE FUTEBOL



Foto campo de futebol

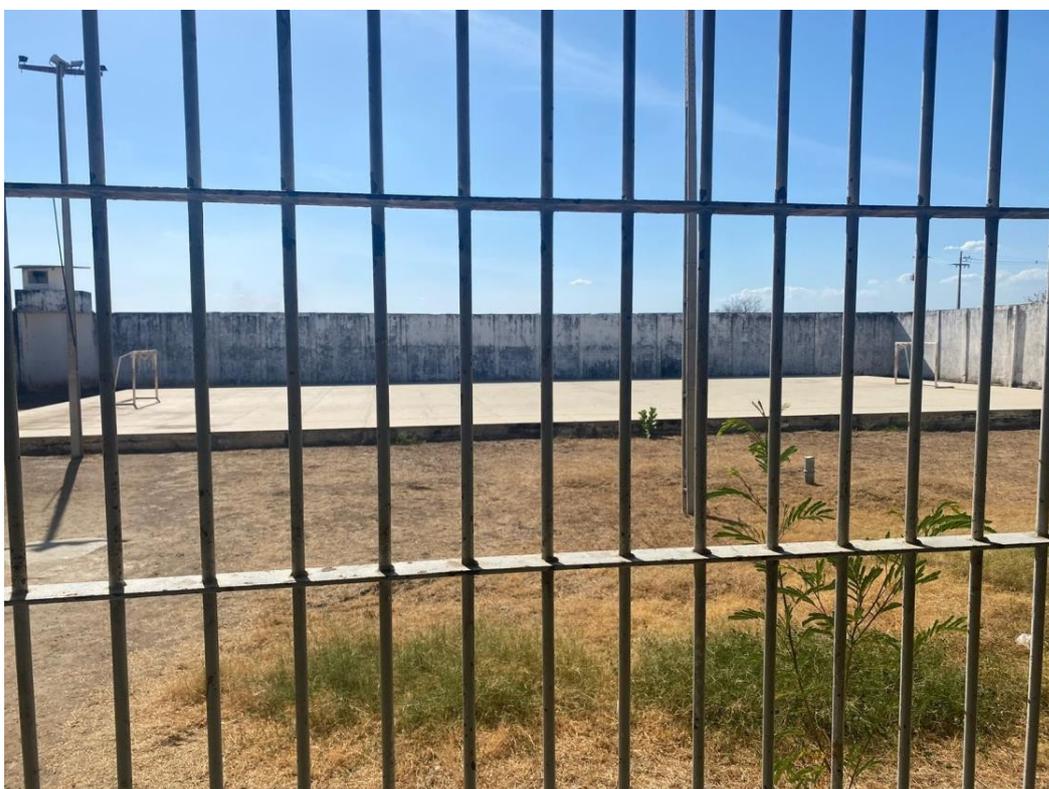


Foto grade campo de futebol

ANEXO D – FOTO RECEPÇÃO COM MOSAICO ENTRE AS GRADES DA ENTRADA



Foto Recepção com mosaico entre as Grades da Entrada

ANEXO E – FOTOS RECEPÇÃO DIRETORIA

Foto Recepção Diretoria

ANEXO F – FOTO RECEPÇÃO ENTRADA COM GRADE

Foto Recepção Entrada com Grade

ANEXO G – FOTOS RECEPÇÃO DAS SALAS DE ATENDIMENTO DA EQUIPE TÉCNICA

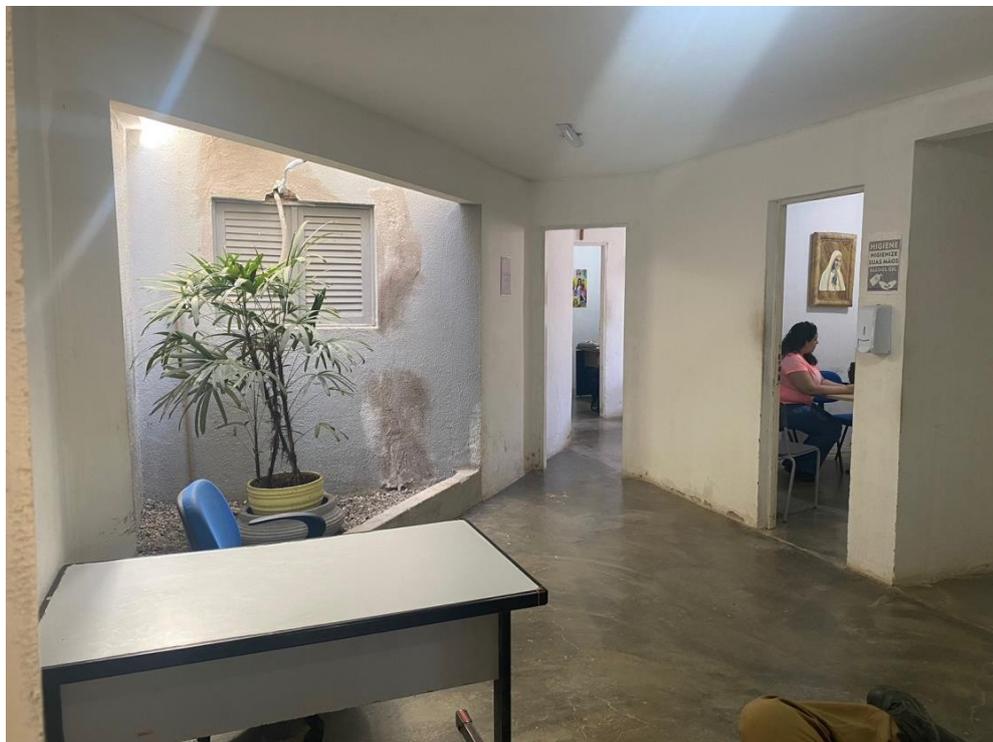


Foto Recepção das Salas de Atendimento Equipe Técnica

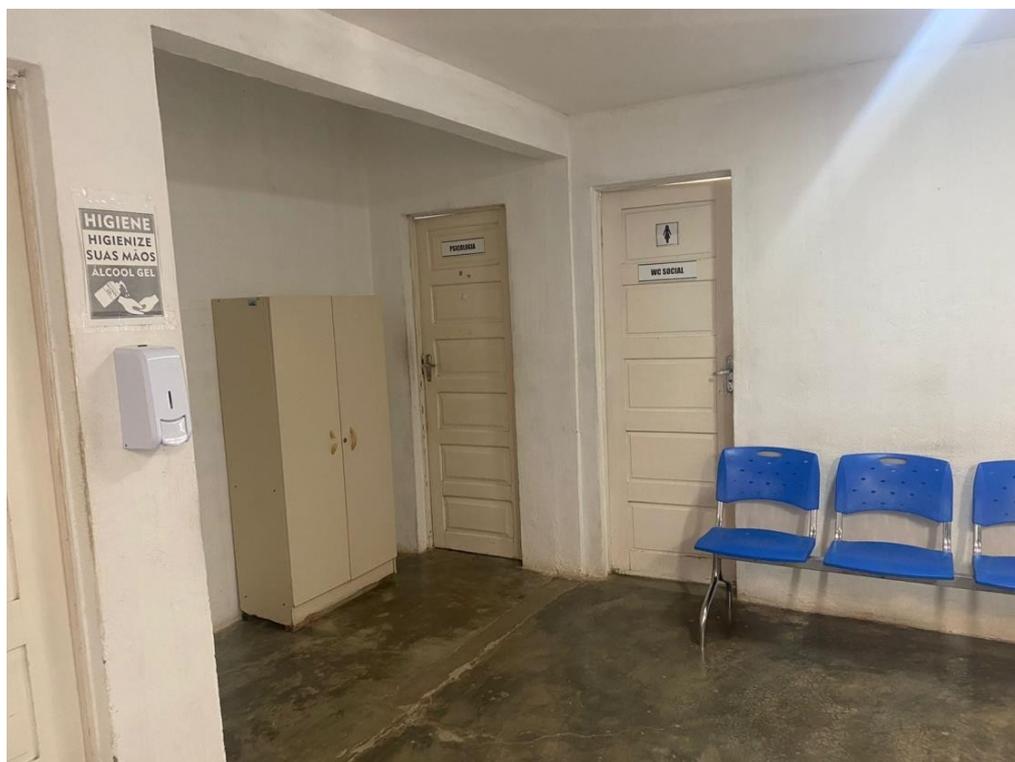


Foto Recepção das Salas de Atendimento Equipe Técnica

ANEXO H – FOTOS REFEITÓRIO E ESPAÇO DE VISITAS



Foto Refeitório e Espaço de Visitas com grade

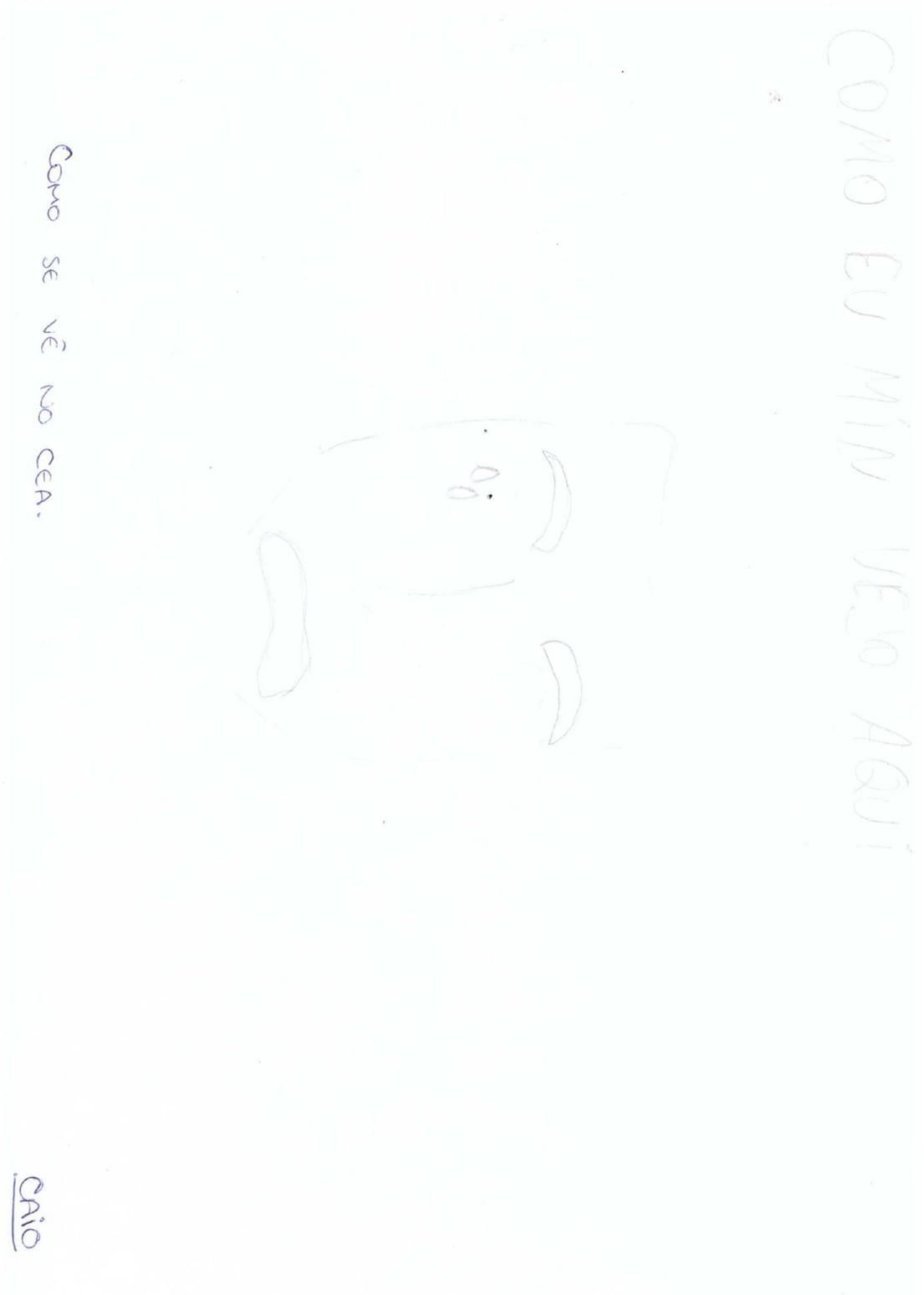


Foto Refeitório e Espaço de Visitas

ANEXO I – FOTO REFEITÓRIO E ESPAÇO DE VISITAS

Foto Refeitório e Espaço de Visitas

ANEXO J - DESENHO CAIO 1

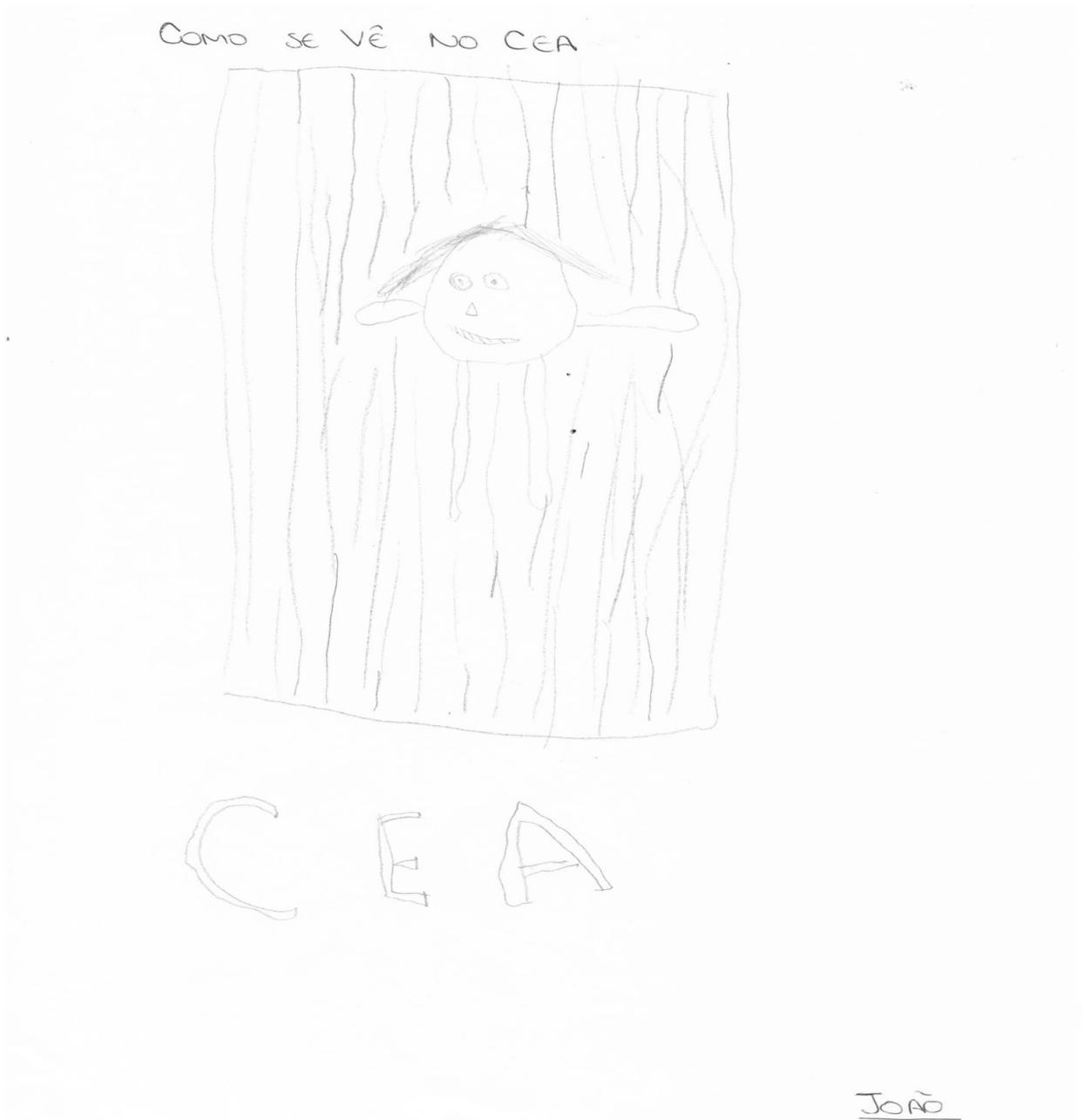


CAIO

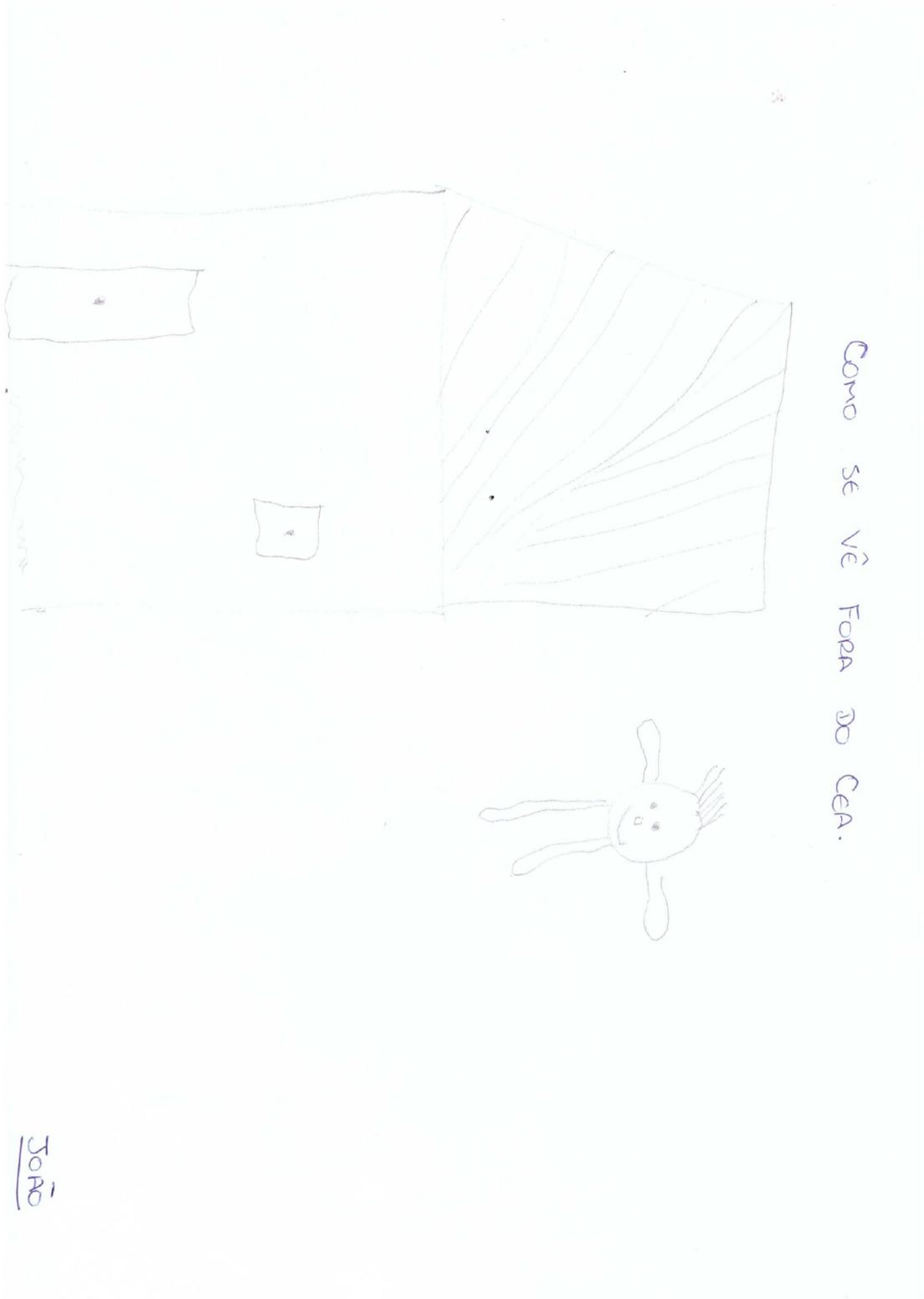
ANEXO K – DESENHO CAIO 2



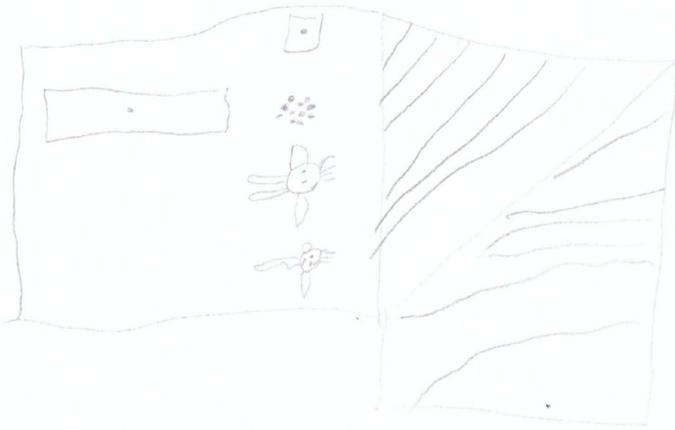
ANEXO L - DESENHO JOÃO 1



ANEXO M – DESENHO JOÃO 2



ANEXO N – DESENHO JOÃO 3



Como se via no tráfico.

João